

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	9
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	11
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	12
3.7 - Nível de endividamento	13
3.8 - Obrigações	14
3.9 - Outras informações relevantes	15

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	16
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	20
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	22
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	24
4.5 - Processos sigilosos relevantes	25
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	26
4.7 - Outras contingências relevantes	27

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	28
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	29
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	30
5.3 - Descrição dos controles internos	32
5.4 - Programa de Integridade	33
5.5 - Alterações significativas	34
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	35
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	36
6.3 - Breve histórico	37
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	42
6.6 - Outras informações relevantes	43
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	44
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	45
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	46
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	47
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	57
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	58
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	65
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	66
7.8 - Políticas socioambientais	67
7.9 - Outras informações relevantes	68
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	69
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	70

Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	71
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	72
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	73
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	74
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	75
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	77
9.2 - Outras informações relevantes	79
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	80
10.2 - Resultado operacional e financeiro	94
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	98
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	99
10.5 - Políticas contábeis críticas	100
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	112
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	113
10.8 - Plano de Negócios	114
10.9 - Outros fatores com influência relevante	116
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	117
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	118
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	119
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	124
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	126
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	127
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	128

Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	132
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	133
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	134
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	141
12.12 - Outras informações relevantes	142

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	143
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	145
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	149
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	150
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	151
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	152
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	153
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	154
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	155
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	156
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	157
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	159
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	160
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	161
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	162
13.16 - Outras informações relevantes	163

14. Recursos humanos

Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	164
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	165
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	166
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	168
14.5 - Outras informações relevantes	169
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	170
15.3 - Distribuição de capital	179
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	180
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	181
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	187
15.7 - Principais operações societárias	188
15.8 - Outras informações relevantes	189
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	190
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	191
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	193
16.4 - Outras informações relevantes	194
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	195
17.2 - Aumentos do capital social	196
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	197
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	198
17.5 - Outras informações relevantes	199
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	200

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	201
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	205
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	206
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	207
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	208
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	209
18.8 - Títulos emitidos no exterior	210
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	211
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	212
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	213
18.12 - Outras informações relevantes	214

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	216
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	217
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	218

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	219
20.2 - Outras informações relevantes	220

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	221
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	222
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	223
21.4 - Outras informações relevantes	224

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cesar Gomes Júnior

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

John Shojiro Suzuki

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Portobello Grupo

Declaração do Diretor Presidente

Cesar Gomes Junior, brasileiro, casado, industrial, CPF nº 305.583.019-91 e Carteira de Identidade nº 1/R 276.175, expedida por SSI/SC, com endereço comercial na Rodovia SC 401, km 5, nº 4756, em Florianópolis (SC); na qualidade de Diretor Presidente da **PBG S.A.** ("Companhia"), vem nos termos do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que:

- a) reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- b) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c) o conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.



Cesar Gomes Junior
Diretor Presidente



Portobello Grupo

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

John Suzuki, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 25.014.449-9 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 260.176.488-02, com endereço comercial na Rodovia SC 401, km 5, nº 4756, em Florianópolis (SC); na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da **PBG S.A.** (“Companhia”), vem nos termos do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declarar que:

- a) reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- b) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c) o conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.



John Suzuki
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os cargos de Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia são ocupados por pessoas diferentes. As declarações individuais de cada um dos diretores estão disponíveis nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	385-9		
 Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	49.928.567/0015-17		
Período de prestação de serviço	01/01/2018		
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade; revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração, referente a honorários, da pelos serviços de auditoria Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes prestados será de R\$ 160 mil		
Justificativa da substituição	Em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 13 de dezembro de 2017, foi aprovada a contratação pela Companhia, da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação do serviço de auditoria independente a partir do exercício social de 2018, em substituição a KPMG Auditores Independentes (KPMG). A referida contratação ocorreu em função do rodízio de auditores independentes determinado pelo artigo 31 da Instrução CVM n 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica, dado que a PwC anuiu com a sua substituição da função de auditoria externa da Companhia.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcelo de Figueiredo Seixas	01/01/2018 a 31/12/2018	014.906.477-24	Avenida Carlos Gomes,222, sem informação, Boa Vista, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 99480-970, Telefone (51) 33278803, Fax (51) 33278803, e-mail: mseixas@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	285.046.623,71	238.458.937,51	231.856.134,00
Ativo Total	1.252.008.576,76	1.237.360.147,30	1.351.891.545,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.023.937.371,66	1.016.400.125,71	1.060.394.715,98
Resultado Bruto	417.019.518,31	363.201.708,56	396.201.990,17
Resultado Líquido	64.169.057,43	2.142.594,30	52.672.450,76
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	158.488.517	158.488.517	158.488.517
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,798532	1,504512	1,462921
Resultado Básico por Ação	0,404670	0,013410	0,332342

3.2 - Medições não contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Valor e b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	EBITDA		
	2017	2016	2015
Resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia	64.170	2.142	52.652
Resultado financeiro	68.014	81.695	58.024
Depreciação, amortização e exaustão	40.011	39.504	32.364
Imposto de renda e contribuição social	16.822	(8.029)	23.708
(=) EBITDA	189.017	115.312	166.748
% da Receita Líquida	18,5%	11,3%	15,7%

c) Motivos pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

A Companhia entende que a utilização do EBITDA (“*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*” ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) é mais apropriada para a correta compreensão de sua situação econômica e financeira, aferindo de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, embora possam ser calculados de maneiras distintas. O EBITDA é uma informação adicional às suas demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição às informações auditadas, pois não é reconhecido pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao Lucro Líquido e aos fluxos de caixa operacionais.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

a) Redução de capital

Não houve redução de capital nos últimos três exercícios sociais.

b) Aumento de capital

Em 30 de Abril de 2018 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o aumento de Capital Social da Companhia, pela capitalização de reservas no montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões reais), exclusivamente para capitalização da empresa, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76, portanto o capital social passará de R\$ 130.000.000,00 (centro e trinta milhões de reais) para R\$ 140.000.000,00 (centro e quarenta milhões de reais). Na sequência foi aprovada a modificação no estatuto social da Companhia para que fosse refletida a referida alteração. Além destas alterações na redação do estatuto social, informados na necessidade de modificação/adequação do Estatuto Social da Companhia, de modo a adequá-lo às Cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado,

3.4 - Política de destinação dos resultados

Exercício Social encerrado em:	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
a) Regras sobre a retenção de lucros	<p>A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Prevista na lei 6.404/76, art. 196 e no Estatuto Social, art. 37, alínea c, a Reserva para Retenção de Lucros pode ser constituída mediante orçamento de capital previamente aprovado. Poderá ainda ser formada conforme previsto no art. 195 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social, art. 37, alínea b, a Reserva para Contingência, mediante proposta dos órgãos da administração. Além das reservas citadas não há outras previstas pelo Estatuto Social da Companhia. Aplicam-se ainda todas as outras reservas de lucros dispostas na Lei 6.404/76.</p>		
Valores das retenções de lucros	R\$ 143.998	R\$ 121.129	R\$ 139.193
b) Regras sobre a distribuição de dividendos:	<p>Os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia (art.37 alínea d) correspondem a 25% do lucro líquido do exercício após a destinação à Reserva Legal e demais deduções e acréscimos previstos no art. 202, II e III da Lei 6.404/76. O Estatuto também prevê no art. 38 a possibilidade da Companhia pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório</p>		
Valores dos dividendos e juros sobre capital próprio	R\$ 30.464	R\$ 505	R\$ 12.505
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>O artigo 39 do Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>		
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não há.		

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	60.928.896,45	2.019.369,71	50.019.264,42
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,500000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,193100	0,890000	21,550000
Dividendo distribuído total	30.464.448,23	504.785,93	12.504.816,11
Lucro líquido retido	23.671.232,24	0,00	20.147.041,18
Data da aprovação da retenção	30/04/2018	28/04/2017	29/04/2016

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	16.818.631,54	25/05/2018			7.268.359,77	04/07/2016
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	9.615.189,99	18/08/2017	504.785,93	01/06/2017	5.236.456,34	21/09/2015
Ordinária	4.030.626,70	25/05/2018				

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não houve declaração de dividendos a conta de lucros retidos ou reservas nos últimos três exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de Endividamento	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	966.950.068,23	Índice de Endividamento		3,39225231	
	0,00	Outros índices		2,58716670	O segundo índice é obtido a partir da divisão da dívida líquida pelo EBITDA. A dívida líquida é composta pelos empréstimos e financiamentos somados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontados de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários. A abertura em dois índices com e sem a dívida dos parcelamentos tributários, é elucidativa devido ao prazo muito mais longo de amortização das últimas, em sua maior parte, superior a cinco anos, chegando até quinze anos, comparado com o prazo da dívida bancária, que em sua maior parte é inferior a três anos.
	0,00	Outros índices		2,18098869	São apresentados dois novos índices, o primeiro é apurado através da divisão da dívida bancária líquida em 31 de dezembro de 2015 pelo EBITDA do exercício. A dívida bancária líquida corresponde ao saldo dos empréstimos e financiamentos (incluindo saldo de financiamentos de longo prazo de fornecedores de máquinas e equipamentos) deduzidos das disponibilidades e títulos e valores mobiliários.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)								
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total	
Empréstimo	Garantia Real		17.874.338,00	170.922.802,86	38.719.209,00	14.670.615,00	242.186.964,86	
Empréstimo	Garantia Flutuante		111.237.904,07	116.998.498,00	0,00	0,00	228.236.402,07	
Empréstimo	Quirografárias		297.676.865,28	177.592.599,07	10.599.976,07	10.599.976,07	496.469.416,49	
Total			426.789.107,35	465.513.899,93	49.319.185,07	25.270.591,07	966.892.783,42	
Observação								

3.9 - Outras informações relevantes

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Com relação à Companhia:

- Risco na execução da estratégia de crescimento

Vários fatores podem interferir na execução dessa estratégia de crescimento, bem como, das demais operações da Companhia e de suas controladas:

- Aumento da inflação, taxas de juros, taxas de câmbio;
- Variação nos níveis de renda e emprego;
- Políticas fiscais;
- Impactos na economia brasileira;
- Disponibilidade de mão de obra qualificada;

- Riscos associados a possíveis perdas nos processos judiciais

Atualmente a Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais, conforme detalhados no item 4.3. Caso haja decisões desfavoráveis e/ou caso as perdas sejam significativamente superiores aos montantes provisionados, existe o risco de impacto no resultado e na condição financeira da Companhia.

- Falhas nos sistemas de tecnologia de informação

As operações da Companhia estão diretamente ligadas ao uso dos sistemas da tecnologia de informação, para o registro das vendas, apoio na geração de relatórios financeiros, ferramentas da web, controle de custos e estoques, contas a pagar e contas a receber, entre outros. Possíveis falhas na execução desses sistemas poderá afetar as operações e o desempenho da Companhia de forma adversa.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle:

Os gestores não detectaram risco ao negócio, pois foi protocolado na Companhia em abril de 2011 um acordo de acionistas com cerca de 60% do capital votante, com validade de trinta anos e restrições por cinco anos para negociação das ações integrantes deste bloco.

c) Com relação aos acionistas da Companhia:

Eventuais vendas de volumes substanciais de ações de emissão da Companhia, ou a percepção de que tais vendas possam ocorrer, podem causar volatilidade devido à pequena liquidez atual, e impactar adversamente o valor de mercado das ações.

d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia:

A Companhia possui créditos fiscais com a parte relacionada Refinadora Catarinense S.A., intitulados “crédito-prêmio IPI” e o risco apresentado é em relação ao prazo de recebimento destes haveres. Ressalta-se o baixo risco desta operação considerando que o contrato celebrado com a “Refinadora” possui garantia de ressarcimento dos valores não utilizados, que os créditos em garantia já se transformaram em precatório pagos anualmente por um período de 10 anos. A Companhia recebeu quatro parcelas (de um total de dez parcelas, conforme disposição contratual) sendo uma em agosto de 2011, uma em março de 2013, uma em abril de 2014, e uma em dezembro de 2015 nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento a parcela 04.

A Companhia participa com 99% ou mais de suas controladas, todas atuando na cadeia do segmento cerâmico, portanto não há risco para o negócio que não esteja considerado na Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Com relação aos fornecedores da Companhia:

A Companhia e suas subsidiárias podem figurar como responsáveis solidários das dívidas trabalhistas de fornecedores terceirizados;

Utilização do gás natural, principal combustível para a produção de cerâmica, atualmente oriundo da Bolívia, e a alternativa energética seria o GLP, de custo mais alto;

Aumento de preços de matérias primas e insumos decorrentes de eventual desequilíbrio de oferta e demanda, variação na legislação que regula a tributação dos insumos, e flutuações de taxa de câmbio, podem aumentar a volatilidade operacional da Companhia. Ressalte-se, no entanto, que se tais mudanças ocorrerem, elas afetam os vários players do segmento, o que significa que a competitividade relativa da Companhia é preservada. Atualmente, a composição do custo industrial da Companhia é a seguinte:

	2017	
	R\$ mil	%
Insumos	307.852	50,72%
Outsourcing	53.843	8,87%
Energia / Gás Natural	96.513	15,90%
Mão de obra	120.142	19,80%
Depreciação e Amortização	28.566	4,71%
Total	606.917	100,00%

f) Com relação aos clientes da Companhia

A Companhia está sujeita a riscos normalmente associados à concessão de crédito a seus clientes. Caso ocorra uma taxa de inadimplência maior que a estimada, que tem sido historicamente baixa, o resultado da Companhia poderá ser afetado.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia:

O consumo de produtos cerâmicos está intimamente ligado ao desempenho do setor imobiliário, que depende de disponibilidade de crédito aos consumidores e construtores. Em caso de haver deterioração neste cenário poderá haver um efeito adverso na demanda por produtos e nos resultados operacionais da Companhia. Cumpre ressaltar que os produtos cerâmicos são consumidos na última fase do ciclo médio da construção civil – o que significa que, em 2014, a Companhia se beneficiou das obras iniciadas em 2012 e 2011, apesar do período de retração que o setor estava apresentando, e que devido a este momento vivido no cenário econômico em 2014, pode sofrer impactos negativos em sua receita já em 2015 e 2016.

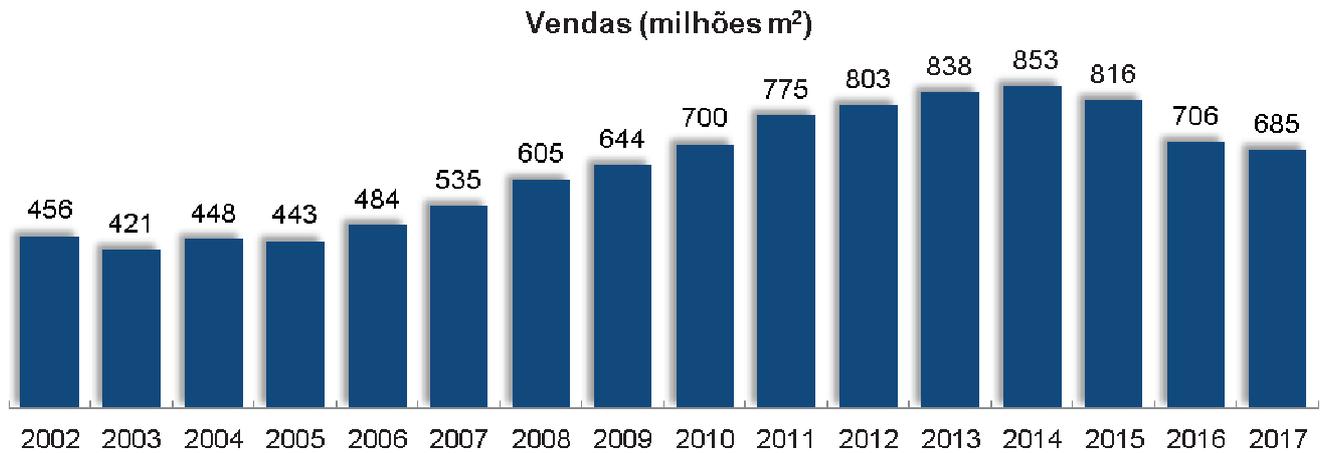
Conforme pesquisa Sondagem da Construção Civil, em dezembro 2017 apresenta uma atividade da indústria da construção em desaceleração, porém o recuo está cada vez menos intenso. Os índices mostram debilitados, porém melhor que o ano anterior. Os empresários acreditam na retomada do setor, onde o índice de investimento cresceu, o que pode contribuir para uma recuperação mais intensa do setor.

As condições da economia, do mercado imobiliário, e os ciclos da indústria de construção são influenciados por: (i) níveis de emprego; (ii) crescimento populacional (iii) confiança e demanda do consumidor (iv) crescimento da renda; (v) taxa de juros; (vi) inflação; e (vii) disponibilidade de financiamento; entre outros fatores que podem provocar volatilidade na demanda.

A percepção de baixo risco de mercado à operação é reforçada pela tendência de consumo de revestimentos cerâmicos no mercado brasileiro que, segundo dados da associação do setor, a Anfacer, exhibe uma sólida e constante trajetória de crescimento nos últimos anos:

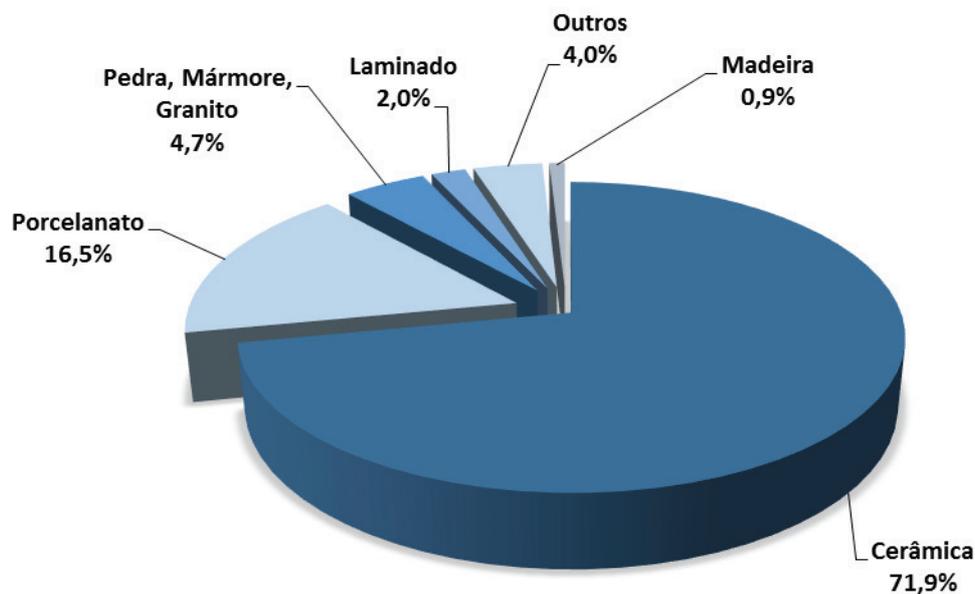
4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Chama ainda a atenção o fato de que, no total das vendas de revestimentos, as tipologias predominantes são a cerâmica e o porcelanato, segundo estatísticas da Abiplar de 2017 e que são os principais produtos industrializados e comercializados pela Portobello:

Consumo: Cerâmica + Porcelanato = 88,4% do consumo interno de revestimentos para pisos.



4.1 - Descrição dos fatores de risco

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia:

A carga tributária sobre os produtos cerâmicos, como exemplo o IPI que teve a redução dos percentuais das alíquotas incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, estava mantida até 31 de março de 2014 conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e foi revogada pelo Decreto Federal 7.879 de 27 de dezembro de 2012, que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado, cujo risco seria um aumento repentino das alíquotas, influenciando diretamente as vendas da Companhia.

A regulamentação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) pode afetar o suprimento de matérias primas;

Regulamentação do meio ambiente – cujo risco é diminuído pela postura proativa da empresa que, desde sua fundação, buscou antecipar-se às exigências legais. Por este motivo, a Companhia já alcançou a marca de 99,5% de reaproveitamento dos resíduos sólidos gerados na produção.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua:

Os riscos são pequenos, difusos e diversificados, uma vez que a Companhia atualmente tem pequena parcela de seu negócio (cerca de 18%) dependente do mercado externo e suas exportações não são concentradas, estando direcionadas para muitos países.

j) Com relação às questões socioambientais:

A produção da Companhia pode ser impactada negativamente devido à falta de abastecimento de gás natural, por ocasião de enchentes ou outros eventos naturais que possam causar danos do gasoduto que abastece o Estado de Santa Catarina.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios, também descritos no item 4.1 (e) a (i).

Os contratos de financiamento firmados pela Companhia são, em geral, indexados às taxas de CDI, SELIC e índices de inflação além das variações de taxas de câmbio.

As vendas são normalmente feitas por negociações isoladas, sem a necessidade de contratos de longo prazo. Os prazos de venda são relativamente curtos, a preços fixos em reais, exceto na exportação, onde a maior parte das vendas é precificada em dólar e uma parcela pequena em euro. Como a Companhia atua através de quatro canais de venda (rede de lojas franqueadas, lojas multimarca, construtoras/incorporadoras e exportação) há mais diluição dos riscos de mercado do que os demais concorrentes do setor cerâmico brasileiro. Não há regulamentação sobre preços de venda no setor. Os principais tributos incidentes sobre as vendas da Companhia no mercado interno são o ICMS, o IPI (de 5%, mas atualmente com alíquota zero para o setor, por prazo indeterminado), PIS e COFINS.

i) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

É demonstrada a seguir a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:

		Consolidado em Reais						
	31 de dezembro de 2017	Risco	Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações (remuneradas 98,6% CDI)	78.962	Alta CDI	6,89%	5.364	5,17%	6.705	3,45%	8.046
Empréstimos - Capital de Giro	(1.177)	Alta CDI	6,89%	(81)	8,61%	(101)	10,34%	(122)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(123.232)	Alta CDI	6,89%	(8.491)	8,61%	(10.613)	10,34%	(12.736)
Debêntures	(175.703)	Alta CDI	6,89%	(12.106)	8,61%	(15.132)	10,34%	(18.159)
	<u>(221.150)</u>			<u>(15.314)</u>		<u>(19.141)</u>		<u>(22.971)</u>
Parcelamento de obrigações tributárias	(76.774)	Alta Selic	6,90%	(5.297)	8,63%	(6.622)	10,35%	(7.946)

ii) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir a simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado em Reais						
	31 de dezembro de 2017	Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	52.785	3,250 (925)	4,063 13.196	4,875 26.393			
Conta corrente	3.806	3,250 (67)	4,063 952	4,875 1.903			
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(9.718)	3,250 439	4,063 (6.265)	4,875 (12.531)			
Empréstimos e financiamentos	(42.303)	3,250 742	4,063 (10.576)	4,875 (21.152)			
Exposição líquida	4.570	3,250 189	4,063 (2.693)	4,875 (5.387)			

iii) Risco de mercado, crédito e liquidez

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia e suas controladas mantém rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

O risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Consolidado										
	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016				31 de dezembro de 2015			
	* Empréstimos e debêntures	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	Empréstimos e debêntures	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	146.051	114.569	14.126	197.757	102.929	9.857	310.543	211.513	143.310	9.081	363.904
Entre um e dois anos	253.677	78.496	21.478	226.420	68.990	20.296	315.706	254.477	47.923	18.744	321.144
Entre dois e cinco anos	102.778	-	32.217	146.726	-	30.444	177.170	191.774	-	28.116	219.890
Acima de cinco anos	14.836	-	8.953	25.134	-	18.602	43.736	51.303	-	26.554	77.857
	517.342	193.065	76.774	596.037	171.919	79.199	847.155	709.067	191.233	82.495	982.795

Os riscos descritos acima são inerentes ao ambiente em que a Companhia está inserida, no entanto, é prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e ao acompanhamento do cenário macro econômico, ajustando suas estratégias operacionais conforme necessário, de forma a minimizar o efeito sobre os seus negócios de forma adversa.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

(i) Processos Tributários

A Companhia e suas controladas figuram como requerentes ou requeridas em 161 ações, no âmbito da Justiça Comum, Justiça Federal e na Receita Federal, dos quais 93 são processos administrativos e 68 processos na esfera judicial, compreendendo apenas o risco possível e remoto.

(ii) Processos Trabalhistas

Processo nº 0234100-60.1998.5.05.0015

Juízo	15ª Vara do Trabalho de Salvador (BA)
Instância	Vara do Trabalho – Liquidação de sentença
Data de instauração	01/01/1998
Partes no processo	Autor: J. M. F. Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Anulação da rescisão, pagamento de salários, bonificações, reembolsos médicos e odontológicos, entre outros. Aviso Prévio, saldo de salário, indenização de seguro desemprego, diferenças de rescisórias, indenização por dano moral, diferenças salariais, diferenças de comissões, horas extras, diferenças de reajustes, diferenças de taxa de produtividade, quinquênios, diferenças de adicional de quilometragem, reflexos de bonificação, multas convencionais, diferenças salariais e de comissões, honorários advocatícios.
Principais fatos	
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 6.727.185,00

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2017.

Processo nº 02630-2005-045-12-00-7

Juízo	2ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú (SC)
Instância	1ª Grau (Execução)
Data de instauração	12/05/2005
Partes no processo	Autor: Valmir Alexandre Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	
Principais fatos	1ª Grau – IMPROCEDENTE 2ª Grau - Acórdão TRT 12ª Região - DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para afastar a prescrição bienal declarada pelo Juízo a quo; condenar a ré no pagamento de: a) indenização por danos morais e estéticos ao autor no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), já atualizados até esta data; b) pensão mensal ao autor, no importe de R\$ 266,50 mensais (20% do valor do último salário do obreiro), a ser paga desde 22 de maio de 1982 (data do acidente) até a data em que completar o autor 75 anos de idade (nos limites da inicial) ou até a data de seu falecimento, o que primeiro sobrevier, acrescida de gratificação natalina e 1/3 de férias, respeitadas os reajustes da categoria desde então, sendo as parcelas vencidas pagas de uma só vez; c) com fulcro no art. 475-Q do CPC, a constituir capital cuja renda garanta o pagamento do valor das prestações da pensão mensal; d) deferir ao autor os benefícios da justiça gratuita. Determinar: 1) sejam os juros sobre a indenização por danos morais e estéticos aplicados a partir do ajuizamento da ação, como determina o § 1º do art. 39 da Lei n.º 8.177/91; 2) pensão mensal corrigida a partir da época própria, conforme determina a Súmula n.º 381 do Egrégio TST; 3) seja o valor da indenização por danos morais e estéticos corrigido a partir da data da publicação do acórdão. Arbitrar o valor provisório à condenação em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 544.712,31

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2017.

Processo nº 0234100-60.1998.5.05.0015

Juízo	4ª Vara do Trabalho de Cuiabá (MT)
-------	------------------------------------

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Instância	1ª Grau (Execução)
Data de instauração	15/02/2007
Partes no processo	Autor: Gilberto Luiz Sliwinski Ré: Portobello S/A
Valores, bens, ou direitos envolvidos	Anulação da rescisão, pagamento de salários, bonificações, reembolsos médicos e odontológicos, entre outros. Aviso Prévio, saldo de salário, indenização de seguro desemprego, diferenças de rescisórias, indenização por dano moral, diferenças salariais, diferenças de comissões, horas extras, diferenças de reajustes, diferenças de taxa de produtividade, quinquênios, diferenças de adicional de quilometragem, reflexos de bonificação, multas convencionais, diferenças salariais e de comissões, honorários advocatícios.
Principais fatos	1ª Grau – IMPROCEDENTE 2ª Grau - Acórdão TRT 5ª Região - DECIDIU a 1ª Turma de Julgamento do eg. Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Terceira Região, por unanimidade, conhecer do recurso ordinário, bem assim das contrarrazões e, no mérito, dar-lhe provimento para declarar a reclamada revel e confessa em razão de a preposta não ser empregada e, perpassando a análise dos pedidos insertos na inicial (art. 515, § 3º, do CPC), reconhecer a existência de vínculo empregatícios entre as partes para deferir ao recorrente verbas rescisórias e indenizatórias, nos termos do voto do Juiz Relator. Custas a cargo da recorrida no importe de R\$ 1.000,00 sobre R\$ 50.000, valor provisoriamente atribuído à condenação.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 525.534,38

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2017.

(iii) Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 388 ações cíveis, no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais.

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2017.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não se aplica, tendo em vista que os administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não se aplica, tendo em vista que a Companhia e suas controladas não são partes de processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Processos Tributários

A Companhia e suas controladas figuram como requerentes ou requeridas em 161 ações, no âmbito da Justiça Comum, Justiça Federal e na Receita Federal, dos quais 93 são processos administrativos e 68 processos na esfera judicial, compreendendo apenas o risco possível e remoto, conforme descrito no item 4.3 (i).

a) ATIVOS TRIBUTÁRIOS POSSÍVEIS

-Exclusão do ICMS da base de calculo do PIS e da COFINS

A Companhia impetrou mandato de segurança objetivando alterar a base de calculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a exclusão do ICMS da base de calculo em relevo. A mencionada decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A Fazenda Nacional recorreu desta decisão. O montante até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 50.000

-Polo Ativo

O ativo tributário refere-se ao reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', que já teve sua liquidação de sentença transitada em julgado em março de 2015. A Companhia já está promovendo a execução de sentença, tendo o juiz da causa determinado à contadoria judicial que se pronunciasse sobre a correta aplicação dos critérios definidos em liquidação de sentença para posterior homologação do valor devido ('quantum'). A contadoria judicial da Justiça Federal pronunciou-se no sentido de ratificar os cálculos apresentados pela Companhia, pois "está em conformidade com a sentença". O valor foi apurado em R\$ 162.000, base novembro de 2017.

(ii) Processos Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 324 reclamações trabalhistas, que versam sobre insalubridade, movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais.

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

(iii) Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 388 ações cíveis, no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais.

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica, dado que a Companhia não é um emissor estrangeiro.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

PBG S.A atual denominação de Portobello S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) - produz e comercializa produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede de lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra onze lojas; (iii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica constituída no nordeste, e que atualmente esta sem operações; (v) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que atualmente está inativa.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

a) Riscos para os quais se busca proteção:

Risco cambial: A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações, dispondo, portanto, de “*hedge*” natural em seu fluxo de caixa.

Risco de taxa de juros: é decorrente de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco de crédito: A Companhia mantém rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites periodicamente.

Risco patrimonial: A Companhia possui apólices de seguros visando cobrir eventuais sinistros, nas modalidades de Responsabilidade Civil Geral para danos nas instalações do parque fabril, Responsabilidade Civil para Administradores para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores.

b) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia realiza controle periódico do fluxo de caixa e orçamento, monitorando os saldos para os períodos futuros, alinhando as diretrizes e corrigindo-as conforme as necessidades de caixa, visando sempre as melhores condições de captação para não onerar os resultados da Companhia. Busca também eliminar os riscos com a inadimplência monitorando a carteira de clientes e ajustando sempre que necessário os processos de crédito e cobrança.

Todos os indicadores acompanhados são definidos no Planejamento Anual, aprovado pelo Conselho de Administração.

A operação de novas operações financeiras, o limite de alçada para a diretoria é de R\$ 24,7 milhões.

Referente a operacionalização de crédito e cobrança, a Companhia dispõe de um ERP com parâmetros de segurança onde todos os clientes são avaliados, inclusive com consultas de mercado, onde são atribuídos limites de crédito e aprovação por alçada.

c) Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia não tem por prática operar instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

d) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estratégia de monitoramento de riscos tem sido conduzida principalmente pela área financeira da Companhia, atendendo a diretriz de exposição cambial, citada no item “a” deste.

e) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Todas as decisões relativas às operações que envolvam algum risco para a Companhia são avaliadas e aprovadas antecipadamente pela Administração, e o gerenciamento dos riscos é um processo contínuo dentro da Companhia, que são geridos principalmente pela área financeira, conforme mencionado no item “f”.

A Companhia possui normas internas para o cumprimento desses processos, e dispõe de um ERP parametrizado para garantir que a sua estrutura operacional seja suficiente e atenda as necessidades de

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

gestão. Também conta com o plano de auditoria interna contratada, visando mitigar os riscos inerentes à operação.

5.3 - Descrição dos controles internos

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração entende que a Companhia possui um ambiente de controles internos suficientemente confiáveis para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Os controles internos são efetuados, em sua maioria, de forma sistêmica, através do sistema de informações integrado (ERP) Oracle.

Buscando sempre qualidade nos processos, a Companhia em contratou uma equipe de auditoria interna para aperfeiçoar esses controles.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

Diretoria e Conselho de Administração internamente e Auditoria Externa.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O acompanhamento dos controles internos é feito pelo departamento de controladoria, direcionando as melhorias as áreas envolvidas, sempre com a supervisão da diretoria.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Monitoramento relacionado a refaturamento de vendas - Recomendação que a Administração realize aprimoramentos sistêmicos, a fim de vincular cruzamento de informações através do número da nota fiscal.

Elaboração e revisão da performance gerencial - Recomendação que sejam formalizados os procedimentos de preparação e revisão da performance financeira, que os principais inputs das informações realizadas sejam conciliados com os registros contábeis.

Calculo do custo - Recomendação para descentralização do conhecimento no que tange a atividade pode comprometer o processo de fechamento a ser executado na ausência desse profissional.

Melhorias nos controles de conciliações.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotada

Os Diretores da Companhia acreditam que os processos adotados são suficientes para assegurar a precisão dos dados e a confiabilidade da elaboração das demonstrações financeiras. Embora haja recomendações para melhorar os controles, identificados na revisão da auditoria externa, as correções e melhorias já estão sendo aplicadas, buscando mitigar essas deficiências e deixar os processos mais eficazes. As equipes estão passando por reestruturação de modo que seja viável a aplicabilidade do novo modelo de controle.

5.4 - Programa de Integridade

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não se aplica, pois todos os fatores já foram comentados acima.

5.5 - Alterações significativas

Não ocorreram alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	22/12/1977
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/01/1991

6.3 - Breve histórico

Portobello, **atual PBG S.A** empresa de capital aberto, integrante do Novo Mercado Bovespa desde 2008, foi constituída em 22 de dezembro de 1977 e iniciou suas atividades produtivas em 1979.

Os diferenciais da marca Portobello são:

O Design e a Inovação – que compõem seu DNA e impulsionam o desenvolvimento constante de novas e melhores soluções para produtos e para o negócio.

A Logística – que permite uma distribuição eficiente e diferenciada nos diferentes canais de distribuição da empresa, com foco no varejo.

O Relacionamento com os Arquitetos – profissional que transforma os produtos da marca em ambientes concretos e com quem a marca mantém uma troca virtuosa para o desenvolvimento do negócio Portobello e para o aprimoramento da atividade profissional do arquiteto.

A Distribuição Multicanal – que amplia a competitividade da marca e permite o equilíbrio entre os diversos segmentos em contextos de instabilidade do mercado.

A Confiabilidade nas Relações – importante para a visão de longo prazo no relacionamento com os diferentes stakeholders.

A Marca Portobello – que representa e comunica todo o valor intangível do negócio.

Linha do tempo

1979	Início das atividades
1981	Início das exportações
1984	Lançamento da linha carga pesada
1987	Ampliação do parque fabril, atingindo 1 milhão de m ² /mês
1991	Produção de revestimento externo (mosaico)
1992	Primeira empresa a comercializar no Brasil o porcelanato italiano, dando início ao programa de outsourcing.
1994	Certificação de qualidade ISO.
1996	Instalação do polimento de porcelanato.
1998	Rede das franquias Portobello Shop.
2000	Utilização de gás natural.
2001	Produção de porcelanato.
2005	Exportação atinge 60% das vendas.
2008	Adesão ao Novo Mercado. Expansão do parque fabril. Cem lojas Portobello Shop.
2010	Produção do extra fino e forte incremento em outsourcing.
2011	Produção com tecnologia de impressão digital (Inkjet).

6.3 - Breve histórico

-
- Marketing digital Portobello – Equipe adota iPad como padrão e são lançados pioneira e inovadoramente aplicativos para tablets.
- 2012** A Portobello transforma-se na maior empresa de revestimento cerâmico da América do Sul. A Portobello consolida-se como a maior rede de lojas especializadas de revestimentos cerâmicos do Brasil, com 110 lojas.
- 2013** Portobello lança sua campanha publicitária “Até o básico é único”.
Instalação da nova Fábrica de Porcelanato Grandes Formatos.
Lançamento Pedra Fundamental Fabrica Nordeste.
- 2014** Abertura centros de distribuição
- 2015** Início das operações Fábrica do Nordeste -Lançamento da marca Pointer com inauguração da nova fábrica em Alagoas.
Consolidação Portobello Grupo
- 2016** Relatório de Sustentabilidade Padrão Global Reporting Initiative – GRI
Início do projeto Oficina Portobello
Lançamento Coleção Portobello: Arquitetura em Movimento. In and Out.
Projeto Loja Padrão Green Building LEED
- 2017** Lançamento Coleção Pointer: Morada Brasileira – Raízes, com participação de Marcelo Rosenbaum.
Lançamento projeto Oficina Portobello nas lojas de SC.
- 2018** Lançamento projeto Oficina Portobello nas lojas de SP, PR e RS
Lançamento dos grandes formatos 120x120 e 80x160 porcelanato esmaltado e aumento de capacidade dos produtos beneficiados.
A unidade de Maceio (Pointer) inicia a produção de produtos retificados e cortados.

Localização

A estrutura de abastecimento da companhia conta com dois parques fabris e Outsourcing nacional e internacional.

O principal parque fabril localiza-se em Tijucas (SC), próximo ao seu principal mercado, à portos importantes e às principais rotas rodoviárias nacionais e internacionais.

O parque fabril do nordeste está localizado na cidade de Marechal Deodoro (AL), próximo ao seu principal mercado consumidor e ao porto do Recife.

Estrutura do Parque Fabril

O parque fabril de Tijucas/ SC é um dos maiores e mais importantes parques para produção de porcelanato, com capacidade anual produtiva na ordem de 30 milhões de m², incluindo também as tipologias de revestimento para fachadas, monoporosa para paredes e acessórios para personalização.

O parque fabril de Marechal Deodoro/ AL – Marca Pointer – têm tecnologia produtiva denominada “Massa a Seco” para produção de cerâmica, com capacidade produtiva anual na ordem de 15 milhões de m².

6.3 - Breve histórico

Evolução da atividade industrial

As atividades de produção iniciaram-se em junho de 1979, quando entrou em operação o primeiro forno com capacidade de 65.000 m² por mês. Ao longo dos três anos seguintes, entraram em operação mais três fornos com capacidade de 235.000 m² por mês, concluindo em maio de 1982 a instalação da unidade fabril I, com capacidade total de 300.000 m² por mês. A Companhia numera as unidades fabris com o intuito de permitir uma avaliação distinta de cada uma, embora todas façam parte do mesmo parque fabril, situado na cidade de Tijucas – SC.

No ano de 1985 foi iniciado o processo de expansão industrial, com a montagem da Fábrica II, dividida em duas etapas: a primeira foi concluída em agosto de 1987, com três fornos com capacidade instalada de 300.000 m² por mês; a segunda foi concluída em novembro de 1988 e adicionou 400.000 m² por mês, também com três fornos, atingindo a capacidade total de 1.000.000 m² por mês.

Em 1990 foi feita a primeira intervenção que não visava apenas elevar a capacidade de produção. Por meio da substituição dos equipamentos da unidade I, a Portobello reduziu custos de produção, já que adotava uma tecnologia mais atualizada, e também investia na produção de pequenos formatos. O resultado, após a conclusão do projeto, em setembro de 1991, foi à manutenção da capacidade de produção, porém com maior um valor agregado oriundo da venda de revestimento cerâmico para fachadas de prédios em pequenos formatos (tecnologia “Dot Mounted”), cujas peças são unidas por pontos de cola em placas de 30 x 30 cm pré-alinhadas, reduzindo o custo de instalação e, com isso, aumentando seu valor agregado.

Visando a complementaridade do portfólio de produtos, em 1994 foram implantadas as fábricas de revestimento para parede interna (“monoporosa”), de peças decoradas especiais e terceira queima, atingindo então a capacidade instalada de 1.250.000 m² por mês. Em 1995, com a instalação de uma linha de grandes formatos (50 cm x 50 cm) para pisos, ampliou-se a capacidade para 1.500.000 de m² por mês, um acréscimo de 20% em relação ao ano anterior. A otimização de produção dos diferentes formatos entre as linhas de produção de pisos elevou a capacidade para 1.650.000 m² por mês em 1996.

Ao fim de 1996 iniciou-se a instalação da unidade de polimento de porcelanato com início de produção em maio de 1997, com capacidade de 63.000 m² por mês, ampliada em 2000 para 150.000 m² por mês. Este processo consiste em dar acabamento especial ao porcelanato, ao mármore porcelânico e à cerâmica esmaltada, permitindo superfícies de alto brilho e dimensões de alta precisão para minimização da junta no assentamento. Em 2001, foi lançado o porcelanato rústico, unindo a matéria-prima porcelânica com esmaltação nas linhas de produção de pisos convencionais.

Em outubro de 2000 foi concluída a primeira linha de produção da fábrica de porcelanato e mármore porcelânico no Parque Industrial de Tijucas (SC) e foram introduzidos produtos no formato 60 cm x 120 cm. O mármore porcelânico é fruto do mais recente processo de produção que consiste na prensagem em um corpo único por meio da qual chega-se a características técnicas superiores ao mármore e ao granito natural, porém com a vantagem de determinação de características estéticas estáveis em escala industrial. Em outubro de 2002 a fábrica de mármore porcelânico foi duplicada, elevando a capacidade nominal total para 1.860.000 m² por mês.

Em 2007, foi iniciada a implantação do programa de produção enxuta nas unidades fabris da Companhia. Este programa, que tem o apoio do Lean Institute do Brasil, objetiva detalhar as atividades básicas envolvidas no negócio e identificar o que é desperdício e o que é valor a partir da ótica dos clientes e usuários. O programa de investimentos de cerca de R\$ 4.000 teve como principal objetivo a modernização das fábricas. A produção anual de 2007 foi de 18.000.000 de m² de revestimentos cerâmicos com “mix” de produtos de maior valor agregado.

Em 2008, duas linhas de produção de porcelanato esmaltado de cerca de vinte anos de operação foram substituídas por uma nova, de maior capacidade e tecnologia de ponta. O projeto de modernização e ampliação de capacidade das linhas de produção consumiu R\$ 30.000 que, além de possibilitar a redução

6.3 - Breve histórico

de custo dos produtos, aumentou a capacidade fabril em 18%. A capacidade adicionada permitiu à Companhia lançar novas linhas de produtos de preços mais competitivos para atender à demanda das construtoras de revestimentos para imóveis voltados às classes B e C.

Em 2009 foi implantada nova linha na fábrica de revestimentos de parede e instalada uma nova prensa de grande porte em uma das linhas de produção de porcelanato esmaltado, permitindo aumentar a capacidade de produção de pisos no formato 60 cm x 60 cm, que têm maior preço no mercado do que o produto de 45 cm x 45 cm que será substituído naquela linha de produção.

No primeiro trimestre de 2010 foi implantada nova linha de produção de porcelanato esmaltado, o que permitiu desativar em 2011 uma das linhas antigas, com mais de vinte anos de operação e de menor capacidade produtiva, ampliando a capacidade total de produção em 16%, para 26.000.000 de m² por ano.

Entre 2010 e 2012 a Companhia adquiriu equipamentos para decoração, que utiliza alta tecnologia de impressão digital, modelo InkJet, que permite maior inovação e rapidez no lançamento de linhas de produtos.

Em 2013 uma nova linha de produção foi instalada, a linha de porcelanato de grandes formatos, com equipamentos totalmente automatizados de tecnologia italiana de última geração, com alta produtividade e baixo consumo energético concluída em julho. A Companhia, neste período, também iniciou investimentos em novo modelo logístico, para suprir os projetos de crescimento e com mesmo nível de qualidade nos serviços, com menor custo e investimento de capital a total cadeia. Para isso a Companhia criará em locais estratégicos, centros de distribuição, sendo que já conta com um no estado de Pernambuco. Neste período também houve investimentos em processamento e preparação de matéria prima, aumentando a capacidade de produção e a produtividade na tipologia porcelanato.

E, em novembro deste ano, foi lançada a pedra fundamental para construção da planta fabril em Alagoas. A unidade tem à disposição um milhão de m² de área para expansão e na primeira etapa das operações irá gerar 1.000 empregos (diretos e indiretos). O investimento visa atender o público do norte e nordeste brasileiro que atualmente corresponde a 25% do mercado cerâmico nacional. Com público e portfólio específicos a fábrica será o motor da nova marca - Pointer.

No primeiro trimestre de 2014 o primeiro centro de distribuição criado no estado de São Paulo iniciou suas operações, conforme mencionado anteriormente, faz parte da estratégia de crescimento da Companhia no novo modelo logístico. Atualmente neste novo modelo logístico, a Companhia já conta com Um CD no estado de Pernambuco, dois no estado de São Paulo (Rio Claro e Jundiaí), um no estado do Rio de Janeiro e um no Paraná.

Em 07 de dezembro de 2015, foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração da razão social da Companhia, que passa de Portobello S/A para PBG S.A, visando à simplificação da estrutura societária e otimização de processos administrativos.

Em 2016 iniciou-se o projeto Oficina Portobello, nova marca da companhia, com portfólio de mobiliários e recortes em porcelanato, com o objetivo de compor o mix das lojas Portobello shop e entregar mais qualidade aos clientes que buscam projeto personalizados para os ambientes. A implantação da Oficina Portobello aconteceu em 2017, com a instalação da primeira fábrica no Brasil, em Tijucas (SC). A estratégia de expansão da marca iniciou-se em 2017, com Santa Catarina como Piloto e seguiu para os estados de São Paulo, Rio grande do Sul e Paraná em 2018. Com novas instalações no país, a marca expandirá para os demais estados.

Em 2018 a Portobello reforçou o pilar de inovação ao implantar a nova linha de produção, com produção nacional de grandes formatos e o lançamento dos formatos 120x120 e 80x160 porcelanato esmaltado e

6.3 - Breve histórico

aumento de capacidade dos produtos beneficiados. Ainda neste pilar de inovação, a unidade de Maceió (Pointer) iniciou a produção de produtos retificados e cortados, reforçando a missão de design da marca. Em 2018 a companhia passou por uma reestruturação, que resultou na evolução organizacional e integrou a empresa ,reforçando o objetivo de fortalecer a marca no varejo.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não se aplica, dado que a Companhia não possui pedidos de falência e recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

PBG S.A atual denominação de Portobello S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) - produz e comercializa produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que atualmente está inativa; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra sete lojas; (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede com 144 lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; e a (v) Companhia Brasileira de Cerâmica responsável pelas atividades na região nordeste, que em dezembro de 2015 teve as atividades absorvidas pela controladora .

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

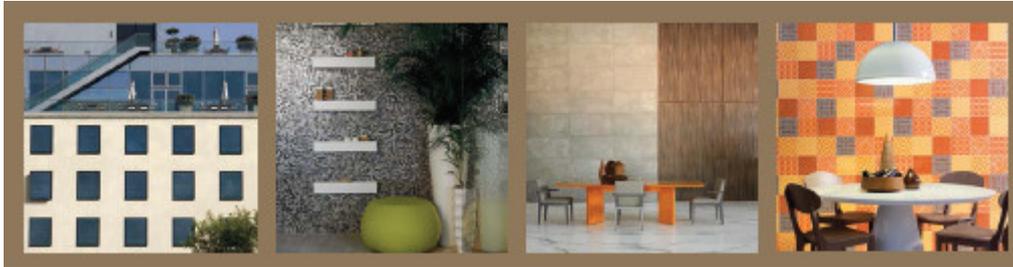
Não se aplica, dados que a Companhia não dispõe sobre atividades de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Produtos e serviços comercializados

Porcelanatos, Mosaicos para Fachadas, Peças Especiais e Revestimentos para Paredes materializam o design e a inovação da marca Portobello.



b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia e c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A receita líquida e o lucro ou prejuízo da Companhia é 100% proveniente das vendas dos produtos de revestimentos cerâmicos e entende que este é o seu único segmento, que está dividido apenas em mercado interno e mercado externo.

A tabela abaixo mostra a receita operacional líquida e o lucro (prejuízo) líquido, consolidados:

Informações Operacionais e Financeiras Consolidadas	Exercícios sociais encerrados em 31 de Dezembro de:		
	2017	2016	2015
Receita bruta de vendas	1.277.945	1.301.050	1.345.015
Deduções da receita bruta	(254.008)	(284.650)	(284.620)
Receita líquida de vendas	1.023.937	1.016.400	1.060.395
Mercado interno	840.999	868.452	912.806
Mercado externo	182.938	147.948	147.589
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	64.136	2.125	52.652

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Características do processo de produção

Como em todos os outros setores da Companhia, a Portobello preocupa-se com a qualidade em cada etapa do processo produtivo, desde a preparação das massas que compõem os revestimentos cerâmicos, até a expedição dos produtos acabados. O processo de produção é contínuo e consiste das seguintes fases:

(i) Produção de pisos, revestimentos internos e revestimentos externos (fachadas):

- **Preparação de massa:** No processo industrial, as matérias-primas utilizadas, provenientes de jazidas próprias ou de terceiros, são estocadas no interior da fábrica. A dosagem de cada matéria-prima é feita segundo uma formulação percentual fornecida pelo laboratório, com base nos resultados obtidos em testes. A Companhia desenvolveu tecnologia para reincorporar parte dos resíduos sólidos gerados na produção como matéria-prima, fazendo com que hoje seus produtos tenham mais de 20% de conteúdo reciclado, um índice que, além de representar uma boa prática de sustentabilidade, é também critério para os edifícios que buscam certificação no Green Building (LEED Materiais e Recursos). A matéria-prima é então transportada por correias até os moinhos. Nos moinhos ocorre o processo que consiste em moer por via úmida os materiais (argila, rochas, fundentes...) de acordo com a formulação pré-estabelecida até obter-se homogeneização e granulometria especificadas. Após a moagem, tem-se como produto a barbotina, que é estocada em tanques apropriados. Em seguida a barbotina passa pelo processo de atomização ("spray dryer") para retirada da água via evaporação, obtendo-se pó com distribuição granulométrica e umidade perfeitamente definidas. Este pó é estocado em silos, para homogeneização, aguardando o processo de prensagem. Utiliza-se gás natural como fonte de energia térmica nos atomizadores.
- **Prensagem:** Permite a transformação do pó atomizado em peças cruas. É a fase do processo que dá forma ao produto, definida pelas cavidades da matriz (estampo). As prensas são hidráulicas, com capacidade de até 6.500 toneladas e equipadas com sistemas de alimentação automática de pó e de descarga do material processado.
- **Secagem:** Feita em diversos secadores contínuos, tem a finalidade de reduzir de 6% para 0,5% a umidade da peça prensada crua. Esta operação permite conferir características mecânicas ao material prensado necessárias para as fases seguintes do processo. Por meio de moderna tecnologia que permite a transferência de parte do calor dos fornos para os secadores, a Companhia poupa energia, reduzindo custos e o impacto ambiental da operação.
- **Preparação de esmalte:** Na preparação de esmaltes e tintas, a moagem é feita por via úmida. O moinho é revestido com tijolos de alumina de alta densidade, bem como os elementos moedores (esferas), proporcionando alta eficiência em homogeneização e granulometria na moagem. Após os controles de tonalidades, resíduo e textura, os esmaltes líquidos são armazenados em tanques com agitação contínua, aguardando serem consumidos nas linhas de esmaltação.
- **Esmaltação:** Os esmaltes são aplicados em peças cerâmicas com diversas finalidades: impermeabilizar, embelezar, dar resistência mecânica e aumentar a resistência ao desgaste e ao ataque químico. Cada aplicação de esmalte é realizada por dispositivos especialmente dimensionados e regulados para cada tipo de produto e efeito, colocados ao longo de linhas de produção. Fazem parte da etapa de esmaltação os seguintes processos: pós-secagem, aplicação de água, aplicação de engobe, aplicação de esmalte e decoração serigráfica.
- **Queima:** Após o processo de esmaltação o produto segue para o forno, onde é efetuada a queima da peça. É nos fornos que o produto adquire suas características finais, tais como alta resistência mecânica, alta resistência à abrasão e baixa absorção. Além disso, é após a queima que determinadas cores são obtidas. A queima é feita em fornos contínuos, obedecendo a um determinado perfil de temperatura, passando pelas fases de aquecimento, queima e resfriamento, com temperatura máxima de queima de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cerca de 1.200°C. O combustível utilizado é o gás natural recebido através de gasoduto. Graças ao uso do sistema de ar-gás modulante, o qual adéqua à quantidade necessária de gás conforme a necessidade de calor dos fornos (ao contrário do sistema tradicional, que prevê fornecimento constante e idêntico, independente da real necessidade de combustível), a Companhia elevou a eficiência energética desta etapa do processo de produção.

- **Polimento e retífica:** Parte da produção recebe acabamento superficial especial, com a finalidade de melhorar a superfície das placas cerâmicas, e corte a disco para assegurar precisão nas dimensões. Esta etapa inclui polimento por desgaste abrasivo das laterais e superfícies de algumas linhas de produtos, notadamente aquelas que reproduzem mármore e granitos. Para que a torta de polimento, resíduo gerado nesta etapa do processo produtivo, pudesse ser reaproveitada, a Companhia teve que não só desenvolver novas técnicas produtivas, como também superar a ausência de legislação específica sobre tais práticas: no caso "torta de polimento" como agregado para a fabricação de cerâmicas, houve a necessidade da elaboração de uma legislação específica. Tal diploma legal foi desenvolvido em conjunto com outras Indústrias de Revestimentos Cerâmicos dentro do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina (CONSEMA) onde foi estruturada uma câmara técnica de resíduos, focada no desenvolvimento desta e de outras resoluções específicas. A Resolução em questão é a RESOLUÇÃO CONSEMA 15, que agora beneficia todo o setor de cerâmicas do Estado.

- **Classificação, identificação e inspeção do produto acabado:** Na saída de cada forno está instalada a linha de escolha automática. Nela, os defeitos superficiais são identificados visualmente pelo colaborador, enquanto os dimensionais são verificados por equipamentos eletrônicos apropriados. Ocorre então a separação do produto cerâmico de acordo com os seguintes critérios: a) classes de qualidade visual ou grades; b) tonalidades ou "shades"; c) calibre (variações milimétricas de tamanho). Os cacos cerâmicos queimados que não são aprovadas nesta etapa são separados conforme a tipologia, moídos e reincorporados nas formulações de massa cerâmica ou utilizados no programa social Pedacinhos de Arte, apoiado pela Companhia.

- **Embalagem:** Consiste no encaixotamento automático em caixas especiais. As caixas são paletizadas por máquinas e em lotes segundo critérios pré-estabelecidos, sendo utilizados robôs em diversas linhas de produção. Foi feita a opção pelo papel, material reciclável, para as embalagens, e pela adoção de modelos que demandam menor quantidade de papel para serem produzidas. No caso dos pallets, a Companhia decidiu-se pelo uso de madeira certificada, acompanhada da implantação de uma oficina interna de triagem e recuperação mediante parceria com transportadoras. Todo o processo de movimentação da mercadoria é feito exclusivamente por empilhadeiras movidas a gás natural veicular (GNV), reduzindo o impacto da operação na geração dos gases causadores do efeito estufa.

- **Telagem:** As peças de pequenos formatos permanecem temporariamente em "bins", para receber pontos de cola (silicone) nos versos de forma a compor conjunto de 30 cm x 30 cm, com 9 a 16 peças pré-alinhadas.

- **Inspeção do produto acabado:** O Controle de Qualidade permeia todo o processo produtivo e tem a função de monitorar todas as fases, desde o controle da matéria-prima até o produto final, quando são realizadas inspeções de amostras da produção para que se obtenha um controle estatístico da qualidade. Os lotes de produção somente são liberados para a Expedição após a aprovação do Controle de Qualidade dos Produtos Acabados (CQPA).

(ii) Produção de peças especiais e com 3ª queima:

- **Peças especiais:** Consiste na produção de peças em formatos geralmente não planos, usando processos semelhantes à produção de pisos e azulejos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 3ª queima: Com o objetivo de obter decoração ou características estéticas diferenciadas, são aplicados esmaltes e realizadas uma ou mais queimas sobre o produto base (piso, azulejo ou peças especiais) já finalizado.

Inkjet

Em 2011 a Portobello implantou o sistema de impressão digital – denominado Inkjet – uma nova forma de decoração de produtos que permite maior fidelidade e resolução nos desenhos, além de impressão de relevos. Em 2012 foi instalada a segunda Inkjet na empresa.



Outsourcing

O outsourcing também está no DNA da empresa que, em 1992, iniciou pioneiramente a comercialização de porcelanato italiano no Brasil.

Atualmente o programa de outsourcing tem parcerias no Brasil, na China e na Europa, sempre visando a complementariedade do portfólio, seja na direção da acessibilidade, seja na direção da inovação. 24% do volume comercializado pela companhia em 2014 teve origem no outsourcing.

Diferenciais do Portfólio

O Portfólio Portobello é a materialização da estratégia de Inovação e Design da marca. Os Lançamentos anuais são extremamente importantes na renovação e manutenção das tendências no segmento. A inovação em formatos, tecnologia de impressão, espessuras e acabamentos dão suporte à criação constante de novidades para o mercado.

Qualidade, Design e Inovação

Tecnologia no estado de arte: extra fino, impressão digital em grandes formatos, porcelanato esmaltado polido.

Foco em pesquisa e desenvolvimento no processo criativo.

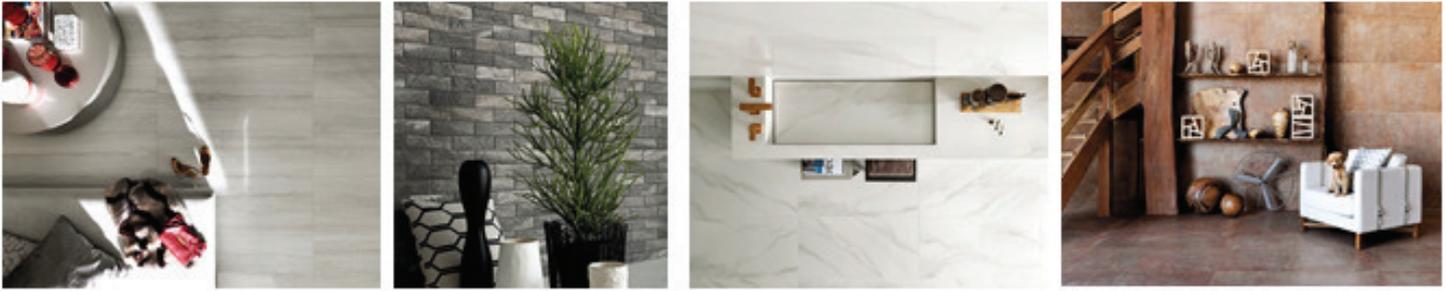
Liderança em tendência: Linha Reserva, Studio Craft, Reprodução de Mármore.

Liderança em grandes formatos. 60x180 em porcelanato esmaltado e 100x300 em Extra Fino Lâmina.

Porcelanatos, Mosaicos para Fachadas, Peças Especiais e Revestimentos para Paredes, que materializam o design e a inovação da marca Portobello.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

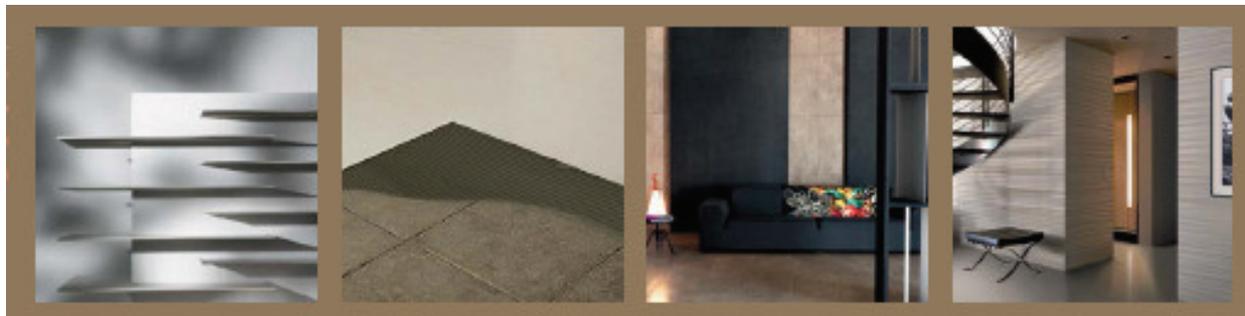
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Mais de 1.200 itens que reproduzem os materiais essenciais da arquitetura, com características técnicas superiores para uso como revestimento.



Primeira empresa brasileira a produzir o Porcelanato Extra Fino, com 5mm de espessura. Inovação em tecnologia e compromisso com a sustentabilidade.



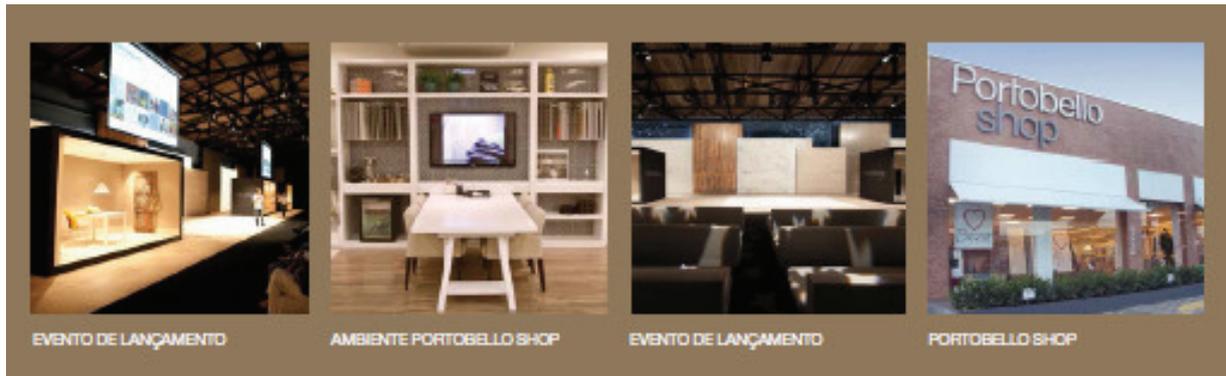
Liderança em tecnologia de impressão digital com a impressora InkJet.



Investimento constante em lançamentos. O portfólio tem, em média, 30% de itens novos a cada ano, com 15% do volume faturado, que representa o indicador de inovação da marca.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Estrutura própria de design e interação com profissionais da arquitetura e design são a base para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.



Linha Casa Vogue



Arq. Rui Ohtake



Pesquisa e Desenvolvimento de Produto

b) Características do processo de distribuição:

O modelo multicanal adotado pela companhia (vendas por intermédio dos canais Portobello Shop, Revenda, Construtoras e Exportação) permite que a marca ofereça soluções sólidas e personalizadas, melhor penetração no mercado e uma experiência diferenciada para os clientes dos canais e consumidores finais.

Portobello Shop – Rede de lojas especializadas em produtos Portobello que atendem os clientes de varejo por meio de franquias e lojas próprias sob as bandeiras Portobello Shop, focadas no consumidor mais exigente quanto à qualidade, atendimento e serviço. Atualmente na rede possuímos 139 lojas franqueadas e 6 lojas próprias instaladas em todo o Brasil, a Portobello Shop tornou-se um grande sucesso e diferencial da marca.

Varejo (multimarcas) – Canal responsável pelo atendimento a revendedores de materiais de construção (“home centers”) que revendem nossos produtos no varejo para o consumidor final ou para pequenos construtores.

Engenharia – Equipes e estrutura comercial especializadas para atender empresas de construção civil (construtoras e incorporadoras), para obras residenciais, comerciais ou públicas.

Exportação – A Portobello é uma marca internacional e comercializa seus produtos em 62 países, através de equipe própria e representantes independentes. Os principais destinos das exportações são América do Sul e Overseas. Com as taxas de câmbio nos níveis atuais, a Companhia acredita que vendas neste mercado, concentradas em produtos de maior valor agregado, que continuarão a contribuir de forma relevante aos resultados da Companhia. A rentabilidade obtida pela exportação confirma os avanços da empresa em busca da competitividade internacional. Esta competitividade assegura maior equilíbrio de vendas em eventuais dificuldades que possam afetar o mercado doméstico.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Características dos mercados de atuação:

(i) Participação em cada um dos mercados

Os produtos da Companhia são comercializados nas principais cidades de todo o país, com maior concentração nas regiões sudeste e sul. Quanto à finalidade, a distribuição esta representada em obras novas residenciais, e também na aplicação em reformas residenciais, e em novas construções comerciais.

(ii) Condições de competição nos mercados

Os Lançamentos constituem importante ferramenta na estratégia de inovação da empresa e, a cada ano, uma nova coleção é concebida para atender às demandas por novas tendências e novidades, principalmente do público de Arquitetos e Designers de Interiores, que, além de especificarem diretamente os produtos da marca, são importantes formadores de opinião.

Em 2018 o conceito da Coleção é “In and Out. Movimento”, que expressa a tendência de uso dos porcelanatos para uso interno e externo e também a ideia da dinâmica nos estilos e nas escolhas, uma referência ao posicionamento de personalização da marca.

Essa Coleção marca uma evolução na prática da Inovação Aberta da marca através da co-criação de produtos com os Arquitetos e Designers de Interiores:

Linha Dansk: desenvolvida com um grupo de arquitetos participantes do programa de relacionamento da Portobello com os profissionais, que participaram de uma viagem de pesquisa à Copenhague em 2017. Trata-se de uma seleção de concretos em grandes formatos (120x120 cm) e acessórios para personalização.

Linha Pavillon: desenvolvida em parceria com a Fundação Le Corbusier com sede na Suíça, apresenta a cartela de cores concebida por esse importante arquiteto modernista.

Linha Toki: opção de personalização com o conceito minimalista e oriental, concebido pela ceramista Hydeko Honma.

Série Jader Almeida: coleção de mobiliário em porcelanato para banheiros desenvolvida pelo Designer Jader Almeida para a marca Oficina Portobello, Jader é um importante profissional brasileiro com reconhecimento internacional.

Série Ruy Ohtake: coleção de mobiliário para a Oficina Portobello desenvolvida pelo grande arquiteto brasileiro.

Os Lançamentos são importantes também por alavancar a lucratividade da companhia, por isso a operação de levá-los ao mercado é um dos grandes desafios da marca e constitui um dos mais importantes processos da empresa, envolvendo produção, logística, marketing e área comercial.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Revestir 2018

Realizada de 13 a 16 de Março em São Paulo, a Expo Revestir atrai o público especificador e comprador do setor e marca o principal momento de lançamento de revestimentos no Brasil. A edição de 2018 recebeu a ordem de 62 mil pessoas onde a Portobello apresentou seus Lançamentos em um stand de 628 m².

Além do espaço na Expo Revestir a empresa organizou eventos paralelos para atender aos diferentes públicos como clientes internacionais de mais de 60 países diferentes, mais de 100 franqueados, cerca de 1400 arquitetos e designer de interiores, jornalistas, clientes do mercado de grandes obras, clientes e equipe de vendedores de lojas do varejo e equipe comercial Portobello. Os eventos paralelos aconteceram no shopping JK Iguatemi e no hotel Unique e contaram com exposição das marcas em ambientes exclusivos, capacitação e conceito da coleção e eventos para o público de arquitetos e especificadores da rede Portobello Shop. ,

Portobello+ Arquitetura

A Portobello reconhece a importância dos arquitetos e designers como protagonistas na sua engrenagem da inovação e estrutura o relacionamento com esses profissionais em 3 pilares:

- A participação dos profissionais no processo de criação e desenvolvimento de nossos produtos em nossa Engrenagem da Inovação;
- Disponibilização de ferramentas, palestras, workshops e conteúdo de uma forma geral, que aprimorem o Conhecimento;
- Desenvolvimento Profissional e a geração de valor através do Reconhecimento e Divulgação dos trabalhos dos profissionais.

Marketing Digital

A transformação digital é fundamental para a sustentação do posicionamento de inovação da marca Portobello.

Desde 2010 a Portobello vem investindo neste sentido, criando ações voltadas para melhorar a experiência dos consumidores e especificadores com a marca, além de adotar comportamentos alinhados às novas tecnologias também na operação da empresa.

Em 2012 a empresa adotou o iPad como plataforma de trabalho para toda a equipe comercial e desde então vem incrementando a experiência com a marca com novos serviços e aplicativos.

Simuladores de ambientes, realidade virtual, inteligência artificial para especificação de produtos e uma plataforma – Archtrends Portobello – com tendências e referências de imagens sintetizam os diferenciais da Portobello quanto às novas tecnologias.

Sistemas de inteligência para monitoramento do mercado, captação de obras, inbound marketing e CRM complementam os investimentos da Portobello na transformação digital.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Missão da Marca

O ambiente em que vivemos é a essência do nosso negócio.

Visão da Marca

Ser líder brasileiro em inovação, criando e distribuindo soluções para ambientes a um número de pessoas cada vez maior.

Valores da Empresa

Foco nos Resultados - Entregar e gerar valor.

Crescer Juntos - Círculo virtuoso de oportunidades.

Inovação e Design - Cultura de novas e melhores soluções. Transformar ambientes e emocionar as pessoas.

Meritocracia - Sempre é possível fazer melhor.

Sustentabilidade - Compromisso com o ambiente

Sustentabilidade

Crescer juntos. Essa é a nossa visão de Sustentabilidade.

A empresa entende a sustentabilidade com a visão clássica dos três pilares, econômico, social e ambiental, e definiu as seguintes diretrizes para cada pilar:

Responsabilidade Ambiental (Nosso Produto): Exercitar o design e a inovação sustentáveis; Compartilhar conhecimento sobre a cerâmica como material sustentável; Praticar e apoiar boas práticas de proteção ao meio ambiente.

Responsabilidade Social (Nossa Gente): Promover a saúde, segurança e bem estar das pessoas; Priorizar as crianças e o esporte nos projetos sociais; Fazer parte da comunidade apoiando suas boas iniciativas de responsabilidade social.

Responsabilidade Econômica (Nosso Negócio): Comprometer-se com a excelência em resultados; Criar condições para o crescimento conjunto; Investir em boas práticas de gestão, priorizando a meritocracia.

A empresa divulga seu relatório de sustentabilidade anualmente (link abaixo) onde relata o desempenho sustentável e as principais ações realizadas.

<http://www.portobello.com.br/sustentabilidade/relatorios/>

Marca (Prêmios e Pesquisas) em 2017

- Prêmio Nacional de Inovação na categoria Marketing pela Portobello.
- Prêmio Anamaco – 3º lugar em Grandes Clientes do segmento de Revestimentos Cerâmicos pela Portobello.
- Prêmio Fritz Müller – Sustentabilidade pela Portobello.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Prêmio Empresa Amiga da Criança – Ações Sociais pela Portobello.
- Certificado de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa de Santa Catarina pela Portobello.
- Selo RA 1000 pela Portobello.
- Prêmio Top Of Mind – Revista Casa e Mercado pela Portobello: 1º lugar na categoria revestimento cerâmico/porcelanato; 2º lugar nas categorias pastilha cerâmica e pastilha de vidro; 3º lugar na categoria piso cimentício.
- RDI Design oferecido pela ABF (Associação Brasileira de Franchising) – Prata na Categoria Design e Inovação pela Officina Portobello.
- Prêmio Top Marketing e Vendas da ADVB/SC - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil – na categoria Varejo; pela Officina Portobello.
- Selo de Excelência em Franchising - Categoria Master pela Portobello Shop.
- Melhores Franquias – Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios pela Portobello Shop.
- Prêmio Top Of Mind – Revista Casa e Mercado (1º lugar na categoria loja/boutique de pisos e revestimentos) pela Portobello Shop

d) Eventual sazonalidade:

O mercado de atuação da Companhia apresenta uma moderada sazonalidade, constatado historicamente que no 2º semestre, apresenta uma melhora na demanda por produtos cerâmicos.

e) Principais insumos e matérias primas:

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados de acordo com as normas da ISO, e, conforme o caso, trabalha-se em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substitui-se o fornecedor.

A integração dos fornecedores à cultura de sustentabilidade da Companhia inclui o compartilhamento de um Código de Ética que estabelece de maneira formal a ciência e concordância com os valores, princípios e requisitos da Companhia. Para monitorar seu cumprimento, a Companhia promove Auditorias de Conformidade Ambiental junto aos seus fornecedores de matéria-prima para verificar o cumprimento dos aspectos legais, fiscais, ambientais e técnicos da atividade.

Não há qualquer acordo de exclusividade com fornecedores, mas um trabalho conjunto que possibilita a programação da sua produção a fim de atender a demanda da Companhia ou que a notifiquem com antecedência caso prevejam atrasos. Por conta dos problemas climáticos, solicitamos aos fornecedores de massa que tenham um estoque de segurança de aproximadamente de 6 (seis) meses.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

A única dependência ou vulnerabilidade em relação aos fornecedores da Companhia é com o fornecedor SC Gás, pois depende do abastecimento para que a produção aconteça normalmente, pois utiliza o recurso do gás natural como combustível. Em geral, atua com uma vasta lista de fornecedores, que são selecionados com base em propostas gerais, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições. Além do preço, a seleção leva em conta a qualidade dos materiais, que deve atender a padrões rígidos.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os insumos (gás natural e energia elétrica) adquiridos pela Companhia para o desenvolvimento de suas atividades têm representado, em média ano, 20% do custo total de compras. São fornecedores exclusivos, que estão sujeitos a controle ou regulamentação governamental.

Os insumos de matérias primas de massas, esmaltes e embalagens representam 24% do custo total de compras/ano e são adquiridas de diversos fornecedores. O reajuste de preços baseia-se geralmente na avaliação do índice IGPM/INPC ou reações do mercado (ex: embalagens). A Companhia busca periodicamente o desenvolvimento de novo

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a) Montante total de receitas provenientes do cliente.

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

Não há clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

São necessárias as licenças usuais de meio ambiente para a operação das unidades fabris (LAO) e para extração de matérias primas (argilas, feldspatos e outros) nas jazidas.

b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental que é implantado e monitorado por equipes, programas e atividades dedicados ao meio ambiente. Além da uniformização e excelência nos procedimentos – pré-requisitos que também levaram a Companhia a adotar normas internacionais de qualidade e gestão ambiental, como ISO 9001, versão 2008 – a Gestão Ambiental Portobello lidera pesquisas para desenvolvimento e implantação de novas formas de preservação, racionalização e eficiência, melhorando processos e capacitando o público interno.

O foco desse trabalho é diverso e múltiplo, uma vez que se propõe a monitorar e mitigar as externalidades mais relevantes ao longo da cadeia produtiva. Por isso, a Companhia tem programas – e resultados – desde a extração da matéria prima até as características do produto que chega à casa do consumidor. Tais iniciativas baseiam-se em orçamentos próprios e contínuos, já que a jornada para formas mais sustentáveis de desenvolvimento e produção é uma empreitada de longo prazo.

A linha do tempo da gestão ambiental Portobello

1977 – Início da construção da Cerâmica Portobello, no município de Tijucas (SC). Unidade fabril já nascia com sistemas de tratamento de efluentes

1979 – Início da produção da Cerâmica Portobello

1982 – Substituição do combustível GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) por Gás Pobre, oriundo de carvão vegetal

1993 – Aperfeiçoamento da Estação de Tratamento de Água

1994 – Conquista da ISO 9002

2002 – Conquista da ISO 9001/2000.

2003 – Implantação de gás natural em todo parque fabril.

2006 – Lançamento da linha Ecowood, reprodução de madeira de demolição a partir de exclusiva tecnologia de Dupla Prensagem.

2009 – Lançamento do porcelanato que reproduz a textura de vários tipos de madeira, nos formatos 10x120, 15x120 e 20x120cm. Exclusividade no Brasil.

2010 – Lançado o primeiro porcelanato de 4,7mm produzido no Brasil, o Extra Fino. Reestruturação da gestão corporativa de meio ambiente.

2011 – Lançamento dos produtos com impressão digital em alta resolução, implantação da primeira máquina com sistema de impressão a jato de tinta.

2012 - A Portobello foi vencedora do premio Expressão Ecologia da Editora Expressão Ecologia

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

2013 - Finalização da remoção dos passivos da área “AR01” do termo de ajuste de conduta e reestruturação de fornecedores para consumo da “Torta de Polimento” como matéria prima no processo produtivo de cerâmica vermelha;

2015 – Encerramento do termo de ajuste de conduta, assinado com o Ministério Público e FATMA.

2016 – A Portobello recebeu a Outorga de direito de uso de Recursos Hídricos;

2017 – A Portobello foi vencedora do prêmio Fritz Muller da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA).

(i) Indicadores Ambientais

Matriz Energética

A energia é um dos principais recursos necessários para a fabricação de revestimentos cerâmicos, pois a transformação das argilas em cerâmicas demanda o uso de uma grande quantidade de energia elétrica e de combustíveis para a cura em fornos. Além de constituir uma oportunidade de redução de custos, a Companhia reduz o impacto ambiental da operação ao investir nesta frente. E a abordagem da Portobello foi de alinhar-se aos que já enfrentam o grande desafio deste século, que é a mitigação das emissões daqueles gases que têm sido objeto de gradual consenso, entre cientistas e formadores de opinião, como potenciais responsáveis por mudanças climáticas no planeta e otimizar os processos industriais para que se produza mais com menos. Para tanto, a Portobello:

- Adotou o gás natural como principal fonte de energia em suas linhas de produção, obtendo como principais vantagens:
 - Baixo impacto ambiental: sua queima produz uma combustão limpa, melhorando a qualidade do ar, pois substitui formas de energias poluidoras como carvão, lenha e óleo combustível. Contribui ainda para a redução do desmatamento.
 - Facilidade de transporte e manuseio: contribui para a redução do tráfego de caminhões que transportam outros tipos de combustíveis. Não requer estocagem, eliminando os riscos do armazenamento de combustíveis.
 - Segurança: por ser mais leve do que o ar, o gás se dissipa rapidamente pela atmosfera em caso de vazamento. Esta é a grande diferença em relação ao gás de cozinha (GLP) que, por ser mais pesado que o ar tende a se acumular junto ao ponto de vazamento, facilitando a formação de mistura explosiva.
- Incorporou tecnologias complementares de eficiência energética:
 - Reaproveitando calor entre equipamentos por meio de sistema que permite a transferência de parte do calor dos fornos para os secadores, poupando energia. Em 2015 mais dois fornos com receberam essa tecnologia de aproveitamento de calor.
 - Fazendo uso do sistema de ar-gás modulante, o qual adequa a quantidade necessária de gás conforme a necessidade de calor dos fornos (ao contrário do sistema tradicional, que prevê fornecimento constante e idêntico, independente da real necessidade de combustível).
- Implementou um Programa Conservação de Energia, visando à redução/otimização do consumo de energia elétrica.

Com estas iniciativas, além de uma matriz mais limpa, a Companhia elevou a segurança de sua operação e registrou economia e otimização do uso de energia, seja ela de fontes renováveis ou não:

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Redução de mais de 14% do consumo equivalente do gás natural.
- Redução de 20% do consumo equivalente de energia elétrica.
- Os Resíduos

A gestão de resíduos da Portobello envolve dar destinação correta a uma média mensal em 2017 a média é de 10.322 toneladas de materiais provenientes de processo, lodos de tratamento de efluentes industriais, resíduos refratários, recicláveis e outros. Atenta às tendências globais de comportamento, mercado e de legislação, a Companhia propôs-se uma ambiciosa meta: nível zero de resíduos sólidos descartados pelo processo produtivo. Para tanto, a empresa investiu em um programa que combinava tecnologia, treinamentos e modificação de estruturas internas para mudar a cultura da Organização de forma que os resíduos fossem vistos como matéria-prima para o processo industrial.

- ✓ Estabelecimento de procedimentos de gerenciamento ambiental baseados nas tecnologias de vanguarda disponíveis no mercado, visando segregar de forma adequada os resíduos para posterior reutilização, dentre elas a Coleta Seletiva de recicláveis/não recicláveis e dos cacos cerâmicos.
- ✓ Estabelecimento de uma nova sistemática de separação e coleta nas fontes geradora de resíduos recicláveis. Os resíduos são encaminhados diretamente para destinação final (reciclagem).
- ✓ Os cacos cerâmicos queimados são separados conforme a tipologia, moídos e reincorporados nas formulações de massa cerâmica.
- ✓ Os pallets são consertados, recuperados e reutilizados pela Companhia esse número chegou a mais de 45.000 pallets recuperados internamente, já os que provêm de fornecedores são separados para devolução; e as peças que já não podem mais ser recuperadas são vendidas para transformação do mesmo em cavaco.
- ✓ Papel, plástico e metais são comercializados com empresas recicladoras devidamente licenciadas, evitando que voltem para a natureza, servindo como matéria-prima de outros processos e consequentemente gerando receita financeira para a Companhia.
- ✓ Os resíduos sólidos da estação de tratamento de efluentes industriais (ETE Industrial, ETE Polimento), por sua vez, são consumidos como matéria prima no processo produtivo interno.
- ✓ Antes o que era consumido em pequena quantia internamente, hoje o lodo da estação de tratamento de efluentes do polimento (ETE Polimento) praticamente é consumido em sua totalidade, apenas cerca de 5 % é consumido por empresas terceiras como cimenteiras e cerâmicas vermelhas devidamente licenciadas dentro de processo conhecido como co-processamento.
- ✓ Todo o material particulado contido no filtro de mangas retornam ao processo produtivo. As formulações das massas cerâmicas são reajustadas para consumir toda a geração destes resíduos.
- ✓ O reaproveitamento dos resíduos refratários se dá pelo processo de trituração e posterior inclusão ao processo cerâmico como matéria-prima de alto valor agregado. Sua constituição química substitui matérias-primas naturais, evitando a retirada do meio ambiente.
- ✓ Além do desenvolvimento de novas técnicas produtivas que permitissem a incorporação de materiais já usados, a Companhia teve que superar também a ausência de legislação específica sobre tais práticas: para reutilizar o resíduo “torta de polimento” como agregado para a fabricação de cerâmicas, por exemplo, houve a necessidade da elaboração de uma legislação específica. Tal diploma legal foi desenvolvido em conjunto com outras Indústrias de Revestimentos Cerâmicos dentro do CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina – onde foi estruturada uma câmara técnica de

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

resíduos, focada no desenvolvimento desta e de outras resoluções específicas. A Resolução em questão é a RESOLUÇÃO CONSEMA 15, que agora beneficia todo o setor de cerâmicas do Estado.

✓ Dentre os resultados obtidos com a adoção de tais práticas, visando a não geração de resíduos sólidos, pode-se citar:

✓ 95% dos resíduos reutilizado, 4,5% é enviado para reciclagem e apenas 0,5% encaminhado para aterros (sólidos contaminados com óleo, graxa, tinta ou produtos químicos, resíduos ambulatoriais e outros resíduos), por não serem passíveis de reuso/reutilização. Em 2014 o índice era 5,14 kg/m², já em 2015 reduzimos e chegamos ao patamar de 4,63 kg/m², já em 2016 o indicador foi de 4,34 kg/m² em 2017 foi de 4,36 Kg/m².

✓ Parte dos resíduos é reincorporada ao processo produtivo, fazendo com que hoje os produtos tenham em média de 20% de conteúdo reciclado, um índice que, além de representar uma boa prática de sustentabilidade, é também critério para os edifícios que buscam certificação no Green Building (LEED Materiais e Recursos).

✓ E por fim, a conscientização e criação da cultura da segregação, reciclagem e reuso junto aos Colaboradores, que assim disseminarão estes conceitos e práticas para a Sociedade.

- A Água

A água é estratégica para a fabricação dos revestimentos cerâmicos Portobello, pois na atual tecnologia adotada pela Companhia este insumo é utilizado principalmente para a moagem das argilas e para o polimento das peças. Assim, ações de redução de consumo, melhoria da qualidade da água e otimização dos processos mostram-se extremamente importantes. Por isso, mais uma vez a Companhia impôs-se a perseguir o desperdício e descarte de água, bem como a melhoria nos indicadores de qualidade da mesma. Para tanto, a companhia implementou as seguintes ações:

- Separar os circuitos de água: um para uso industrial e um para uso doméstico, direcionando-os a dois sistemas distintos de tratamento: um de efluente industrial e um de efluente sanitário.

- No caso do sistema industrial, chegou-se a um circuito fechado que contempla duas estações de tratamentos de efluentes e um sistema de reaproveitamento dos sólidos contidos na água industrial.

- A água que passa pelo chamado “uso doméstico” é tratada por 13 sistemas de estações de tratamento.

- Instalação tubulações de interligação entre as estações de tratamento de efluentes, visando melhorar a qualidade da água do processo através da adoção da técnica de balanço de massa/uso específico em algumas etapas do processo.

Os resultados alcançados são:

- Reutilização de 100% dos efluentes industriais tratados, tendo como reposição apenas os quantitativos perdidos por evaporação nos processos de troca térmica, evaporação e arraste.

- Reintegração, à rede pluvial, da água de uso doméstico após o devido tratamento.

- Melhoria da qualidade da água de reuso com a redução de mais de 500% da concentração de sais dissolvidos nos efluentes industriais, principalmente os oriundos do processo de polimento de revestimentos cerâmicos, através da técnica de balanço de massa.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- A Flora

A produção de revestimentos cerâmicos, por ser uma atividade de transformação primária, demanda de recursos naturais em estado bruto como as argilas, caulins e feldspatos. Tais minerais, em parte explorados pela própria Companhia nos Estados de Santa Catarina e Paraná, demandam uma atenção especial, pois mesmo que haja a adoção das melhores práticas disponíveis, causam impactos ao meio ambiente.

A matéria-prima utilizada pela Companhia vem de jazidas distribuídas nacionalmente, sendo 15% de concessão direta da Companhia e 85% de empresas fornecedoras. A contratação de jazidas exploradas por terceiros passa por critérios legais rígidos. Apenas empresas formais e habilitadas legalmente são contratadas, o que inclui apenas empresas com boas práticas de segurança e funcionários contratados regularmente. É exigido o cumprimento de todos os requisitos legais ambientais, e de todas as normas dos órgãos ambientais competentes. Esses critérios são firmados contratualmente e verificados por auditorias de conformidade ambiental realizadas por representantes da Companhia.

Após extração da argila, a Companhia recupera as áreas mineradas com o objetivo de devolvê-las à sua vocação natural, que pode ser agricultura ou reflorestamento. Tradicionalmente a recuperação da flora em áreas de extração baseia-se na monocultura, principalmente de espécies coníferas. Além do prazo longo, de cinco anos, esse processo tem o agravante de não restituir a diversidade original. Por meio de pesquisas acompanhadas por instituições diversas, a Companhia chegou a um método de referência para a recomposição da flora, baseado no plantio de espécies originárias da região explorada – técnica que acelerou em cerca de dois anos o processo de regeneração da cobertura vegetal das áreas mineradas – concomitantemente ao processo de exploração. A recuperação da cobertura vegetal foi acompanhada por uma elevação da biodiversidade vegetal, em comparação com o método usado anteriormente.

Nos últimos dois anos foram plantadas aproximadamente 4.500 mudas nativas com o objetivo de reflorestamento e recuperação de flora local.

- A Logística

- As embalagens são de papel reciclável e, em sua maioria, com desenho que minimiza o consumo de papel, denominados embalagem bandeja e embalagem fita.

- A Companhia não possui um programa de logística reversa de seus produtos ou embalagens, porém vem tomando iniciativa nessa área. Em 2017 foi retornado mais de 29 mil itens como pallets e suportes metálicos de outros CDs Portobello.

- A movimentação interna de cargas utiliza 100% de empilhadeiras movidas a gás natural veicular (GNV).

- As Notas Fiscais Portobello são eletrônicas, gerando economia de papel.

- A Gestão

A Gestão Ambiental é conduzida na Companhia por equipe dedicada que conta com orçamento próprio para implantação de programas de melhoria e monitoramento segundo um Sistema de Gestão Ambiental que também integra pesquisas para desenvolvimento e implantação de novas formas de preservação, racionalização e eficiência, melhorando processos e capacitando o público interno.

A Companhia mapeou sua operação, identificando as principais externalidades em cada etapa para desenvolver e implantar projetos de mitigação eficientes.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Educação Ambiental

Além disso foi criado um planejamento anual de educação ambiental que visa atingir tanto o público interno (colaboradores) como externo (crianças da comunidade).

Esse planejamento atingiu diretamente mais de 1.000 crianças da comunidade com atividades como: palestras, visita a estação de tratamento de efluente industrial, jazida de minério, Projeto Tamar e Parque Estadual do Rio Vermelho, sessão cinema.

Para os colaboradores ações como Diálogo Mensal Ambiental, que é um momento que os colaboradores das fábricas param para fazer uma reflexão sobre os principais temas ambientais, distribuição de mudas, incentivo ao plantio de árvores com uma exposição de fotos.

- Os Fornecedores

Os fornecedores de matéria prima passam por auditoria de conformidade ambiental que verifica o cumprimento dos aspectos legais, fiscais, ambientais e técnicos da atividade.

As condições de fornecimento são garantidas por contrato formal e ciência do Código de Ética com todos os fornecedores.

- Os Produtos

A Companhia vê a redução do impacto ambiental, por meio de seus produtos, em três vertentes:

1 – Pela incorporação de resíduos, prática que reduz a demanda por matérias primas virgens e que permite atender os critérios da certificação LEED, a mais usada para atestar a sustentabilidade de edificações. Com média de 18% de conteúdo reciclado, os produtos Portobello atendem ao LEED para novas Construções na categoria Materiais e Recursos do *Green Building: Credit 4.2 – Recycled Content, 10% (post-consumer + 1/2 pre-consumer) – 1 point*.

2 – Pela substituição de matérias primas naturais nas edificações, notadamente mármore e madeira. O porcelanato reduz o impacto ambiental da extração da pedra e das madeiras sendo que, no caso específico desta última, há um ganho para o consumidor e na performance do produto, uma vez que o piso de madeira tende a se deteriorar mais rapidamente que o porcelanato em determinadas condições de uso.

3 – Pela redução de materiais na produção e também na aplicação dos revestimentos, o que se tornou possível graças ao desenvolvimento da tecnologia que resultou na linha Extra Fino, de apenas 4,7 mm de espessura - a qual favorece a aplicação de piso sobre piso, eliminando o entulho gerado pela retirada do piso antigo para aplicação do novo.

- Investimento em Meio Ambiente

Dentre os investimentos para a área de Meio Ambiente pode-se citar a execução de estudos de investigação ambiental e o monitoramento de efluentes e de emissões aéreas. Foram investidos mais de (562 mil) meio milhão exclusivamente para meio ambiente no ano de 2017.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

A Portobello, marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimentos, é detentora das seguintes marcas: “Portobello”, “Portobello Shop”, “Offinica Portobello” e “Pointer”. Todas

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

se encontram registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) sob a titularidade da Companhia nos segmentos de atuação pertinentes.

A Companhia vem investindo mais no marketing digital, com página na internet permanentemente com inovações. A Companhia também conta com um Blog, que está no ar a mais de três anos e tem um número de acessos significativo. Hoje os domínios da Companhia na internet mais relevantes são: "portobello.com.br", "portobello.com.br/blog" "portobelloshop.com.br" e "portobelloamerica.com"..

A Companhia e suas subsidiárias no desenvolvimento de suas atividades dependem de softwares e suas respectivas licenças para uso. Destacam-se os seguintes: Oracle ERP, Oracle Database, Microvix, Gesplan, Mastersaf, Onesource, Drummer, NDD, eComex, FEN, ADP, Channel, OutBuy Center, WK, Oracle Developer 10g, Microsoft Visio Professional, Microsoft Project Standard, Microsoft Windows, Microsoft Office, Microsoft Visual Studio, Microsoft Visual Basic. Net, Microsoft SQL Server, Macromedia Dreamweaver, Macromedia Studio MX, AutoCAD, Label Matrix, Adobe Photoshop, Corel Draw, Vector Works, Linux Red Hat Enterprise, Rockwell Software Arena, PL/SQL Developer, Borland Delphi, Service Desk Soft4TI, VMWare, Kaspersky, Qlikview, Solaris SPARC, HP Data Protector, MonitoraIT, MS Skype for Business. Está sob os cuidados do departamento de informática a manutenção e guarda das licenças, bem como a aquisição de novos softwares e equipamentos. Aos colaboradores é vetada a cópia e/ou a distribuição de programas não autorizados, licenciados e homologados pelo respectivo departamento.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia.

A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil é de R\$ 840.999 em 2017. Sua participação na receita líquida total é igual a 82,13%.

b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia.

A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao mercado externo é de R\$ 182.938 em 2017. Sua participação na receita líquida total é igual a 17,87%.

Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2017		
Países estrangeiros	Receita líquida	% da receita líquida total
Argentina	46.925	4,58%
Paraguai	16.467	1,61%
U.S.A	12.693	1,24%
Alemanha	10.667	1,04%
Outros países	96.186	9,39%
	<u>182.938</u>	<u>17,87%</u>
Receita Líquida Total		
Mercado Externo	182.938	17,87%
Mercado Interno	840.999	82,13%
	<u>1.023.937</u>	<u>100,00%</u>

c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita líquida consolidada proveniente de países estrangeiros é de R\$ 182.938 em 2017. Sua participação na receita líquida total é igual a 17,87%.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não se aplica, dado que a estratégia aplicada pela Administração é fazer com que as exportações fiquem limitadas a mercados mais rentáveis e com a demanda por produtos de maior valor agregado.

7.8 - Políticas socioambientais

O Relatório de Sustentabilidade de 2017 foi publicado. As informações foram levantadas internamente e também foi contratada uma consultoria externa para ajudar na coleta de dados e na estruturação do arquivo, a metodologia adotada é a do GRI.

A divulgação do material foi dia 16 de março de 2018, e está publicado no endereço <http://ri.portobello.com.br/>.

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

8.1 - Negócios extraordinários

Não se aplica, dado que não houve aquisição, alienação de ativo relevante.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não se aplica, dado que não houve alteração na condução de negócios.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não se aplica, dado que não houve contrato relevante que não fosse relacionado com atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Relação dos domínios utilizados pela Companhia, com abrangência a território internacional:

DOMÍNIO	DATA DE EXPIRAÇÃO	STATUS
archivesportobello.com.br	07/12/2019	Publicado
brtiles.com.br	30/01/2025	Publicado
casamada.com.br	05/03/2018	Publicado
casasportobello.com.br	27/02/2021	Publicado
ceramicapointer.com.br	20/06/2020	Publicado
emporioportobello.com.br	02/02/2018	Publicado
fitmosaicportobello.com.br	27/02/2020	Publicado
milenumvestimentos.com.br	18/08/2017	Publicado
missaoestelarportobello.com.br	28/06/2020	Publicado
pbgrupo.com.br	11/08/2021	Publicado
pbrands.com.br	22/07/2021	Publicado
pointer.com.br	13/04/2021	Publicado
pointerrev.com.br	20/06/2020	Publicado
pointervestimentos.com.br	18/06/2020	Publicado
porcelanateria.com.br	29/09/2018	Publicado
porcelanista.com.br	29/09/2018	Publicado
portobello.com.br	29/05/2018	Publicado
portobellogrupo.com.br	10/12/2021	Publicado
portobelloresponde.com.br	22/02/2020	Publicado
portobelloshop.com.br	28/09/2018	Publicado
portoshop.com.br	28/01/2018	Publicado
vestimentospointer.com.br	20/06/2020	Publicado
universidadedaceramica.com.br	16/10/2020	Publicado

Não há no momento nenhum evento que possa resultar na perda dos domínios.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	Pais de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Parque fabril c/993.462 m2 de terrenos e 157.730 m2 de área construída	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Máquinas e equipamentos	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Equipamentos de processamento de dados	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Parque fabril c/1.000.000 m2 de terrenos e 48.859 m2 de área construída	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria
Máquinas e equipamentos	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria
Equipamentos de processamento de dados	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PORTOBELLO SHOP MISTA	26/06/2021	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	EMPORIO PORTOBELLO	20/07/2020	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	BELPOINT	13/09/2021	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	POINTER INTERNACIONAL	09/09/2024	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOBELLO	08/09/2022	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOBELLO INTERNACIONAL	05/03/2021	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	POINTER	06/03/2020	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	CARGA PESADA	06/03/2020	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOBELLO SHOP	06/02/2018	Não há no momento nenhum evento ou prognóstico de perda dos direitos ou restrição ao uso das marcas no Brasil.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas da excelência da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Companhia Brasileira de Cerâmica S.A.	20.465.785/0001-85	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Fabricação e comércio de revestimentos cerâmico e prestação de serviços relacionados	98,000000
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
Mineração Portobello Ltda.	83.713.495/0001-23	-	Coligada	Brasil	SC	Tijucas	Extração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional	0,000000
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
PBTECH Comercio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda.	05.876.012/0001-06	-	Coligada	Brasil	SC	Tijucas	Comércio de revestimentos cerâmico	0,000000
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
Portobello América, Inc - USA	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Comércio de revestimentos cerâmico	100,000000
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
31/12/2017	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2016	-7.867.698,98	
31/12/2016	27.570000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2016	-7.867.698,98	
31/12/2015	-15835.430000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2016	-7.867.698,98	
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
31/12/2017	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2016	244.919,94	
31/12/2016	181.120000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2016	244.919,94	
31/12/2015	-5.820000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2016	244.919,94	
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
31/12/2017	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2016	719.178,39	
31/12/2016	128.220000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2016	719.178,39	
31/12/2015	37.490000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2016	719.178,39	
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
31/12/2017	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2016	-66.647.384,41	

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2016	16,350000	0,000000	0,00					
31/12/2015	-47,200000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								
Portobello Shop S/A	05.345.379/0001-95	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	"Comércio de revestimentos cerâmico e prestação de serviços relacionados"	99,900000
Valor mercado								
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	479.520,00		
31/12/2016	0,000000	0,000000	15.909.028,03					
31/12/2015	0,000000	0,000000	20.633.458,37					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 (Controladas) deste Formulário de Referência contém as informações pertinentes as razões para aquisição e manutenção de tal participação.								

9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia encerra 2017 com resultados positivos em um ano cuja instabilidade econômica mostrou-se perdurar e em que o setor apresentou desempenho novamente abaixo das expectativas. Ao longo deste ano a estratégia foi ampliar a rentabilidade, baseada nos diferenciais e alavancas internas de resultado, o que se mostrou um caminho adequado. As exportações foram recordes e representaram uma alternativa acertada frente ao cenário volátil e de retração do mercado doméstico. As vendas brutas somaram R\$ 1,3 bilhões, praticamente iguais a 2016. Segundo a Abrammat, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento deflacionado apresentou queda de 4,0% no ano, o que aponta para um ganho de *market share* da Companhia no setor. A Companhia focou sua estratégia comercial em um *mix* de produtos mais rentável no mercado interno, ainda que com volume de vendas menores. Com isso, apesar da receita no mercado interno ter sofrido queda de 3%, a margem bruta consolidada apresentou um ganho de 5 p.p. entre 2017 e 2016. No mercado externo, houve um crescimento de 21% em Reais impactado diretamente pelo aumento de exportações. Foram US\$ 57 milhões em 2017 e US\$ 43 milhões 2016, equivalente a um aumento de 32%. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 189 milhões e o lucro líquido R\$ 64 milhões em 2017. Com margens de 18,5% e 6,3% respectivamente. A retomada da lucratividade é fruto do aumento da margem bruta, do rigor na gestão de despesas, da readequação dos novos negócios ao cenário atual e sensível redução das despesas financeiras com a queda da taxa básica de juros e menor endividamento.

O ano de 2016 encerra um período de intensa turbulência no mercado. A forte deterioração da atividade econômica no país e alta volatilidade do Dólar criaram um cenário desafiador e imprevisível, no qual a Companhia pôde mostrar a resiliência de sua estrutura e força dos diferenciais competitivos. A receita líquida em 2016 somou R\$ 1 bilhão, praticamente igual a 2015. Segundo a Abrammat, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento deflacionado apresentou queda de 8% no ano de 2016. E a Anfacer mostrou queda de 14% nos volumes de vendas de revestimento cerâmico no mercado interno, a pior retração já registrada pelo setor não só pela intensidade da queda, mas também pela sua rapidez. Neste contexto, nossa receita no mercado interno caiu 5%, enquanto o volume cresceu 4%, evidenciando a capacidade da Companhia em mitigar os impactos da retração do consumo. No mercado externo, o aumento de 3% foi impactado pelo aumento das taxas de câmbio no primeiro semestre, uma vez que as vendas em Dólar não sofreram variação. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 115 milhões e o lucro líquido R\$ 2 milhões em 2016. A Companhia também avançou com o plano de revisão de sua estrutura de custos e despesas e retomada da lucratividade. Em 2016, foi realizada otimização de gastos com consultoria especializada através da metodologia de Orçamento Base Zero. Os ganhos já realizados nos últimos meses de 2016 foram na ordem de R\$ 4 milhões. Ao longo do ano, também houve a diminuição de R\$ 37 milhões no endividamento líquido, que alcançou o menor montante desde junho de 2015.

A Companhia encerra 2015 com crescimento e celebrando o ano que foi definido pela resiliência e agilidade. Frente ao cenário de forte deterioração da situação econômica brasileira, a Administração atuou na gestão rigorosa de custos e despesas, revisão de seus investimentos, busca de otimização da distribuição multicanal e no mix de produtos. A receita líquida consolidada superou o patamar de um bilhão em 2015, 12% acima dos R\$ 949 milhões de 2014, com crescimento de volume de 15%. O crescimento foi resultado dos projetos de ampliação das lojas próprias, implantação dos centros de distribuição (receita de serviços) e vendas da marca Pointer, combinado às exportações e à manutenção da estratégia comercial diferenciada, com campanhas de vendas específicas. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, de R\$ 167 milhões, apresentou queda de 5% sobre 2014 e margem de 16%, afetada principalmente pela maturação dos novos negócios (marca Pointer, lojas próprias e centros de distribuição). As despesas com vendas correspondem a 20% da receita líquida e representam os novos patamares normais esperados para as despesas comerciais, e as administrativas mantêm-se representando 3%. Em termos de endividamento, ainda sentiu-se o reflexo dos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

investimentos da fábrica Nordeste, e para preservar a liquidez financeira, a Companhia emitiu R\$ 200 milhões de debêntures ao final de 2015.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Companhia, que integra o Novo Mercado desde 2008, é constituída de cerca de 158.488.517 ações ordinárias escriturais atualmente.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento das suas operações, objetivando salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e, manter uma estrutura compatível com seus níveis de endividamento.

O capital é monitorado frequentemente com base nos índices de alavancagem financeira (vide letra “c” a seguir). Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Já a dívida líquida, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e de parcelamento de tributos, subtraído do montante de caixa e equivalentes, e dos créditos com a Refinadora Catarinense (vide letra “f” a seguir).

O capital é constituído de 158.488.517 ações ordinárias, e atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido, corresponde no consolidado a 58% em 2017, 66% em 2016 e 69% em 2015.

i) Hipóteses de resgate

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital. Segundo o § 1º do art. 44 da Lei 6.404/76, “o resgate consiste no pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação”. A Companhia não prevê o resgate de suas ações.

Ademais, não há previsão estatutária nem deliberação em assembleia especial (conforme o § 6º do art. 44 da Lei 6.404/76) para este desiderato. Assim não há autorização prévia para o resgate de ações. Não há certificados emitidos que contenham a previsão de resgate de ações.

Desta forma não há meios para nesta data realizar o resgate de ações da Companhia. Caso a Companhia estabeleça, no futuro, o resgate de ações, consoante deliberação em Assembleia Extraordinária serão observadas as hipóteses legais estabelecidas na Lei 6.404/76 e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, dado que não existe provisão de resgate de ações ou quotas de capital.

O estatuto social da Companhia não prevê um critério pré-definido para definição do valor justo de resgate. Entende-se a importância de adotarem-se critérios estatutários objetivos para coibir abusos e danos aos acionistas e à Companhia. Entretanto não há formalizado qualquer orientação a respeito da matéria pela Administração.

Nos casos em que não existe critério pré-definido no estatuto social, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) orienta no sentido de que a administração deve propor a adoção de um critério que resulte em valor justo de resgate e deve justificar os aspectos econômicos que determinaram sua escolha. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) se manifestou sobre o assunto e determinou que o preço tivesse em conta o

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

patrimônio líquido, não simplesmente por sua expressão contábil, mas como apurado, em vista dos valores reais, consoante o mercado.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A capacidade de pagamento é satisfatória tendo em vista o EBITDA atingido de cerca de R\$ 189.017 em 2017 frente aos compromissos financeiros contratados (de R\$ 115.312 em 2016, e R\$ 166.769 em 2015). A relação Dívida Líquida / EBITDA é de 2,09 vezes (4,03 em 2016 e 3,01 em 2015), indicando que o caixa da Companhia é adequado para honrar seus compromissos com credores, frente aos novos desafios de investimentos realizados. Parte substancial dos compromissos decorre de parcelamento de impostos em prazo de até 180 meses e linhas de financiamento de longo prazo, significativamente para investimentos em expansão, que financiaram a construção da unidade fabril em Alagoas.

A tabela abaixo demonstra o índice de alavancagem financeira que é base para o monitoramento do capital. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total, que em 2017 corresponde a 58% com 8 p.p. inferiores em relação a 2016:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Empréstimos e financiamentos	512.384	585.472	696.618	513.561	586.661	697.728
Parcelamento de obrigações tributárias	76.259	78.662	81.937	76.774	79.199	82.495
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(78.756)	(100.085)	(81.761)	(94.379)	(105.745)	(87.664)
Créditos com outras pessoas ligadas	(94.651)	(89.423)	(84.601)	(94.651)	(89.423)	(84.601)
Aplicações Financeiras	(6.938)	(6.451)	(100.478)	(6.938)	(6.451)	(100.478)
Dívida líquida	408.298	468.175	511.715	394.367	464.241	507.480
Total do patrimônio líquido	285.048	238.448	231.846	285.060	238.459	231.856
Total do capital	693.346	706.623	743.561	679.427	702.700	739.336
Índice de alavancagem financeira (%)	59	66	69	58	66	69

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro proveem de diversas instituições financeiras onde são garantidas principalmente pelos recebíveis oriundos das vendas da Companhia e controladas, e os financiamentos para investimentos provêm de contratos de longo prazo e dos fornecedores dos equipamentos adquiridos.

As principais fontes de financiamentos detalhadas no item são:

(i) Emissão de debêntures no montante de R\$ 176 milhões contratadas para alongamento da dívida e maior liquidez financeira; (ii) linha de crédito contratada com o Banco do Nordeste no total de R\$ 74 milhões, investidos na planta fabril de Alagoas; (iii) benefício de R\$ 47 milhões que a Companhia obteve a partir de 2009 pelo programa de incentivo fiscal denominado PRODEC, que difere por 48 meses o recolhimento de 60% do ICMS gerado mensalmente que exceder R\$ 2.251 mil; e (v) cerca de R\$ 123 milhões em Nota de Crédito para Exportação contratados com a finalidade de financiar exportações.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma emissão de R\$ 176 milhões em debêntures destinados ao alongamento da dívida e preservação da liquidez financeira.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento da Companhia é composto por parcelamento de impostos federais, no montante de R\$ 76,7 milhões e por debêntures, financiamentos de equipamentos, capital de giro e exportações no montante de R\$ 513,6 milhões. Ao longo do ano, houve a diminuição de R\$ 70 milhões no endividamento líquido. O saldo do endividamento bruto está dividido em 27% com vencimento no curto prazo e 73% no longo prazo, totalizando R\$ 590,3 milhões.

Endividamento	2017	2016	2015
Endividamento Bancário	513.561	586.661	697.728
Tributário	76.774	79.199	82.495
(=) Total de endividamento	590.335	665.860	780.223
Disponibilidades e títulos e valores imobiliários	(101.317)	(112.196)	(193.968)
Créditos com Refinadora Catarinense	(94.651)	(89.423)	(84.601)
(=) Total do Endividamento Líquido	394.367	464.241	501.654
EBITDA (últimos 12 meses)	189.017	115.312	166.769
Dívida bancária líquida / EBITDA	2,09	4,03	3,01

A Companhia detém créditos lastreados por contrato da parte relacionada Refinadora Catarinense S/A, provenientes de ação judicial ganha movida por esta contra a Fazenda Nacional (Crédito Prêmio IPI). Ressalta-se que são créditos garantidos por ação transitada em julgado e já se transformaram em precatório. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento a parcela 04. As parcelas 05, 06 e 07 já estão depositadas para a Refinadora, porém o repasse depende de alvará de liberação, que está em andamento.

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Moeda	Vencimentos	Encargos	Consolidado		
				31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Capital de giro	R\$				-	15.541
Arrendamento financeiro (a)	R\$	Mai/2018	11,48% a.a.	351	782	705
Banco do Nordeste S.A (b)	R\$	Jun/2025	3,00% a.a.	9.798	9.801	9.015
Exim Pré-embarque TJ 462	R\$			-	-	-
BNDES	R\$			-	-	2.362
Lei nº 4.131 (c)	R\$	Dez/2017	15,23% a.a.	-	14.387	14.488
Lei nº 4.131 (c)	US\$			-	-	24.482
NCE (d)	R\$	Mai/2019	15,10% a.a. ¹	37.954	88.543	63.790
Pré-pagamento (e)	US\$	Mai/2018	5,57% a.a.+VC	2.071	4.083	4.896
PRODEC (f)	R\$	Set/2019	4,00% a.a. ¹	20.489	10.897	13.514
FINEP (g)	R\$	Mai/2021	8,24% a.a. ¹	17.133	10.161	6.866
DEG (h)	US\$	Out/2021	6,12% a.a.+VC	10.460	10.394	12.497
FINAME (i)	R\$	Ago/2023	3,00% a.a. ¹	422	422	415
ACC	US\$			-	-	15.365
NCE (d)	US\$	Nov/2017	14,86% a.a.	-	21.779	26.117
Debêntures 1ª série (j)	R\$	Nov/2022	17,18% a.a.	18.708	10.298	336
Debêntures 2ª série (j)	R\$	Nov/2020	16,78% a.a.	29.016	15.457	325
Total do circulante			12,85% a.a.¹	146.402	197.004	210.714
Capital de giro	R\$			1.177	1.189	1.110
Arrendamento financeiro (a)	R\$	Mai/2018	11,48% a.a.	-	349	1.124
Banco do Nordeste S.A (b)	R\$	Jun/2025	3,00% a.a.	63.573	73.353	76.446
BNDES				-	-	-
Lei nº 4.131 (c)	R\$			-	-	14.286
NCE (d)	R\$	Mai/2019	15,10% a.a. ¹	85.278	42.221	48.716
Pré-pagamento (e)	US\$	Mai/2018	5,57% a.a.+VC	-	2.037	7.322
PRODEC (f)	R\$	Set/2019	4,00% a.a. ¹	25.848	34.386	33.934
FINEP (g)	R\$	Mai/2021	8,24% a.a. ¹	31.721	20.739	19.986
DEG (h)	US\$	Out/2021	6,12% a.a.+VC	29.772	39.109	58.572
FINAME (i)	R\$	Ago/2023	3,00% a.a. ¹	1.811	2.230	2.648
NCE (d)	US\$			-	-	26.032
Debêntures 1ª série (j)	R\$	Nov/2022	17,18% a.a.	71.782	89.619	98.419
Debêntures 2ª série (j)	R\$	Nov/2020	16,78% a.a.	56.197	84.425	98.419
Total do não circulante			11,44% a.a.¹	367.159	389.657	487.014
Total Geral			11,92% a.a.¹	513.561	586.661	697.728
Total moeda nacional				471.258	509.259	522.445
Total moeda estrangeira				42.303	77.402	175.283

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Detalhamento dos contratos

Nota	Contrato	Data		Captação	Prazo (meses)	Amortização	Carência (meses)	Garantias
		Desembo Iso	Vencimento					
(a)	Arrend. financeiro	mai-15	mai-18	R\$ 2.192	36	Mensal	-	Máquinas e equipamentos
		ago-14	jun-25	R\$ 96.819	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos
(b)	Banco do Nordeste	<i>Contrato celebrado em jun/13, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em ago/14 no valor de R\$ 29.221, a 2ª parcela liberada em jan/15 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em set/15 no valor de R\$ 14.700, 4ª parcela liberada em mar/16 no valor de R\$ 4.713 a 5ª parcela liberada em dez/16 no valor de R\$ 2.418.</i>						
(c)	Crédito de Exportação (NCE)	fev-15	jan-18	R\$ 50.000	36	Trimestral	9	Recebíveis no valor de 15% do saldo devedor do contrato
		mai-16	mai-18	R\$ 50.000	24	Semestral	12	Recebíveis no valor de 15% do saldo devedor do contrato
		jun-16	mai-19	R\$ 10.000	36	Trimestral	12	80% de duplicatas + 20% aplicação financeira (*)
		jun-16	mai-19	R\$ 20.000	36	Trimestral	12	80% de duplicatas + 20% aplicação financeira (*)
		nov-17	nov-20	R\$ 30.000	36	Trimestral	20	Recebíveis no valor de 30% do saldo devedor do contrato (*)
		nov-17	nov-21	R\$ 50.000	48	Mensal	12	Recebíveis no valor de 30% do saldo devedor do contrato (*)
(*) Os contratos sinalizados possuem cláusulas mínimas de "covenants" que foram cumpridas.								
(d)	Pré-pagamento	jul-13	mai-18	US\$ 5.000	60	Trimestral	15	Penhor mercantil
	PRODEC	-	-	-	120	Bullet	48	-
(e)	<i>O Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense é um Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em jul/09. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (9,80% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 2.251 (média dos valores recolhidos em 2015).</i>							
(f)	Finep	jul-10	set-18	R\$ 30.103	99	Mensal	24	Fiança Bancária
		<i>Todas as 5 parcelas do financiamento foram liberadas pelo Banco da seguinte forma: 1ª no valor de R\$ 5.000 em jul/10, 2ª de R\$ 5.100 em ago/10, 3ª de R\$ 3.146 em set/10, 4ª de R\$ 5.572 em dez/12 e 5ª de R\$ 11.282 em ago/13.</i>						
		jul-14	mai-21	R\$ 57.318	84	Mensal	24	Fiança Bancária
<i>A 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco em jul/14. A 2ª parcela liberada em jan/16 no valor de R\$ 12.479. A 3ª parcela liberada em jun/17 no valor de R\$ 32.064.</i>								
(g)	DEG (Deut)	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias
<i>Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que foram repactuadas em dez/17 e foram cumpridas.</i>								
(h)	Finame	mai-13	mai-23	R\$ 39	120	Mensal	25	Máquinas e equipamentos
		mai-13	abr-23	R\$ 601	120	Mensal	24	
		jul-13	jul-23	R\$ 107	120	Mensal	25	
		jul-13	ago-23	R\$ 1.890	120	Mensal	26	
		jan-14	jun-23	R\$ 577	114	Mensal	18	
(i)	Debêntures	dez-15	nov-22	R\$ 100.000	83	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
		dez-15	nov-20	R\$ 100.000	59	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
<i>Para mais detalhes vide Item (c) Debêntures, a seguir</i>								

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo da Companhia já foram divulgadas no item acima.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação.

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia prevê em estatuto a aprovação do Conselho de Administração para contratações de linhas de financiamento acima de R\$ 20 milhões, e segue cumprindo essa determinação.

O contrato com o DEG - *Deutsche Investments, as debêntures e os contratos de créditos de exportação (NCE)* apresentam cláusulas mínimas de *covenants*. Em 31 de dezembro de 2017 todas estas cláusulas estavam sendo atendidas. E a Companhia está apta para distribuição de dividendos.

Ademais não existem outras restrições.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De um modo geral as operações de financiamentos de capital de giro são utilizadas próximo aos limites contratados. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui linha de crédito aprovada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A no valor de R\$ 147.784, cuja finalidade é o investimento na unidade fabril na cidade de Marechal Deodoro (AL), dos quais a Companhia já captou o montante de R\$ 96.819.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Balço Patrimonial	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31/12/17 X 31/12/15	31/12/17 X 31/12/16	31/12/16 X 31/12/15
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	94.379	105.745	87.664	8%	9%	6%	8%	-11%	21%
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	100.478	0%	0%	7%	-100%	0%	-100%
Contas a receber de clientes	218.412	215.379	208.367	17%	17%	15%	5%	1%	3%
Estoques	179.323	185.880	205.291	14%	15%	15%	-13%	-4%	-9%
Adiantamentos a fornecedores	5.136	2.637	2.053	0%	0%	0%	150%	95%	28%
Tributos a recuperar	11.872	14.062	16.755	1%	1%	1%	-29%	-16%	-16%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4.050	5.017	6.020	0%	0%	0%	-33%	-19%	-17%
Outros	9.451	6.649	12.976	1%	1%	1%	-27%	42%	-49%
	<u>522.623</u>	<u>535.369</u>	<u>639.604</u>	<u>42%</u>	<u>43%</u>	<u>47%</u>	<u>-18%</u>	<u>-2%</u>	<u>-16%</u>
						0%			
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Créditos com outras pessoas ligadas	94.651	89.423	84.601	8%	7%	6%	12%	6%	6%
Depósitos judiciais	93.501	81.742	59.924	7%	7%	4%	56%	14%	36%
Recebíveis da Eletrobrás	12.821	32.208	48.621	1%	3%	4%	-74%	-60%	-34%
Tributos a recuperar	6.407	6.124	10.477	1%	0%	1%	-39%	5%	-42%
Ativo tributário	46.491	26.735	22.718	4%	2%	2%	105%	74%	18%
Ativo atuarial	5.758	4.369	9.676	0%	0%	1%	-40%	32%	-55%
Aplicações financeiras vinculadas	6.938	6.451	5.826	1%	1%	0%	19%	8%	11%
Outros	2.359	795	814	0%	0%	0%	190%	197%	-2%
	<u>268.926</u>	<u>247.847</u>	<u>242.657</u>	<u>21%</u>	<u>20%</u>	<u>18%</u>	<u>11%</u>	<u>9%</u>	<u>2%</u>
Investimentos	298	243	198	0%	0%	0%	51%	23%	23%
Imobilizado	440.585	433.348	444.194	35%	35%	33%	-1%	2%	-2%
Intangível	19.536	20.533	25.240	2%	2%	2%	-22%	-5%	-19%
	<u>460.459</u>	<u>454.144</u>	<u>469.632</u>	<u>37%</u>	<u>37%</u>	<u>35%</u>	<u>-2%</u>	<u>1%</u>	<u>-3%</u>
	<u>729.385</u>	<u>701.991</u>	<u>712.289</u>	<u>58%</u>	<u>57%</u>	<u>53%</u>	<u>2%</u>	<u>4%</u>	<u>-1%</u>
Total do ativo	<u>1.252.008</u>	<u>1.237.360</u>	<u>1.351.893</u>	<u>79%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>-7%</u>	<u>1%</u>	<u>-8%</u>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 95 milhões em 31 de dezembro de 2017, 11% menor que no mesmo período de 2016, devido retomada dos investimentos e amortização de financiamentos. O aumento percebido entre 31 de dezembro de 2016 e o mesmo período de 2015 refere-se ao resgate da aplicação financeira vinculada.

Aplicações financeira vinculadas

Em 31 de dezembro de 2017 as aplicações financeiras vinculadas permanecem com saldo zero, pois no período de 2016 o valor de R\$ 100 milhões foi integralmente resgatado após o registro dos gravames escritos nas garantias vinculadas aos contratos das Debêntures.

Contas a receber de clientes

Os valores de contas a receber houve um acréscimo de 1% do ano de 2017 no mesmo período de 2016. A variação observada decorre do aumento de prazos médios, com ênfase no aumento da participação da nova marca. Os prazos médios de recebimento em dias de ROL, considerando o montante de contas a receber líquido de adiantamento, foram de 72 dias para as vendas realizadas em 2017, 70 em 2016 e 66 em 2015.

Estoques

A queda de 4% nos estoques entre dezembro de 2017 e dezembro de 2016 está de acordo com o planejamento da Companhia para otimização do capital de giro. Os prazos de renovação dos estoques em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 representavam de 106, 102 e 111 dias respectivamente.

Adiantamento a fornecedores

O acréscimo de 95% no saldo dos adiantamentos a fornecedores em 2017 comparado com 2016, e no ano de 2015 houve uma variação de 28% para 2016. Este acréscimo se refere adiantamento para importação de produtos para revenda.

Tributos a recuperar

A valor de queda 16% entre dezembro de 2017 e dezembro de 2016, permanece a mesma variação do ano de dezembro de 2015 e dezembro de 2016, não havendo mudança nesta conta do ativo.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Em 2016, o saldo da conta de impostos de renda e contribuição social a recuperar atingiu o montante de R\$ 5 milhões que passou a ser compensado a partir de 2017. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas

Outros

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um acréscimo de 42% em 31 de dezembro de 2017 e uma diminuição de 49% no comparativo entre 2016 e 2015, em 2017 o aumento refere-se a crédito de insumo em aberto com fornecedor na planta em Alagoas. Em 2016 refere-se principalmente ao valor justo dos ganhos e perdas das operações de Swap.

Créditos com outras pessoas ligadas

A variação entre os saldos de 2017 e 2016 refere-se principalmente à atualização dos recebíveis. Entre 2016 e 2015 permaneceu a mesma variação, pois durante este período não houve o recebimento da parcelada Refinadora Catarinense.

Depósitos judiciais

Um diminuição de 14% entre 2017 e 2016, referente a 2016 e 2015 que teve a variação de 36%. Os depósitos judiciais têm o objetivo de garantir o julgamento de ações que a Companhia mantém provisão para contingência.

Recebíveis da Eletrobrás

A redução de 60% no saldo de 2017 corresponde ao ajuste realizado após o transito em julgado do processo de liquidação de sentença. A Companhia ajuizou ação de cumprimento de sentença, no valor total de R\$ 12.821. O saldo contábil foi novamente revisado e baixado em 2017, sendo que R\$ 11.294 eram atualizações (revertidas contra o resultado financeiro) e R\$ 8.092 reconhecidos em outras despesas operacionais.

Tributos a recuperar

Entre o ano de 2016 e 2017 não houveram grandes variações de um ano para outro, portanto permanece com valores de tributos a recuperar quase os mesmos.

Ativos tributários

O aumento de 74% em 2017 para o ano de 2016 refere-se à atualização monetária dos ativos existentes e reconhecimento de duas novas ações. A primeira referente ao processo tributário denominado "semestralidade do Pis", cujo escopo é reaver valores pagos a maior a título de Pis. E a segunda referente a correção monetária nas operações aplicáveis as cédulas de crédito rural, ocorridas em março de 1990.

Ativo atuarial

O ativo atuarial decorrente do plano de benefício definido concedido aos empregados apresentou uma variação positiva de 32% em 2017, pois neste período o plano apresentou um aumento do *superávit*, uma vez que o aumento das obrigações diminuiu o crescimento dos ativos do plano. Ao longo do ano, as obrigações atuariais aumentaram em função da redução da taxa de juros para atualização das obrigações a conceder. A avaliação atuarial é realizada por atuários independentes.

Imobilizado e Intangível

O imobilizado em 2017 apresenta aumento de 2% referente ao ano de 2016, decorrente da retomada dos investimentos no segundo semestre. Já em 2016 quando comparado com 2015, ocorreu uma diminuição de 13% decorrente reflexo do cenário de contenção vivido pela Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2017 não houve adições significativas no ativo intangível, portanto, uma queda de 5% corresponde às amortizações previstas. Os gastos passam a ser amortizados de acordo a conclusão dos projetos e o prazo é estabelecido conforme o benefício futuro estimado pela Administração da Companhia.

Balço Patrimonial	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31/12/17 X 31/12/15	31/12/17 X 31/12/16	31/12/16 X 31/12/15
Passivo									
Circulante									
Fornecedores	114.569	102.929	127.352	9%	8%	9%	11%	11%	-19%
Cessão de crédito fornecedores	35.127	21.522	15.642	3%	2%	1%	63%	63%	38%
Empréstimos e financiamentos	146.402	197.004	210.714	12%	16%	16%	-26%	-26%	-7%
Empréstimos e financiamentos	98.678	171.249	210.053	8%	14%	16%	-42%	-42%	-18%
Debêntures	47.724	25.755	661	4%	2%	0%	85%	85%	3796%
Parcelamento de obrigações tributárias	14.126	9.857	9.081	1%	1%	1%	43%	43%	9%
Impostos, taxas e contribuições	15.273	15.020	10.748	1%	1%	1%	2%	2%	40%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.758	311	571	0%	0%	0%	465%	465%	-46%
Provisões para contingências	-	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Adiantamentos de clientes	12.615	17.977	15.301	1%	1%	1%	-30%	-30%	17%
Obrigações sociais e trabalhistas	31.330	27.155	29.015	3%	2%	2%	15%	15%	-6%
Provisão para participação nos lucros	4.289	-	4.528	0%	0%	0%	0%	0%	-100%
Dividendos a pagar	6.035	915	7.667	0%	0%	1%	560%	560%	-88%
Contas a pagar de investimentos	19.049	-	-	2%	0%	0%	0%	0%	0%
Outros	13.737	16.465	8.871	1%	1%	1%	-17%	-17%	86%
	414.310	409.155	439.490	33%	33%	33%	1%	1%	-7%
Não circulante									
Fornecedores	78.496	68.990	47.923	6%	6%	4%	14%	14%	44%
Empréstimos e financiamentos	367.159	389.657	487.014	29%	31%	36%	-6%	-6%	-20%
Empréstimos e financiamentos	239.180	215.613	290.177	19%	17%	21%	11%	11%	-26%
Debêntures	127.979	174.044	196.837	10%	14%	15%	-26%	-26%	-12%
Provisões para contingências	28.214	51.195	41.190	2%	4%	3%	-45%	-45%	24%
Provisão para incentivo de longo prazo	1.935	7.312	9.336	0%	1%	1%	-74%	-74%	-22%
Plano de previdência privada	-	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.186	3.250	21.665	1%	0%	2%	336%	336%	-85%
Parcelamento de obrigações tributárias	62.648	69.342	73.414	5%	6%	5%	-10%	-10%	-6%
Outros	-	-	5	0%	0%	0%	0%	0%	-100%
	552.638	589.746	680.547	44%	48%	50%	-6%	-6%	-13%
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos									
Capital social realizado	130.000	119.565	99.565	10%	10%	7%	9%	9%	20%
Reserva legal	18.426	15.219	15.113	1%	1%	1%	21%	21%	1%
Lucros a disposição da AGO	140.794	105.910	124.080	11%	9%	9%	33%	33%	-15%
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.172)	37.060	38.258	0%	3%	3%	-111%	-111%	-3%
Outros resultados abrangentes	-	(39.306)	(45.170)	0%	-3%	-3%	-100%	-13%	-13%
	285.048	238.448	231.846	23%	19%	17%	20%	3%	3%
Participação dos não controladores	12	11	10	0%	0%	0%	9%	10%	10%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.252.008	1.237.360	1.351.893	100%	100%	100%	1%	-8%	-8%

Fornecedores

As variações no saldo de fornecedores entre 2017, 2016 e 2015, mantiveram-se nos níveis esperados pela Companhia. No longo prazo refere-se exclusivamente a provisão para pagamento do fornecedor de gás natural.

Cessão de crédito fornecedores

A conta cessão de crédito de fornecedores teve um aumento de 63% do saldo em 2017, reflexo de uma maior adesão ao serviço oferecido (queda de 38% entre 2016 e 2015). A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Empréstimos e financiamentos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2017 não houve captações relevantes, e a queda de 42% no grupo de empréstimos e financiamentos corresponde às amortizações já previstas. O decréscimo do saldo de empréstimos e financiamentos em 31% (somados passivo circulante, não circulante e debêntures) ainda deriva da emissão de debêntures realizadas pela companhia no ano de 2015 a fim de preservar sua liquidez financeira.

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados pró-rata.

Parcelamento de obrigações tributárias

A redução do saldo desta rubrica, considerando a soma do circulante e não circulante, decorre da quitação normal das parcelas, sendo a variação entre 2017 e 2016 de 34%, 2015 e 2014 de 3%. Destaca-se a adesão ao PERT (Programa de Regularização Tributária) em agosto de 2017.

Impostos, taxas e contribuições

O acréscimo de 2% para 2017 para 2016. No mesmo período de 2016 a 2015 houve um acréscimo de 40% que se refere ao incremento da carga tributária dos impostos estaduais nesse período.

Imposto de renda e contribuição social a recolher

O saldo da conta de imposto de renda e contribuição social a recolher atingiu o montante de R\$ 1.758, reflexo da lucratividade. Em 2016, o montante 311 mil vem reduzindo devido a menor lucratividade obtida pela Companhia.

Provisões para contingências

Em 2017 o saldo de provisões para contingências considerando os montantes no passivo circulante e não circulante diminuíram 45% referente ao mesmo período de 2016 e aumentaram 24% em 2016 x 2015 em razão da diminuição da contingência tributária dos débitos fiscais decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes são referentes a uma modalidade de venda em que o produto só é entregue após o pagamento de 50% do valor da compra. A prática diminui assim o risco financeiro. No ano de 2017 houve uma variação de negativa de 30% para o mesmo período de 2016.

Obrigações sociais e trabalhistas

Em 2017 houve um aumento de 15% do montante de ordenados e salários a pagar e às provisões de férias reconhecidas no período. A variação negativa de 18% entre 2016 e 2015 refere-se ao redimensionamento do quadro.

Provisão para participação nos lucros

Em 2017 houve a provisão do montante R\$ 4.289, pois foram atingidos os requisitos mínimos para pagamento. O crescimento entre os períodos de 2017 e 2016 é resultado da melhora na lucratividade e ótimo desempenho dos indicadores do exercício de 2017 quando comparado ao de 2016. Em 2016 não houve provisão para participação nos lucros devido ao não atingimento das metas e índices para distribuição da remuneração aos funcionários.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisão para incentivo de longo prazo

A redução de 74% em 2017 (menos 22 % em 2016 se comparado com 2015) reflete os resultados da companhia no período. O programa de meritocracia foi criado em 2012, cujo objetivo é atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na empresa, alinhando os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular a permanência nos cargos.

Dividendos a pagar

O saldo da rubrica refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2017, e a redução refere-se ao lucro menor apresentado.

Contas a pagar de investimentos

O saldo da rubrica refere-se aos investimentos realizados com a planta fabril em Tijucas e nas lojas próprias no período de 2017.

Outros

Os outros passivos circulantes apresentaram diminuição de 17% em 2017. No período de 2016 x 2015 houve um aumento de 86% em virtude de algumas provisões de despesas com fretes dos CDs.

Capital social realizado

Em abril de 2017, a companhia aumentou o capital social em cerca de R\$ 10 milhões, R\$ 20 milhões em 2016 e R\$ 20 milhões em 2015. Os acréscimos foram realizados a fim de capitalizar o lucro da companhia. Ambas as movimentações foram aprovadas pelas AGE de 38 de abril de 2017, 30 de abril de 2016 e 30 abril de 2015 respectivamente e não provocaram alteração na quantidade total de ações.

Reserva legal

Foi destinado à reserva legal 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício de 2017, bem como em 2016 e 2015, conforme previsto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

Lucros a disposição da AGO

Após as destinações obrigatórias previstas na lei 6.404/76 e no estatuto social da Companhia, foi alocado a esta rubrica o montante de lucro do exercício social de 2017 a ser destinado após deliberação da Assembleia Geral Ordinária. A proposta da Administração para destinação está nos documentos em anexo (instrução nº 481, artigo 9).

Ajustes de avaliação patrimonial

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. A variação do saldo negativa dessa rubrica refere-se a realização da reserva de reavaliação e variação cambial.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros resultados abrangentes

A partir da vigência da lei 11.638 os efeitos de conversão das demonstrações financeiras de empresas controladas no exterior e as variações cambiais decorrente passaram a ser registradas no Patrimônio Líquido enquanto que em 2007 (pré-lei 11.638) este registro acontecia no resultado. Nesta rubrica também estão registrados os ganhos e perdas atuariais relativas ao fundo de previdência dos funcionários da Companhia.

Demonstração de Resultado	Consolidado			% da Receita			% da Variação		
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	2017 x 2015	2017 x 2016	2016 x 2015
Operações continuadas									
Receita operacional líquida	1.023.937	1.016.400	1.060.395	100%	100%	100%	-3%	1%	-4%
Custo dos produtos vendidos	(606.917)	(653.198)	(664.193)	-59%	-64%	-63%	-9%	-7%	-2%
Lucro operacional bruto	417.020	363.202	396.202	41%	36%	37%	5%	15%	-8%
Receitas (despesas) operacionais líquidas									
Vendas	(246.510)	(250.744)	(214.205)	-24%	-25%	-20%	15%	-2%	17%
Gerais e administrativas	(35.877)	(37.155)	(34.568)	-4%	-4%	-3%	4%	-3%	7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14.373	505	(13.024)	1%	0%	-1%	-210%	2746%	-104%
	<u>(268.014)</u>	<u>(287.394)</u>	<u>(261.797)</u>	<u>-26%</u>	<u>-28%</u>	<u>-25%</u>	<u>2%</u>	<u>-7%</u>	<u>10%</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	149.006	75.808	134.405	15%	7%	13%	11%	97%	-44%
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	24.892	31.093	50.244	2%	3%	5%	-50%	-20%	-38%
Despesas financeiras	(92.896)	(116.868)	(76.726)	-9%	-11%	-7%	21%	-21%	52%
Variação cambial líquida	(10)	4.080	(31.542)	0%	0%	-3%	-100%	-100%	-113%
	<u>(68.014)</u>	<u>(81.695)</u>	<u>(58.024)</u>	<u>-7%</u>	<u>-8%</u>	<u>-5%</u>	<u>17%</u>	<u>-17%</u>	<u>41%</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição soc	80.992	(5.887)	76.381	8%	-1%	7%	6%	-1476%	-108%
Imposto de renda e contribuição social									0%
Corrente	(10.239)	(9.236)	(32.227)	-1%	-1%	-3%	-68%	11%	-71%
Diferido	(6.583)	17.265	8.519	-1%	2%	1%	-177%	-138%	103%
	<u>(16.822)</u>	<u>8.029</u>	<u>(23.708)</u>	<u>-2%</u>	<u>1%</u>	<u>-2%</u>	<u>-29%</u>	<u>-310%</u>	<u>-134%</u>
Lucro do exercício das operações continuadas	64.170	2.142	52.673	6%	0%	5%	22%	2896%	-96%
Lucro líquido do exercício	64.170	2.142	52.673	6%	0%	5%	22%	2896%	-96%
							0%		
Lucro líquido atribuível a									
Acionistas da Companhia	64.136	2.125	52.652	6%	0%	5%	22%	2918%	-96%
Participação dos não controladores	34	17	21	0%	0%	0%	62%	100%	-19%

Receita operacional líquida

Em 2017 a receita manteve um desempenho praticamente igual ao ano anterior. Em 2016, quando comparado a 2015, a receita operacional líquida de vendas diminuiu 4%, reflexo da forte retração apresentada pelo mercado.

Lucro operacional bruto

Em 2017 o lucro bruto cresceu de 15% referente ao ano de 2016, é reflexo de um mix de venda com produtos de maior lucratividade e redução de custos.

Despesas com vendas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As despesas com vendas somaram R\$ 247 milhões em 2017, correspondendo uma diminuição de 2% se comparadas às do mesmo período de 2016, reflexo principalmente do aumento na eficiência dos gastos com operadores logísticos e adequação da sua capacidade de operação. Em relação à receita líquida, as despesas com vendas representaram 24% em 2017 (25% em 2016), semelhante ao desempenho do ano anterior. A Companhia entende que este patamar é adequado para suportar sua operação atualmente.

Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$ 35,9 milhões em 2017, 3% menores do que em 2016, sobretudo pela adequação da estrutura para a operação Pointer/Alagoas e revisão da estrutura de gastos realizada no final de 2016. Em relação à receita líquida, elas mantiveram o índice de 4% quando comparado 2016. Em 2016 totalizaram R\$ 37 milhões, 13% superior em relação a 2015. E mantém-se representando 4% da receita líquida.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidos

Em 2017 o montante de outras receitas e despesas foi de R\$ 14.373 líquidas, reflexo de créditos tributários extemporâneos e decisões judiciais favoráveis reconhecidas ao longo deste ano.

Resultado financeiro

O resultado financeiro de 2017 foi uma despesa de R\$ 68 milhões e representou uma redução de 17% quando comparado ao mesmo período de 2016 devido a cambio e redução de taxa de juros e endividamento.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 2017 foi de R\$ 64 milhões, reflexo do resultado operacional maior, pelas razões anteriormente mencionadas, e diminuição da despesa financeira. Em 2016, o lucro foi de 2 milhões. Em 2015 foi de R\$ 53 milhões, devido ao impacto da variação cambial sobre a parcela da dívida em moeda estrangeira.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é proveniente da venda de produtos cerâmicos para revestimento, destinados à construção civil. Estes produtos são parte de produção própria e parte de produtos adquiridos de terceiros, seja no mercado interno ou importados.

Os produtos oferecidos pela Companhia classificam-se em diferentes classes (tipologia): (i) revestimentos externos; (ii) pisos cerâmicos; (iii) pisos porcelânicos esmaltados e não esmaltados; e (iv) revestimentos internos ou azulejos. Estas classes compõem a linhas de produtos que possuem diferentes cores e formatos. Esta composição determina o mix de produção que influencia na capacidade de produção.

A receita é influenciada primeiramente pelos volumes (capacidade de produção), pelo mix de formatos, pelo portfólio, e preços praticados em cada canal de distribuição.

A estratégia de distribuição da Companhia está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

Mercado Interno

São quatro os canais de distribuição:

Varejo (multimarcas) – Canal responsável pelo atendimento a revendedores de materiais de construção (“home centers”) que revendem nossos produtos no varejo para o consumidor final ou para pequenos construtores.

Engenharias – Equipes e estrutura comercial especializadas para atender empresas de construção civil (construtoras e incorporadoras), para obras residenciais, comerciais ou públicas.

Varejo Portobello Shop – Rede de lojas especializadas em produtos Portobello que atendem os clientes de varejo por meio de franquias sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello, focadas no consumidor mais exigente quanto à qualidade, atendimento e serviço. Com 142 lojas instaladas em todo o Brasil, a Portobello Shop tornou-se um sucesso, possibilitando assim, o desenvolvimento de novos formatos de negócio como o modelo Empório, que foi adaptado a diferentes perfis de cidades, buscando a expansão em regiões que não comportavam uma unidade tradicional.

Pointer – A marca Pointer foi concebida para atender um público específico, com portfólio exclusivo e focado principalmente no mercado do norte e nordeste brasileiro, e permitirá à Companhia atuar em um novo segmento com boas perspectivas de crescimento. A combinação das duas marcas, Portobello e Pointer, vislumbra um potencial importante de desenvolvimento do negócio, ampliando a atuação da Companhia diferentes posicionamentos de mercado.

Mercado Externo

A Portobello é uma marca internacional e comercializa seus produtos em aproximadamente 78 países, através de equipe própria e representantes independentes. Os principais destinos das exportações em 2017

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

foram Argentina, Paraguai, Chile, Austrália, Bolívia, U.S.A., México, Colômbia, Uruguai, Bélgica, África do Sul e Canadá.

As exportações representaram 18% da Receita Líquida. Com as taxas de câmbio nos níveis atuais, a Companhia acredita que vendas neste mercado, concentradas em produtos de maior valor agregado, continuarão a contribuir de forma relevante aos resultados da Companhia.

A rentabilidade obtida pela exportação confirma os avanços da empresa em busca da competitividade internacional aliada as taxas de cambio. Esta competitividade assegura maior equilíbrio de vendas em eventuais dificuldades que possam afetar o mercado doméstico.

A composição da receita líquida (R\$ mil), nos 3 últimos anos foi a seguinte:

	2017		2016		2015	
	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL
Mercado interno	840.999	82%	864.858	85%	912.806	86%
Mercado externo	182.938	18%	151.542	15%	147.589	14%
	1.023.937		1.016.400		1.060.395	

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Estão descritos abaixo alguns fatores que influenciaram os resultados consolidados da Companhia nos últimos três exercícios:

A Companhia encerra 2017 com resultados positivos em um ano cuja instabilidade econômica mostrou-se perdurar e em que o setor apresentou desempenho novamente abaixo das expectativas. Ao longo deste ano a estratégia foi ampliar a rentabilidade, baseada nos diferenciais e alavancas internas de resultado, o que se mostrou um caminho adequado. As exportações foram recordes e representaram uma alternativa acertada frente ao cenário volátil e de retração do mercado doméstico. As vendas brutas somaram R\$ 1,3 bilhões, praticamente iguais a 2016. Segundo a Abramat, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento deflacionado apresentou queda de 4,0% no ano, o que aponta para um ganho de *market share* da Companhia no setor. A Companhia focou sua estratégia comercial em um *mix* de produtos mais rentável no mercado interno, ainda que com volume de vendas menores. Com isso, apesar da receita no mercado interno ter sofrido queda de 3%, a margem bruta consolidada apresentou um ganho de 5 p.p. entre 2017 e 2016. No mercado externo, houve um crescimento de 21% em Reais impactado diretamente pelo aumento de exportações. Foram US\$ 57 milhões em 2017 e US\$ 43 milhões 2016, equivalente a um aumento de 32%. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 189 milhões e o lucro líquido R\$ 64 milhões em 2017. Com margens de 18,5% e 6,3% respectivamente. A retomada da lucratividade é fruto do aumento da margem bruta, do rigor na gestão de despesas, da readequação dos novos negócios ao cenário atual e sensível redução das despesas financeiras com a queda da taxa básica de juros e menor endividamento.

O ano de 2016 encerra um período de intensa turbulência no mercado. A forte deterioração da atividade econômica no país e alta volatilidade do Dólar criaram um cenário desafiador e imprevisível, no qual a Companhia pôde mostrar a resiliência de sua estrutura e força dos diferenciais competitivos. A receita líquida em 2016 somou R\$ 1 bilhão, praticamente igual a 2015 mesmo com a pior retração já registrada pelo setor não só pela intensidade da queda, mas também pela sua rapidez. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 115 milhões e o lucro líquido R\$ 2 milhões em 2016. A Companhia também avançou com o plano de revisão de sua estrutura de custos e despesas e retomada da lucratividade. Além disso, continua

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em andamento o plano de otimização e adequação da fábrica e marca Pointer com foco na região Nordeste. Na produção, as ações estão direcionadas para melhora da ocupação e eficiência produtiva, redução de perdas, melhoria da qualidade e desenvolvimento de novos fornecedores. Na área comercial, o foco é mantido no varejo, engenharia e exportação. Apesar de apresentar um *ramp up* mais lento do que o previsto, devido ao cenário econômico difícil e mais sensível no Nordeste, em 2016 o novo negócio colaborou com o incremento das vendas do período.

Em 2015 os principais fatores que influenciaram os resultados da Companhia foram a gestão rigorosa de custos e despesas, revisão de seus investimentos, busca de otimização da distribuição multicanal e no mix de produtos. A receita líquida consolidada superou o patamar de um bilhão em 2015, 12% acima de 2014. O crescimento foi resultado dos projetos de ampliação das lojas próprias, implantação dos centros de distribuição (receita de serviços) e vendas da marca Pointer, combinado às exportações e à manutenção da estratégia comercial diferenciada, com campanhas de vendas específicas. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, de R\$ 167 milhões, foi afetada principalmente pela maturação dos novos negócios já mencionados. E no endividamento, ainda sentiu-se o reflexo dos investimentos da fábrica Nordeste, e para preservar a liquidez financeira, a Companhia emitiu R\$ 200 milhões de debêntures ao final do ano.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida do mercado interno representou 82% do total e, apesar do crescimento do volume em 4%, a receita subiu 1% em relação a 2016, acompanhando a retração do mercado. De acordo com a ABRAMAT, o mercado interno de acabamento no ano de 2017 apresentou redução de 4% (deflacionado) no faturamento bruto.

No mercado externo, as variações foram influenciadas basicamente pelas oscilações do câmbio. Em 2017, a receita cresceu 3% em relação a 2016.

Por se tratar de uma indústria em que as tendências de moda têm um grande peso, a renovação do portfólio é constante, e os esforços em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos estão diretamente atrelados à demanda constante por inovação.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A Companhia tem sofrido pressões inflacionárias nos custos e insumos, principalmente para a mão de obra, que são constantemente neutralizados pelos esforços buscando ganhos de produtividade.

O impacto mais relevante para 2017 foi no contas a pagar de investimentos, que teve reconhecida um valor de R\$ 12.392.

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações, conforme abaixo:

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em reais					
	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber	52.785	43.969	47.775	52.785	43.969	47.775
Conta corrente	3.806	1.186	594	3.806	1.186	594
Créditos com controladas	67.728	66.727	79.947	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(67.717)	(66.647)	(79.676)	-	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(9.718)	(9.317)	(17.640)	(9.718)	(9.317)	(17.640)
Contas a pagar, de investimentos	(12.392)	-	-	(12.392)	-	-
Empréstimos e financiamentos	(42.303)	(77.402)	(175.283)	(42.303)	(77.402)	(175.283)
(-) Operação Swap	-	21.778	76.630	-	21.778	76.630
Passivos líquidos expostos	(7.811)	(19.706)	(67.653)	(7.822)	(19.786)	(67.924)

* * * * *

		Em moeda estrangeira					
		Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber	euro	317	367	458	317	367	458
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	euro	(541)	(282)	(1.468)	(541)	(282)	(1.468)
		(224)	85	(1.010)	(224)	85	(1.010)
Contas a receber	dolar	12.659	9.887	9.412	12.659	9.887	9.412
Conta corrente	dolar	1.150	364	152	1.150	364	152
Créditos com controladas	dolar	20.474	20.474	20.474	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	dolar	(20.471)	(20.448)	(20.392)	-	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	dolar	(2.288)	(2.567)	(2.953)	(2.288)	(2.567)	(2.953)
Empréstimos e financiamentos	dolar	(12.788)	(23.750)	(44.889)	(12.788)	(23.750)	(44.889)
(-) Operação Swap	dolar	-	19.624	19.624	-	19.624	19.624
		(1.264)	3.584	(18.572)	(1.267)	3.558	(18.654)

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica, dado que a Companhia não fez alterações de segmentos operacionais nos três últimos exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica, dado que nos três últimos exercícios sociais não ocorreram eventos dessa natureza.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 28 de abril de 2017 foi aprovado na AGE o aumento do Capital Social da Companhia, pela capitalização de lucros no montante de R\$ 10.435, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 130.000 dividido em 158.488 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2016 foi aprovado na AGE o aumento do Capital Social da Companhia, pela capitalização de lucros no montante de R\$ 20.000, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 119.565 dividido em 158.488 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2015 foi aprovado na AGE o aumento do Capital Social da Companhia, pela capitalização de lucros no montante de R\$ 23.000, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 99.565 dividido em 158.488 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não se aplica, dado que todas as alterações em virtude da adequação aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e a adaptação aos Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS), ocorreram nas demonstrações financeiras divulgadas em 31 de dezembro de 2010.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica, dado que não ocorreram mudanças significativas nas praticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas mencionadas no parecer do auditor.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

I) Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

1 Consolidação

1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2017 é : Portobello América, Inc. 100%, PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda 99,94%, Portobello Shop S/A 99,90%; Mineração Portobello Ltda 99,76% e Companhia Brasileira de Cerâmica 98,00%.

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

2 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

4 Ativos Financeiros

4.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "contas a receber de clientes", "caixa e equivalentes de caixa", "créditos com outras pessoas ligadas".

b) Caixa e equivalentes de caixa

10.5 - Políticas contábeis críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos que correspondem a operações contratadas para proteção de suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros de dívidas e compromissos futuros. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

e) Mensurado ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

i) Aplicações financeiras e derivativas

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do

10.5 - Políticas contábeis críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos para a Companhia; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

4.3 Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

4.4 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

4.5 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

4.6 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobras são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal. Até julho de 2014 o valor era atualizado por índice de inflação, acrescidos

10.5 - Políticas contábeis críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de 12% ao ano, quando a Companhia decidiu interromper a atualização do ativo, até nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo.

4.7 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial". Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para impairment, caso exista algum indicador de perda.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

4.9 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável.

4.10 *Impairment* de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

4.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

4.12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

4.13 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo

10.5 - Políticas contábeis críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

4.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

4.15 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos

10.5 - Políticas contábeis críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais". Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados.

c) Incentivo de longo prazo

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a Companhia recebe serviços dos empregados e oferece como contraprestação pagamentos em dinheiro. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca de caixa, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

4.16 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio.

4.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

4.19 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.20 Despesas financeiras

10.5 - Políticas contábeis críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

II) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

1) Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na

10.5 - Políticas contábeis críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

2) Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobras embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A vem efetuando os pagamentos conforme contrato.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon). A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que

10.5 - Políticas contábeis críticas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 50% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e sessenta) dias do ICMS a ser recolhido; financiamento de parte do ICMS devido ao estado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

e) Auto de infração

Em 2014 e 2016, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos calendários de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e encontra-se aguardando o julgamento da referida impugnação.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv) Contratos de construção não terminada
- v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica, visto que as operações que não estão registradas no balanço patrimonial foram evidenciadas nas demonstrações financeiras referentes os últimos três exercícios sociais.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia possui passivos contingentes de natureza trabalhista e civil, que de acordo com a avaliação dos riscos oriundos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia, há possibilidade de serem incorridas perdas nessas áreas. Tanto os ativos contingentes como os passivos contingentes estão demonstrados nas notas explicativas, que são partes integrantes das demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Para os passivos contingentes, havendo a possibilidade de serem incorridas perdas, o reconhecimento será outras despesas operacionais.

b) Natureza e o propósito da operação

Conforme descrito no item 10.6 (b), os passivos contingentes referem-se a processos de natureza cível e trabalhista.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.8 - Plano de Negócios

a) Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No plano de negócios estão previstos investimentos da ordem de R\$ 186 milhões, sendo R\$ 84 milhões ao longo de 2018, e R\$ 102 milhões em 2019.

A Companhia pretende investir R\$ 84 milhões ao longo de 2018 com o objetivo de dar continuidade a sua estratégia de expansão.

Do montante previsto para investimento em 2018, cerca de 34% destina-se ao projeto de ampliação modernização da unidade fabril em Tijucas (SC), no qual cerca de R\$ 14,4 milhões serão reservados para aquisição de máquinas e equipamentos novos, R\$ 7,2 para melhorias do parque fabril e R\$ 1,8 para atualizações fabris de segurança. Adicionalmente 24% será destinado a expansão da Portobello Shop, 13% para novos negócios, 11% para iniciativas comerciais e logística e 18% em outras iniciativas.

Em 2019, os investimentos serão destinados aos novos negócios e expansão da Companhia.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os fluxos de desembolso financeiro para os investimentos estão equilibrados com a geração de caixa das operações, e a retenção de lucros do exercício de 2017 proposta a ser aprovada pela Assembleia Geral Ordinária.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica, dado que o último caso dessa natureza ocorreu em 2015, quando foi inaugurada a nova fábrica em Alagoas, o motor da marca Pointer.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não foram divulgadas pesquisas de novos produtos.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A estimativa de gastos com pesquisas para desenvolvimento de novos produtos é de R\$ 9,9 milhões em 2018.

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Conforme divulgado nos itens anteriores, a unidade fabril de Alagoas está atendendo o mercado no Nordeste através da marca Pointer.

10.8 - Plano de Negócios

- **Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os gastos estão incluídos no montante descrito no item ii acima.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não se aplica, pois todos os fatores já foram comentados acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não foram divulgadas novas projeções, bem como, não houve substituição, dado que as projeções divulgadas anteriormente já foram realizadas.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não se aplica, dado que não foram divulgadas novas projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A Companhia será administrada por um Conselho de Administração composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros e por uma Diretoria composta por até 5 (cinco) membros. O mandato dos membros do Conselho de Administração e Diretoria será de dois anos, podendo ser reeleitos.

A Companhia possui um Conselho Fiscal que funciona em caráter permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

a) Atribuições de cada órgão e comitê

Compete ao Conselho de Administração:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) Aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais, e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia, nos termos do artigo 31, parágrafos 1º e 2º, do Estatuto Social (o "Plano Anual de Investimentos");
- c) Eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando as atribuições dos seus membros, observadas as disposições aplicáveis do Estatuto Social;
- d) Convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- e) Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e dos comitês de assessoramento da Companhia, conforme o disposto nos Artigos 15 e 25 do Estatuto Social, cuja atribuição poderá ser delegada ao Diretor Presidente;
- f) Fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios (benefícios indiretos, participação nos lucros e/ou nas vendas) dos administradores e dos funcionários de escalão superior (assim entendidos os gerentes ou ocupantes de cargos de gestão equivalentes) da Companhia ou de suas subsidiárias;
- g) Atribuir aos administradores da Companhia sua parcela de participação nos lucros apurados, conforme determinado pela Assembleia Geral, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 37;
- h) Fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- i) Analisar e discutir os relatórios periódicos, de modo a identificar o grau de cumprimento das metas e objetivos fixados;
- j) Deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- k) Manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;
- l) Propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;
- m) Escolher e destituir auditores independentes;
- n) Autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- o) Deliberar, a partir de proposta formulada pela Diretoria e *ad referendum* da Assembleia Geral, os dividendos ou juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas, inclusive os intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos do Artigo 37 do Estatuto Social;
- p) Deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- q) Submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;
- r) Aprovar a criação e extinção de subsidiária e controladas no País ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior;
- s) Deliberar, por proposta da Diretoria, sobre aprovar a alienação de bens imóveis, a prestação pela Companhia de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros que não a própria Companhia ou subsidiária desta, bem como a concessão de garantia em favor de subsidiária da Companhia, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos;
- t) Deliberar, por proposta da Diretoria, sobre contratos de empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, quando em valor superior a 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos;
- u) Deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando suas características, podendo deixar de conceder direito de preferência aos acionistas, nos casos previstos no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- v) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão, incluindo sobre as matérias previstas nos incisos VI, VII e VIII do Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- w) Deliberar sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) e de outros títulos de dívida para distribuição pública ou privada no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
- x) Realizar operações e negócios de qualquer natureza com o acionista controlador, suas sociedades controladas, coligadas ou detidas, direta ou indiretamente, nos termos da regulamentação aplicável, que não estejam previstas no Plano Anual de Investimentos aprovado, bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza envolvendo qualquer administrador da Companhia;
- y) Deliberar sobre a abertura ou encerramento de fábricas e unidades industriais, assim como escritórios, depósitos, agências e outras dependências ou estabelecimentos fora do Brasil; e
- z) Dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições do Estatuto Social.
- aa) Definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de Companhia aberta ou para saída do Novo Mercado; e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

bb) Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenham por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo:

- a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade;
- as repercussões da oferta pública da aquisição de ações sobre os interesses da Companhia;
- os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia;
- outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Compete à Diretoria, como colegiado:

a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

b) Responsabilizar-se pela gestão dos negócios da Companhia, em todos os seus aspectos e pelos resultados de suas operações;

c) Submeter à apreciação do Conselho de Administração deliberação sobre a criação e extinção de subsidiárias e controladas no País ou no exterior, bem como sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior;

d) Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

e) Aprovar a alienação de bens imóveis, observado no disposto no Artigo 19 do Estatuto Social;

f) Aprovar a instalação ou encerramento de filiais, depósitos, agências, escritórios e outras dependências no País;

g) Elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia;

h) Praticar todos os atos necessários à execução do Plano Anual de Investimentos da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social;

i) Definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;

j) Elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;

k) Aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

l) Submeter ao Conselho de Administração o Manual de Organização da Companhia e respectivas propostas de atualização;

m) Propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria da Companhia; e

n) Decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia atua em caráter permanente.

c) Mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não aplicado. A Companhia não apresenta mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo Estatuto Social atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação e à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.

Compete ao Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação da Diretoria na execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iii) promover estudos para melhoria da organização da Companhia; (iv) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (v) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; (vi) atribuir, quando expressamente delegado, os honorários mensais a cada um dos membros da Diretoria.

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações de Relações com Investidores

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações e de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais e zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias e, seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de gestão da Companhia.

Compete a cada um dos Diretores responder pelos assuntos correspondentes às atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

e) Mecanismo de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A Companhia não apresenta mecanismo de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração. Já a diretoria, é avaliada com base no gerenciamento pelas diretrizes.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) Prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência à convocação.

b) Competências

Está delimitada pela Lei nº 6.404/76 artigo 122 (alterado pela Lei nº 10.303/01).

"Art. 122. Compete privativamente à assembleia-geral:

I - reformar o estatuto social;

II - eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142;

III - tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

IV - autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do art. 59;

V - suspender o exercício dos direitos do acionista (art. 120);

VI - deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

VII - autorizar a emissão de partes beneficiárias;

VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e

IX - autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata".

c) Endereços (físicos ou eletrônicos) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereços eletrônicos:

<http://ri.portobello.com.br>, <http://www.cvm.gov.br>, <http://www.bmfbovespa.com.br>.

Endereço físico:

BR 101, KM 163, Centro, Tijucas, Santa Catarina, CEP 88.200-000

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta uma política para administração de conflitos de interesses.

e) Solicitação de procurações pela administração para exercício do direito de voto

Não há uma política formalizada na Companhia para a solicitação de procurações para o exercício do direito de voto.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia admite outorga de procuração por meio eletrônico prescindindo de firma reconhecida, desde que seja encaminhado por endereço fidedigno.

g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo e/ou o áudio das assembleias.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não admitidos, dado que a assembleia delibera somente a ordem do dia, estabelecida previamente em edital.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) Frequência das reuniões

O Conselho de Administração em Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do Estatuto Social.

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os membros do Conselho de Administração eleitos pelo bloco de acionistas controladores exercerão seus direitos de voto nas reuniões dos órgãos de administração da Companhia em conformidade com as disposições do Acordo de Acionistas e em estrita observância das instruções de voto dadas pelo representante do bloco de acionistas controladores de modo a assegurar o fiel e integral cumprimento do Acordo de Acionistas e de tais instruções. O presidente da reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria não computará qualquer voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não há.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia aderiu ao Novo Mercado em 2008 e, como requerido, firmou compromisso de resolução de conflitos através da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme o artigo 53 constante em seu estatuto social:

Artigo 53 - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição		Número de Mandatos Consecutivos
			Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado			Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
John Shojiro Suzuki	27/02/1977	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2018	2 anos	0
260.176.488-02	Engenheiro	19 - Outros Diretores	30/04/2018	Sim	0.00%
Diretor Financeiro					
Mauro do Valle Pereira	29/01/1959	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2018	2 anos	0
376.466.139-91	Administrador	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	30/04/2018	Não	0.00%
Geraldo Luciano mattos Junior					
144.388.523-15	08/03/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2018	2 anos	0
	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2018	Não	0.00%
Walter Roberto de Oliveira Longo					
563.380.748-00	12/02/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2018	2 anos	0
	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2018	Não	0.00%
Marcos Gouvea de Souza					
223.160.948-72	08/11/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2018	2 anos	0
	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2018	Não	0.00%
Nilton Torres de Bastos Filho					
217.335.658-50	19/11/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2018	2 anos	0
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2018	Sim	0.00%
Glauco José Côrte					
003.467.999-53	19/03/1943	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2018	2 anos	0
Advogado					
		27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2018	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Cláudio Avila da Silva					
179.169.099-87	02/07/1953	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2018	2 anos	0
Administrador					
		39 - Outros Conselheiros / Diretores	30/04/2018	Sim	0.00%
Pertence ao Conselho de Administração e a Diretoria					
César Gomes Junior	26/05/1957	Diretor Vice-Presidente sem designação específica e Presidente	30/04/2018	2 anos	0
305.583.019-91	Administrador	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2018	2 anos	0.00%
		39 - Outros Conselheiros / Diretores	30/04/2018	Sim	

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição		Número de Mandatos Consecutivos
			Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado			Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Pertence ao Conselho de Administração e a Diretoria					
Maro Marcos Hadlich Filho	28/09/1962	Conselho Fiscal	30/04/2018	1 ano	0
442.839.119-68	Advogado e Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2018	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Maria Amalia Trevisol Muller	18/09/1965	Conselho Fiscal	30/04/2018	1 ano	0
683.167.129-20	Contadora	46 - C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	30/04/2018	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Jorge Muller	30/09/1964	Conselho Fiscal	30/04/2018	1 ano	0
518.027.679-91	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2018	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Haroldo Pabst	19/07/1942	Conselho Fiscal	30/04/2018	1 ano	0
131.643.339-00	Advogado	46 - C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	30/04/2018	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Peter Edward Mr Wilson	05/02/1972	Conselho Fiscal	30/04/2018	1 ano	0
464.796.279-20	Administrador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2018	Não	0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Silvio Claudio Peixoto de Camargo	03/01/1971	Conselho Fiscal	30/04/2018	2 anos	0
122.917.168-16	Economista	48 - C.F.(Suplente)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2018	Não	0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
John Shojiro Suzuki - 260.176.488-02					

Graduado em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico – ITA em São José dos Campos - SP, MBA em Finanças e Empreendedorismo pela Universidade de Chicago, USA, e também participou de Programa de Intercâmbio Técnico-Cultural pelo Miyazaki Politech Centre em Miyazaki, Japão. Atuou na empresa Booz Allen & Hamilton com Consultoria Estratégica. Foi Analista de Crédito e Gerente de Relacionamento com clientes corporativos no Itaú BBA Bank. Trabalhou ainda na Monitor Clipper Partners Private Equity Firm com Summer Associate, em Cambridge, USA. Recentemente atuou como Diretor na Angra Partners, empresa de Assessoria Financeira e Gestão de Fundos de Private Equity. Foi membro do Conselho Fiscal da JBS S/A.

Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91

Formado em Administração de Empresas pela ESAG (Escola Superior de Administração e Gerência), com especialização em Administração de Recursos Humanos. Toda sua experiência profissional foi desenvolvida no Grupo Portobello, com início em 1978, atuando em diversas áreas. Atualmente ocupa o cargo Vice-Presidente de Negócios da Portobello S.A.

Geraldo Luciano Mattos Junior - 144.388.523-15

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, em 1985, graduou-se também em Direito, pela UNIFOR, em 1998, e adquiriu o grau de Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD), em 1993. Entre 1977 e 1995, compôs o quadro Banco do Nordeste do Brasil, onde, dentre outras, exerceu as funções de Assessor da Presidência, Chefe do Departamento de Mercado de Capitais e Diretor Executivo da Caixa de Previdência dos Funcionários. Em 1994, foi cedido ao Governo do Estado do Ceará, onde exerceu a função de Diretor Financeiro e de Câmbio do Banco do Estado do Ceará, até 1995. Ainda, exerceu a Presidência da Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais - Seção Nordeste (ABAMEC), no período de 1995 e 1996. Foi Diretor Financeiro do Banco Equatorial. Em 2000, ingressou na M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, exercendo a função de Assessor da Diretoria, cargo que ocupou até 2003, quando foi nomeado Diretor de Finanças. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Vice- Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores do Grupo M. Dias Branco S.A.

Walter Roberto de Oliveira Longo - 563.380.748-00

Graduado em Administração e especializado em marketing na Universidade da Califórnia (EUA). Atuou no setor de eventos e propaganda. Presidente da Wunderman Brasil e, posteriormente Presidente da TVA, empresa de TV por assinatura do Grupo Abril. Presidência da ABTA - Associação Brasileira de TV por Assinatura e posteriormente Presidente do Conselho. Presidente do Grupo Newcomm Bates, um dos maiores grupos de propaganda em nosso país composto por sete empresas especializadas em múltiplas ferramentas de comunicação. E posteriormente Mentor de Estratégia e inovação, além de Presidente da Grey, onde permaneceu até março de 2016. Anteriormente era Presidente do Grupo Abril e Mentor de Estratégia e Inovação do Grupo Newcomm - holding de comunicação do Grupo WPP que inclui as agências Young & Rubicam, Wunderman, Grey Brasil, VML, entre outras. Atualmente empreendedor digital, palestrante internacional e sócio-diretor da Unimark Comunicação. E também é membro do Conselho da Sul América Grup MGB, Cacau Show, Neoway e do Comitê Digital do Hospital Albert Einstein.

Marcos Gouvea de Souza - 223.160.948-72

Mestre em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, SP, foi professor da própria FGV e da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Sócio-diretor da GS&MD, uma das maiores empresas de consultoria em varejo e consumo do país. É palestrante internacional e escritor. Membro do Conselho do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) e do Ebeltoft Group que inclui 25 membros, representando 26 países. Foi executivo de empresas nacionais e internacionais de varejo, como o Grupo Fenícia, Lojas Atrapuã, Sears e Dillard's. Participou, como dirigente, do quadro das seguintes instituições: Confederação Nacional dos Diretores Lojistas (CNDL); Associação Brasileira de Anunciantes (ABA); Conselho de Auto Regulamentação Publicitária (CONAR); e Associação Brasileira de Franchising (ABF). É presidente do LIDE Comércio e faz parte do Conselho da BFFC, empresa que reúne as marcas Bobs, KFC e Pizza Hut. É também sócio e diretor da Primetour e Primetavel, empresas que atuam no setor de turismo.

Nilton Torres de Bastos Filho - 217.335.658-50

MBA (especialização em finanças e operações) pela Stern School of Business da New York University (NYU) e Engenheiro Mecânico pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Foi consultor, tendo trabalhado em projetos de estratégia e operações para: Editora Abril, Editora Ática Scipione, Klabin, TAM e outros. Foi Diretor Comercial e Diretor Industrial da Portobello S/A, e diretor da Portobello Shop S/A. Atualmente é Diretor de Planejamento da Lubrasil Lubrificantes Ltda.

Glauco José Côrte - 003.467.999-53

Bacharel em Direito, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina, com especializações em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro) e Direito Público Interno pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com cursos na American Graduate School of International Management (Arizona, EUA) e no International Institute for Management Development (Lausanne, Suíça). Foi Assessor do Diretor Financeiro da Sotelca, Adjunto do Diretor Financeiro da Eletrosul, Diretor Financeiro da Cia. Siderúrgica Nacional e Vice-Presidente da Portobello S/A. Vice-Presidente da Refinadora Catarinense S/A e da Usat Administração de Bens e Participações Societárias Ltda. Foi Presidente do Conselho de Administração da Celesc S/A e membro do Conselho de Administração da Santinvest S/A. É membro do Conselho de Administração da Multilog S/A, do Conselho de Administração da Pedra Branca S/A. É membro do Conselho da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Presidente do Conselho Temático de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico da Confederação Nacional da Indústria (CNI). É Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina-FIESC e dos Conselhos do SESI/SENAI/IEL.

Cláudio Avila da Silva - 179.169.099-87

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UEDESC. Foi Deputado Estadual de Santa Catarina, Prefeito Municipal de Florianópolis, Deputado Federal por Santa Catarina, Assessor do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Secretário de Estado de Tecnologia, Turismo, Energia e Meio Ambiente de SC, Presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul, e Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás. É Diretor Vice-Presidente da Portobello S.A.

César Gomes Junior - 305.583.019-91

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UEDESC, Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S/A, Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda, Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc., é também membro do Conselho Consultivo da CIESC - Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Portobello S/A.

Maro Marcos Hadlich Filho - 442.839.119-68

Advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau - FURB, e contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis da mesma universidade. É pós-graduado em Direito Tributário (FURB, 1985/1986) em Direito Empresarial (INPG, 1989/1990) e em Direito Comercial (FURB, 1991/1992). Foi professor de Direito Tributário da FURB desde 1987, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Foi professor de Direito Tributário da Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina, tendo proferido palestras e seminários sobre Direito Tributário em vários órgãos de classe. Publicou, por vários anos, artigos de Direito Tributário em jornais. É membro da Câmara de Assuntos Legislativos e Tributários da Federação das Indústrias de Santa Catarina - FIESEC, tendo exercido a função de conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Sub-seção de Blumenau. Atua como membro do Conselho Fiscal de sociedades anônimas abertas e fechadas.

Maria Amalia Trevisol Muller - 683.167.129-20

Contadora, graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, especializada em Análises tributárias pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Trabalhou na área de controladoria do Grupo Portobello durante 14 anos. Posteriormente, exerceu o cargo de contadora da Portobello S/A durante 06 anos e atualmente é uma das contadoras da empresa Muller Contadores Associados S/S EPP.

Jorge Muller - 518.027.679-91

Contador, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, especializado em Finanças pela UFSC. Exerceu o cargo de contador no Grupo Portobello durante 08 anos. Posteriormente, foi contador da empresa Dígito Telecomunicações Ltda, gerente de Controladoria da HERTZ Rent a Car em Santa Catarina e atualmente é sócio administrador da empresa Muller Contadores Associados S/S EPP.

Haroldo Pabst - 131.643.339-00

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Livre Docente em Direito Privado pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, RJ). Professor de Direito Comercial Brasileiro na Humboldt-Universität, (Berlín, Alemanha). Foi Diretor Jurídico da Teka - Tecelagem Kuehnrich S.A. e da Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Sócio do escritório Pabst & Hadlich Advogados Associados.

Peter Edward Mr Wilson - 464.796.279-20

Bacharel em administração de empresas com ênfase em finanças, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mestrado em Economia pela FGV e especialização em Berkeley, NYIF e Harvard. Gestor certificado pela Comissão de Valores Mobiliários, foi professor de Avaliação de Empresas, pela Profins Business School e de Estratégia e Finanças do MBA executivo da BSP São Paulo. Foi sócio fundador da Phi Capital Management, e Aeon Assessoria de Investimento. Trabalhou no Banque Nationale de Paris- Latin America Investment Banking Group, e foi Controller da divisão América Latina em NY. Executivo no Grupo Ourinvest, sendo chefe de investimentos na Dartley Bank & Trust Nassau em Bahamas, foi senior Financial Manager na Ourinvest Asset Management, gestor de portfólio do fundo Global Management LP/Latinvest Asset e associado na AT Kearney Management Consultant. Foi membro efetivo do Conselho Fiscal, da Vivo S.A, Banco Pine SA e a Inpar SA. Atualmente, atua como conselheiro de administração no Banco Mercantil, na Minupar, e na Confab e como conselheiro fiscal da Gafisa S.A, Tenda S.A., B2W, Heiringer S.A. e desta companhia. Atua como sócio responsável pela área de finanças corporativas e reestruturação de empresas médias da Managrow Consultoria Estratégica em Finanças Ltda.

Silvio Claudio Peixoto de Camargo - 122.917.168-16

Formado em Administração de Empresas pela FGV - Fundação Getulio Vargas. De 2003 a 2012 atuou como Gestor de Patrimônio e fundador de fundos de fundos de longo prazo. Foi Gerente Geral e consultor para clientes institucionais do Banco Santander, com foco em clientes globais dos Estados Unidos da América, de agosto de 1999 a julho de 2003. Participou do Curso para Conselheiros de Administração ministrado pelo IBGC, no segundo semestre de 2013 e do Curso Intensivo de Finanças do INSPER/IBMEC no primeiro semestre de 1995, onde foi ranqueado em segundo lugar. É especialista em governança e private equity pela Harvard Business School (conclusão em 2013). Atuação como Conselheiro independente em diversas empresas. É sócio sênior da Managrow Consultoria Estratégica, especialista em Investimentos Alternativos e Governança Corporativa, e membro do conselho fiscal desta companhia.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve o citado acima.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradoras a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
César Gomes Junior	305.583.019-91	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Vice presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente				
<u>Pessoa relacionada</u>				
César Gomes Neto	006.211.549-97	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	
Administrador				
<u>Observação</u>				
O Sr. Cesar Gomes Junior também é pai de uma acionista do Grupo de Controle: Gabriela Richter Gomes, conforme detalhamento do Grupo exposto no item 8.1, e esposo da Sra. Maria Isabel Richter Gomes, sócia da Junior Adm de Bens e Part. Soc Ltda, que também é membro do grupo de controle.				
<hr/>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Maria Amelia Gomes Vieira	024.514.519-20	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Acionista membro do grupo de controle				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Gomes Vieira	507.316.459-87	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	
Acionista, membro do grupo de controle				
<u>Observação</u>				
A Sra Maria Amelia Gomes Vieira também é mãe de outros acionistas que até 29/09/2014 fizeram parte do grupo de controle: Lucia Gomes Vieira Dellagnelo, Maria Cristina Gomes Vieira, Miriam Gomes Vieira de Andrade.				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2017			
<u>Administrador do Emissor</u>			
César Bastos Gomes	002.288.349-53	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Ramos Gomes	454.713.209-72	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
César Gomes Junior	305.583.019-91	Controle	Fornecedor
Vice Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e acionista membro do grupo de controle.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Valerio Gomes Neto	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Cliente
Acionista membro do controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	03.796.084/0001-00		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Controle	Cliente

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	11.561.432/0003-50		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop e Locação de Imovel			
<hr/>			
Exercício Social 31/12/2016			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Ramos Gomes	454.713.209-72	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
César Gomes Junior	305.583.019-91	Controle	Fornecedor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Vice presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Acionista membro do grupo de controle.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			
Administrador do Emissor			
Valerio Gomes Neto	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			
Administrador do Emissor			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	03.796.084/0001-00		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop			
Administrador do Emissor			
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	11.561.432/0003-50		
<u>Sócia</u>			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop e Locação de Imóvel			
<u>Administrador do Emissor</u>			
César Bastos Gomes	002.288.349-53	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
<u>Sócio</u>			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			
Exercício Social 31/12/2015			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	11.561.432/0003-50		
<u>Sócia</u>			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop e Locação de Imóvel			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	03.796.084/0001-00		
Sócia			
Observação			
Franquia Portobello Shop			
Administrador do Emissor			
Valerio Gomes Neto	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
Pessoa Relacionada			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
Observação			
Locação Centro Empresarial Office Park			
Administrador do Emissor			
César Gomes Junior	305.583.019-91	Controle	Fornecedor
Vice presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Acionista membro do grupo de controle.			
Pessoa Relacionada			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
Observação			
Locação Centro Empresarial Office Park			
Administrador do Emissor			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
Pessoa Relacionada			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócia			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladoras e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Ramos Gomes	454.713.209-72	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			
<u>Administrador do Emissor</u>			
César Bastos Gomes	002.288.349-53	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a XL Seguros Brasil S/A para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10 milhões.

12.12 - Outras informações relevantes

Além de seguir as regras para companhias de capital aberto da CVM e atender às regras do Novo Mercado, segmento de listagem mais elevado em Governança Corporativa de BMF&Bovespa a Companhia busca atender os critérios definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

Remunerar adequadamente os profissionais, mantendo alinhamento com a prática de mercado.

- Conselho de Administração e Diretoria: A Assembleia fixa o montante global e compete ao Conselho de Administração à fixação dos honorários individuais. Os Diretores não estatutários recebem remuneração idêntica aos Diretores estatutários.
- Conselho Fiscal: A remuneração do Conselho Fiscal é definida pela Assembleia que os elegeu, de acordo com o artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia não possui Comitês estatutários e de auditoria.

b) Composição da remuneração, indicando:

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Honorários mensais – remuneração fixa garantida e alinhada com a prática de mercado;

Plano de participação nos resultados (PPR) – remuneração variável anual, atreladas às metas de desempenho da empresa e individual, objetivando o melhor desempenho da empresa;

Incentivo de longo prazo (ILP) – remuneração variável de longo prazo atrelada ao crescimento da empresa, objetivando o engajamento e retenção dos profissionais.

ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Honorários mensais – 13,33 parcelas no ano;

PPR – 1 parcela de adiantamento referente ao primeiro semestre e 1 parcela complementar referente ao ano correspondendo a um *target* total de 8 vezes o valor de seus honorários mensais, exceto para o exercício de 2016 em que não houve pagamento;

ILP – Contrato de 5 anos com base em ação referência, com meta de crescimento, correspondendo a um *target* de 8 vezes o valor de seus honorários mensais.

iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Pesquisa de remuneração e aprovação em Assembleia Geral.

iv) razões que justificam a composição da remuneração

Estratégia da empresa, comparação e adequação ao mercado.

v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Indicadores corporativos (LAI – lucro antes de juros e impostos, Capital de Giro) e indicadores individuais.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Definida escala de atingimento dos indicadores, atrelados ao valor de remuneração correspondente (PPR, ILP).

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Curto prazo – Competitividade com o mercado.

Médio e Longo prazo – alavanca de resultados e retenção dos profissionais.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica, dado que não há mais remuneração de administradores na controlada Portobello Shop S/A desde o exercício de 2013.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.459.838,00	4.886.445,00	140.192,00	6.486.475,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.121.571,00	0,00	1.121.571,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	291.968,00	986.502,00	27.197,00	1.305.667,00
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2016 o valor é o previsto para o exercício.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2016 o valor é o previsto para o exercício.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2016 o valor é o previsto para o exercício.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.099.914,00	0,00	2.099.914,00
Descrição de outras remunerações variáveis	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.751.806,00	9.094.432,00	167.389,00	11.013.627,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.247.725,00	4.176.449,00	119.822,00	5.543.996,00

Benefícios direto e indireto	0,00	388.041,00	0,00	388.041,00
Participações em comitês	0,00	843.164,18	23.246,72	866.410,90
Outros	249.545,24	0,00	0,00	249.545,24
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.794.799,00	0,00	1.794.799,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	570.567,00	0,00	570.567,00
Descrição de outras remunerações variáveis	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações.	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	1.497.270,24	7.773.020,18	143.068,72	9.413.359,14

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,67	4,00	3,00	14,67
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.512.032,00	3.605.090,00	129.358,00	5.246.480,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.569.374,00	0,00	1.569.374,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	252.006,00	740.711,00	25.872,00	1.018.589,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 001/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 001/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 001/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.301.000,00	0,00	1.301.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não se aplica remuneração variável anual , dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	Remuneração variável	Não se aplica remuneração variável anual , dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	1.764.038,00	7.216.175,00	155.230,00	9.135.443,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.546.396,00	3.177.622,00	129.358,00	4.853.376,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.709.918,00	0,00	1.709.918,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	309.280,00	664.174,00	25.872,00	999.326,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 002/2016 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	524.089,00	0,00	524.089,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	1.901.023,00	0,00	1.901.023,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não se aplica remuneração variável anual , dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	Incentivo de longo prazo.	Não se aplica remuneração variável anual , dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	1.855.676,00	7.976.826,00	155.230,00	9.987.732,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui plano de participação nos resultados com base em atingimento de percentual sobre o lucro antes dos juros e impostos orçado.

Órgão	Previsto para o Exercício Social Corrente de 2018			Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2017		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	4	-	-	4	-	-
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação no resultado e incentivo de longo prazo						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	5.138	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	2.643	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.794	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

Órgão	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2016			Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2015		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	4	-	-	4	-	-
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação no resultado						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	3.699	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	5.931	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.301	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	2.425	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2017					
	PBG S.A		Portobello Shop S/A		Mineração Portobello Ltda.	
	Ações Ordinárias	% Total	Ações Ordinárias	% Total	Quotas	% Total
Controladores	85.455.026	53,92%	100	-	360	0,24%
Conselho de Administração	47.817	0,03%	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	3	0,00%	300	0,10%	-	-
Total das ações	85.502.846	53,95%	400	0,10%	360	0,24%

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Órgão	Diretoria
Número de membros	4
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2
Condições para se aposentar antecipadamente	<ul style="list-style-type: none"> a) Tenha pelo menos 55 anos de idade b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora
Valor atualizado das contribuições no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 5.053
Total acumulado de contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 384
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	7,67	7,67	9,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	7,67	7,67	9,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração (Reais)	2.790.934,00	1.797.731,00	2.069.000,00	213.000,00	197.222,00	206.186,00	53.678,00	51.743,00	51.743,00
Valor da menor remuneração (Reais)	1.943.254,00	1.049.075,00	1.222.000,00	213.000,00	197.222,00	206.186,00	53.678,00	51.743,00	51.743,00
Valor médio da remuneração (Reais)	1.598.965,00	1.804.044,00	1.984.207,00	213.000,00	197.222,00	206.186,00	53.678,00	51.743,00	51.743,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2017	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. (3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.
31/12/2016	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. (3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.
31/12/2015	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. (3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.
Conselho de Administração	
31/12/2017	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. (3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.
31/12/2016	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. (3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.

31/12/2015	<p>(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.</p> <p>(2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.</p> <p>(3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.</p>
Conselho Fiscal	
31/12/2017	<p>1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.</p> <p>(2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.</p> <p>(3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.</p>
31/12/2016	<p>(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.</p> <p>(2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.</p> <p>(3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.</p>
31/12/2015	<p>(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.</p> <p>(2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.</p> <p>(3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2016. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.</p>

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta arranjos contratuais apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não se aplica. Dentro das diretrizes apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 642/10, não há membros do conselho de administração, diretoria estatutária ou conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não se aplica, dado que não houve outro tipo de vínculo que não a função que os administradores ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não se aplica, dado que não houve outros valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição da Conta	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de		
	2017	2016	2015
Nº de empregados	2.757	2.763	2.792
Atividades Administrativas	120	129	132
Atividades Comerciais	751	755	787
Atividades Industriais	1.886	1.879	1.873
Nº de terceirizados	204	135	156
Atividades Administrativas	5	-	-
Atividades Comerciais	0	-	-
Atividades Industriais	199	135	156
Índice de rotatividade	1,20%	0,96%	1,40%
Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas	Item 4.3 (ii)	Item 4.3 (ii)	Item 4.3 (ii)
Posição sem estagiários.			
Dados da Controladora.			

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Em 2017, o índice de rotatividade aumentou influenciado por fatores do mercado.

Em 2016, o índice de rotatividade se manteve em queda, influenciado basicamente por fatores de mercado.

O quadro geral de 2016 se manteve estável em relação a 2015, não havendo fator relevante para sua alteração.

Houve em 2015 um aumento decorrente da transferência de funcionários da controlada Companhia Brasileira de Cerâmica S.A. para PBG S.A.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A Política de Salários da Companhia visa proporcionar aos funcionários níveis salariais competitivos com o mercado, dentro das disponibilidades orçamentárias, de forma a atrair, recompensar e reter os profissionais melhor qualificados.

Ajustes Salariais:

- Anualmente, no mês de maio, data base de negociação sindical;
- Nos crescimentos horizontais, por mérito, devidamente aprovados pela diretoria requisitante (eventualmente);
- Nos crescimentos verticais, por promoção, devidamente documentados, atendendo às exigências da descrição do cargo e exames médicos, em atendimento ao SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), mediante aprovação da diretoria.

Remuneração Variável:

- É praticada para toda equipe da área comercial, como também para os gerentes e coordenadores industriais, segundo atingimento de metas pré-estabelecidas, conforme orçamento da Companhia;
- A Companhia mantém Programa de Participação nos Resultados, para o corpo funcional, com base no indicador EBIT (*"earnings before interest and taxes"* ou lucro antes de juros, despesas financeiras líquidas e impostos) orçado. Para gerentes, coordenadores, executivos de contas e consultores de franquia, *traders*, os indicadores estão descritos seguindo as metas definidas pelo Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD). A distribuição se dá a partir de 80% de atingimento do indicador, e varia linearmente com o valor atingido.

b) Política de benefícios

Com relação aos benefícios, a Companhia oferece:

- Plano de saúde: a Companhia oferece convênio com a AGEMED, Bradesco, arcando com 70% (setenta por cento) do custo do enfermaria, referenciado como básico. Existem ainda acomodações nos quais o funcionário arca com o valor.
- Vale transporte: conforme prevê a legislação, com o diferencial de oferecer linhas de transportes em ônibus fretados, sendo assim, mais cômodo para o funcionário.
- Alimentação: a Companhia disponibiliza o restaurante para todos os funcionários que trabalham em Tijuca, servindo refeições de segunda a sábado. O valor total da refeição é de R\$ 8,09 (oito reais e nove centavos). A Companhia paga R\$ 6,47 (seis reais e quarenta e sete centavos), equivalente a 80% do valor, e a parte do funcionário é de R\$ 1,62 (um real e sessenta e dois centavos), que representa 20% do total.
- Vale refeição: a Companhia oferece aos que ficam nas unidades fora da fábrica, com valor facial de R\$ 17,00 (dezesete reais) por dia, também arcando com 80% do valor da refeição.
- Convênio farmácia: a Companhia concede o benefício farmácia, reembolsando os funcionários em 50% (cinquenta por cento), considerando os medicamentos comprados mediante receita médica com tarja vermelha ou preta. Extensivo também aos dependentes.
- Convênio odontológico: a Companhia oferece dois modelos de plano, pré pago e pós pago, com o custo integral do funcionário.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- Bônus assiduidade: para os funcionários com salário até R\$ 2.942,00 (dois mil novecentos e quarenta e dois reais) e que não tiverem falta ao trabalho, nem atestados e afastamentos, a Companhia paga mensalmente R\$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais), a título de vale alimentação.
- Abono de férias: todos os empregados recebem um abono equivalente a R\$ 555,00 (quinhentos e cinquenta e cinco reais) pago uma única vez quando do retorno das férias. Este não possui natureza salarial, não se caracteriza como base para contribuições previdenciárias e enquadra-se no disposto no item 7, alínea “e”, § 9º, art. 28 da Lei nº 8.212/91.
- Reembolso creche ou babá: a Companhia paga às mães, nos primeiros 24 meses de vida de seu filho, o correspondente a R\$ 361,00 (trezentos e sessenta e um reais) mensais. Nos meses seguintes até quatro anos, o valor passa a R\$ 193,00 (cento e noventa e três reais).
- Abono para dependente portador de necessidade especial: os empregados com dependentes portadores de necessidades especiais, física ou mental, recebem um abono mensal a título de indenização por dependente nestas condições, da ordem de R\$ 159,00 (cento e cinquenta e nove reais), quando devidamente reconhecida por atestado expresso de médico especialista na área, assim corroborado por avaliação médica realizada por especialista indicado pela Companhia, quando for necessário.
- Associação de funcionários - ADEC: o funcionário tem a opção de participar da associação pagando 0,91% do salário base e a Companhia, quando for o caso, complementa até R\$ 22,00 (vinte e dois reais) o valor da mensalidade.
- Compra de produtos Portobello: a Companhia facilita a compra de produtos para seus empregados, familiares e amigos, adotando política específica, com descontos de até 30%. O pagamento pode ser parcelado via folha de pagamento ou à vista.
- Seguro de vida: com apólice de grupo, onde a Companhia subsidia 50% do valor e o funcionário os outros 50%.
- Empréstimos consignados: oferecido conforme previsto pela legislação.
- Mamãe Portobello: a todas as funcionárias mães, no seu sétimo mês de gestação, a Companhia oferece o benefício de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para compra em mercadorias para seu bebê.
- Programa de Participação nos Resultados (PPR): a Companhia tem política com base no EBIT (“*earningsbeforeinterestand taxes*” ou lucro antes de juros, despesas financeiras líquidas e impostos), para todos os funcionários. No nível executivo, além do EBIT tem também o indicador capital de giro. Com pagamento anual.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta planos de remuneração baseados em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia mantém ótimo relacionamento com o sindicato e seus dirigentes. Isto pode ser percebido pelo fato de que toda a diretoria do sindicato que representa os funcionários da categoria, incluindo a presidência da entidade, é ocupada por funcionários da empresa. A Companhia nunca registrou greve em seus trinta e oito anos de operação.

14.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
CPF/CNPJ acionista	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %				
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
Maria Amelia Gomes Vieira							
024.514.519-20	Brasileira	Sim	Sim	Sim	23/04/2014		
Não							
207.800	0,130000%	0	0,000000%	0	207.800		0,130000%
Junior Administração de Bens e Participações Societárias Ltda							
03.609.424/0001-46	Brasileiro	Não	Não	Não	31/05/2011		
Não							
408.350	0,250000%	0	0,000000%	0	408.350		0,250000%
Daniel Gomes Vieira							
530.997.889-53	Brasileiro-SC	Sim	Sim	Sim	28/09/2016		
Não							
749.500	0,470000%	0	0,000000%	0	749.500		0,470000%
Lucia Gomes Vieira Dellagnelo							
593.613.879-87	Brasileira-SC	Sim	Sim	Sim	09/12/2014		
Não							
803.500	0,510000%	0	0,000000%	0	803.500		0,510000%
Miriam Gomes Vieira de Andrade							
745.543.959-87	Brasileira-SC	Sim	Sim	Sim	09/12/2017		
Não							
803.500	0,510000%	0	0,000000%	0	803.500		0,510000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)					
Detalhamento por classes de ações (Unidades)									
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
Beatriz Rebello Salles									
019.266.869-26	Brasileira-SC	Sim	Sim	04/08/2017					
Não									
3.411.884	2,150000%	0	0,000000%	3.411.884	2,150000%				
Lucio Rebello									
042.547.779-73	Brasileira-SC	Sim	Sim	04/08/2017					
Não									
3.411.884	2,150000%	0	0,000000%	3.411.884	2,150000%				
Eduardo Ramos Gomes									
454.713.209-72	Brasileiro-SC	Sim	Sim	31/03/2011					
Não									
4.436.332	2,800000%	0	0,000000%	4.436.332	2,800000%				
César Gomes Junior									
305.583.019-91	Brasileiro-SC	Sim	Sim	09/12/2014					
Não									
25.934.200	16,360000%	0	0,000000%	25.934.200	16,360000%				
Eleonora Ramos Gomes									
013.808.518-82	Brasileira-SC	Sim	Sim	27/03/2014					
Não									
20.186.360	12,740000%	0	0,000000%	20.186.360	12,740000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
CPF/CNPJ acionista	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %				
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
Maria Cristina Gomes Vieira							
656.463.129-49	Brasileira-SC	Sim	Sim	Sim	09/12/2014		
Não							
675.500	0,430000%	0	0,000000%	0	675.500		0,430000%
Carlos Eduardo Zoppello Brennard							
029.598.008-77	Brasileiro-SC	Sim	Sim	Sim	09/12/2014		
Não							
2.703.802	1,710000%	0	0,000000%	0	2.703.802		1,710000%
Carolina Consonni Gomes							
005.529.979-27	Brasileira-SC	Sim	Sim	Sim	18/07/2013		
Não							
2.393.160	1,510000%	0	0,000000%	0	2.393.160		1,510000%
Valerio Gomes Neto							
245.328.949-72	Brasileiro-SC	Sim	Sim	Sim	26/03/2014		
Não							
2.952.744	1,860000%	0	0,000000%	0	2.952.744		1,860000%
PBG Participações Societárias Ltda							
15.033.377/0001-14	Brasileira-SC	Sim	Sim	Sim	19/08/2014		
Não							
7.281.797	4,590000%	0	0,000000%	0	7.281.797		4,590000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
CPF/CNPJ acionista	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %				
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
Augusto Lopes Gomes							
097.646.979-09	Brasileira-SC	Sim	Sim	Sim	04/08/2017		
Não							
4.436.332	2,800000%	0	0,000000%	0	4.436.332		2,800000%
Carolina Czernay Gutierrez							
005.692.859-92	Brasileira-SC	Sim	Sim	Sim	25/07/2016		
Não							
381.500	0,240000%	0	0,000000%	0	381.500		0,240000%
Gustavo Czernay Gutierrez							
004.113.839-22	Brasileiro	Sim	Sim	Sim	25/07/2016		
Não							
381.500	0,240000%	0	0,000000%	0	381.500		0,240000%
Eduardo Czernay Gutierrez							
003.623.319-60	Brasileiro	Sim	Sim	Sim	25/07/2016		
Não							
381.500	0,240000%	0	0,000000%	0	381.500		0,240000%
Marcelo Consonni Gomes							
008.532.629-18	Brasileiro	Sim	Sim	Sim	18/07/2013		
Não							
2.000.000	1,260000%	0	0,000000%	0	2.000.000		1,260000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Gabriela Richter Gomes						
007.489.389-07	Brasileira-SC	Sim	Sim			
Não						
1.522.181	0,9600000%	0	0,0000000%	1.522.181		0,9600000%
OUTROS						
73.025.191	46,0900000%	0	0,0000000%	73.025.191		46,0900000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,0000000%	0	0,0000000%	0		0,0000000%
TOTAL						
158.488.517	100,0000000%	0	0,0000000%	158.488.517		100,0000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ					
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
Junior Administração de Bens e Participações Societárias Ltda									
CPF/CNPJ acionista									
03.609.424/0001-46									
César Gomes Junior									
305.583.019-91	Brasileiro	Sim	Sim						
Não									
107.287	26,270000	0	0,000000	107.287	26,270000				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
TOTAL	0	0.000000							
César Gomes Neto									
006.211.549-97	Brasileiro	Sim	Sim						
Não									
150.531	36,860000	0	0,000000	150.531	36,860000				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
TOTAL	0	0.000000							
Gabriela Richter Gomes									
007.489.389-07	Brasileira	Sim	Sim						
Não									
150.531	36,860000	0	0,000000	150.531	36,860000				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
TOTAL	0	0.000000							

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ					
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
Junior Administração de Bens e Participações Societárias Ltda									
CPF/CNPJ acionista 03.609.424/0001-46									
Maria Isabel Loyola Richter Comes									
299.936.879-87	Brasileira	Não	Não						
Não									
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
TOTAL	0	0,000000							
OUTROS									
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000				
TOTAL	408.350	100,000000	0	0,000000	408.350	100,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ					
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
PBG Participações Societárias Ltda									
CPF/CNPJ acionista									
15.033.377/0001-14									
Carolina Czemay Gutierrez									
005.692.859-92	Brasileira	Sim	Sim						
Não									
1.820.449	25,000000	0	0,000000	1.820.449	25,000000				
Classe ação									
TOTAL									
0		0,000000							
Eduardo Czemay Gutierrez									
003.623.319-60	Brasileiro	Sim	Sim						
Não									
1.820.449	25,000000	0	0,000000	1.820.449	25,000000				
Classe ação									
TOTAL									
0		0,000000							
Gustavo Czemay Gutierrez									
004.113.839-22	Brasileiro	Sim	Sim						
Não									
1.820.449	25,000000	0	0,000000	1.820.449	25,000000				
Classe ação									
TOTAL									
0		0,000000							
OUTROS									
TOTAL									
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
PBG Participações Societárias Ltda						
CPF/CNPJ acionista 15.033.377/0001-14						
Ricardo Laus Gutierrez						
167.645.609-00	Brasileiro	Não	Não			
Não						
1.820.450	25,000000	0	0,000000	1.820.450	25,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
	7.281.797	100,000000	0	0,000000	7.281.797	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	20.655
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	137
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	85

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	72.985.671	46,050000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	72.985.671	46,050000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

A Companhia decidiu em não publicar o organograma de seus acionistas, dado que as informações já estão expressas nos itens anteriores.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

a) Partes

Acionista	Qt ações vinculadas	% Participação Cap.Social	% Partic. Acordo
César Gomes Junior	25.934.200	16,36%	32,70%
Gabriela Richter Gomes	1.522.181	0,96%	1,92%
Junior Adm de Bens e Participações Societárias Ltda	408.350	0,26%	0,51%
Eleonora Ramos Gomes ¹	16.500.000	10,41%	20,81%
Eduardo Ramos Gomes	4.436.332	2,80%	5,60%
Valério Gomes Neto	2.952.744	1,86%	3,72%
Carolina Consonni Gomes	2.393.160	1,51%	3,02%
Marcelo Consonni Gomes	2.000.000	1,26%	2,52%
PBG Participação Societárias Ltda	7.281.797	4,59%	9,18%
Maria Amélia Gomes Vieira	207.800	0,13%	0,26%
Daniel Gomes Vieira ¹	400.000	0,25%	0,50%
Maria Cristina Gomes Vieira ¹	401.750	0,25%	0,51%
Lucia Gomes Vieira Dellagnelo ¹	200.000	0,13%	0,25%
Miriam Gomes Vieira de Andrade ¹	241.050	0,15%	0,30%
Carlos Eduardo Zoppello Brennand	2.703.802	1,71%	3,41%
Eduardo Czernay Gutierrez	381.500	0,24%	0,48%
Carolina Czernay Gutierrez	381.500	0,24%	0,48%
Gustavo Czernay Gutierrez	381.500	0,24%	0,48%
Augusto Lopes Gomes	4.436.332	2,80%	5,59%
Beatriz Rebello Salles ¹	3.070.696	1,94%	3,87%
Lucio Rebello ¹	3.070.695	1,93%	3,87%
PBC			
Total:	79.305.389	50,04%	100%

¹Os acionistas Eleonora, Beatriz, Lucio, Maria Cristina, Lucia, Daniel e Miriam Gomes não vincularam a totalidade das ações por eles detidas.

b) Data de celebração

Celebrado em 15 de abril de 2011, aditado em 29 de setembro de 2014 e consolidado em 09 de dezembro de 2014 e aditado e consolidado novamente em 17 de agosto de 2015 e 04 de agosto de 2017.

c) Prazo de vigência

O acordo tem vigor pelo prazo de 30 (trinta) anos, considerando 3 (três) períodos iguais e sucessivos de 10 (dez) anos cada, contados a partir de 1º de janeiro de 2015. Este Acordo poderá ser resiliado ao final do primeiro ou do segundo período de 10 (dez) anos de sua vigência, caso entre os dias 1º de julho e 30 de setembro do ano do término do primeiro ou do segundo período de 10 (dez) anos, Acionistas deliberem, em Reunião Prévia, por meio do voto afirmativo de Acionistas representando, pelo menos, 60% (sessenta por cento), das Ações Vinculadas, extinguir este Acordo ao final do período de 10 (dez) anos então em curso (ou 31 de dezembro do respectivo ano).

d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

As cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle estão estabelecidas nos itens 4.2, 4.3 e 4.4 do Acordo de Acionistas da seguinte forma:

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

4.2 *Exercício do Direito de Voto nas Assembleias de Acionistas da Companhia; Representação do Bloco de Controle.* Os Acionistas exercerão o seu direito de voto nas assembleias de acionistas da Companhia por meio de um representante, ao qual caberá a representação do Bloco de Controle e, por conseguinte, de todos os Acionistas ("Representante do Bloco de Controle"). O Representante do Bloco de Controle fará a interlocução do Bloco de Controle com a Companhia e terá os poderes e direitos estabelecidos neste Acordo.

4.3 *Representante do Bloco de Controle.* O Representante do Bloco de Controle, que representará o Bloco de Controle perante a Companhia ("Representante do Bloco de Controle") será o Acionista (ou pessoa física por ela indicada) que vier a ser eleito pelos Acionistas, para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser substituído a qualquer tempo. O Representante do Bloco de Controle poderá substabelecer a representação do Bloco de Controle nas assembleias de acionistas da Companhia, por meio de substabelecimento específico conferido a acionista ou administrador da Companhia ou a advogado.

4.4 *Poderes do Representante do Bloco de Controle.* Os Acionistas, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, delegam e outorgam ao Representante do Bloco de Controle o exercício do direito de voto das Ações Vinculadas, ficando o Representante do Bloco de Controle, eleito conforme a Cláusula 4.3, investido de amplos e plenos poderes para representar os Acionistas perante a Companhia e seus demais acionistas e para propor, deliberar, votar e impugnar, nas assembleias de acionistas da Companhia, toda e qualquer matéria, ficando ressalvado que, quanto às matérias sujeitas à aprovação da Reunião Prévia, conforme a Cláusula 7.1, o Representante do Bloco de Controle deverá votar conforme estabelecido em Reunião Prévia, ressalvado, outrossim, o disposto na Cláusula 4.5. Não havendo deliberação de Reunião Prévia que o instrua como votar, o Representante do Bloco de Controle votará no sentido de não deliberar a matéria colocada em votação. O Representante do Bloco de Controle exercerá seu próprio direito de voto da mesma forma como exercer o direito de voto do Bloco de Controle.

e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

A indicação de administradores será objeto de deliberação em reunião prévia dos acionistas controladores, conforme item 5.1 e 5.2, do acordo de acionistas.

f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

As cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las estão estabelecidas nos itens 10 e 11 do Acordo de Acionistas da seguinte forma:

"10. TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES VINCULADAS

10.1 Restrições à Transferência de Ações Vinculadas. Os Acionistas, neste ato, obrigam-se a não Transferir, seja a que título for, inclusive por meio de uma Transferência Indireta, qualquer de suas Ações Vinculadas, suas Ações da PBC ou Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC, salvo conforme especificamente permitido de acordo com esta Cláusula 10 e demais cláusulas aplicáveis deste Acordo.

10.2 Transferências Permitidas de Ações. Somente serão admitidas Transferências de Ações Vinculadas e de Ações da PBC nos seguintes casos e desde que observado o disposto na Cláusula 10.4 e demais cláusulas aplicáveis deste Acordo:

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(a) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC em virtude de sucessão mortis causa;

(b) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC (i) entre Acionistas, (ii) entre um Acionista e seu cônjuge, (iii) entre um Acionista e qualquer ascendente ou descendente de tal Acionista, (iv) entre um Acionista pessoa física e uma sociedade Controlada e direta e integralmente detida por tal Acionista ou por seu cônjuge ou qualquer ascendente ou descendente de tal Acionista, ou (v) entre um Acionista pessoa jurídica e seu Controlador, observado o disposto na Cláusula 11.1(g).

(c) Venda de Ações Vinculadas e de Ações da PBC a terceiro que não outro Acionista conforme previsto na Cláusula 10.3, observado o direito de preferência previsto na Cláusula 11;

(d) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC conforme exigido pela Cláusula 10.5;

(e) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC conforme permitido pela Cláusula 12;

(f) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC por meio do exercício de Opção de Venda, conforme a Cláusula 13;

(g) Transferência de Ações Vinculadas por meio do exercício do direito de venda forçada (drag along), conforme a Cláusula 14;

(h) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC por meio do exercício do direito de venda conjunta (tag along), conforme a Cláusula 15; e

(i) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC aprovada, por escrito, por todos os Acionistas. Para os fins desta letra (i), as Partes reconhecem e concordam expressamente que nenhum Acionista estará obrigado a aprovar qualquer Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC e que os Acionistas terão o direito de impor quaisquer condições à sua aprovação de uma Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC que porventura vierem a rever para os fins desta letra (i), inclusive a sujeição da Transferência ao exercício do direito de preferência previsto na Cláusula 11.

10.3 Vendas Privadas Limitadas de Ações Vinculadas. *Os Acionistas que não detiverem Ações Não Vinculadas terão o direito de, a partir de 1º de janeiro de 2015 (ou, caso o Acionista em questão detenha Ações Não Vinculadas, a partir da data em que tal Acionista deixar de deter qualquer Ação Não Vinculada), Transferir a terceiro que não outro Acionista (conforme permitido pela Cláusula 10.2(b)(i)), por meio de venda privada (fora de bolsa de valores), até 10% (dez por cento) de sua Quantidade de Ações Vinculadas de Referência por ano calendário, a partir de 2015, de forma cumulativa, observado o disposto na Cláusula 10.4, o direito de preferência previsto na Cláusula 11 e o quanto segue:*

(a) Em conformidade com o disposto na letra (a) da Cláusula 10.4, a venda das Ações Vinculadas deverá ser acompanhada da venda de um mesmo número de Ações da PBC;

(b) Na eventualidade de um Acionista passar a deter Ações Não Vinculadas, em operações futuras de compra, tal Acionista ficará automaticamente impedido de exercer o direito previsto nesta Cláusula 10.3, ficando restabelecido tal direito após tal Acionista deixar de deter qualquer Ação Não Vinculada; Todavia, o mencionado Acionistas não perderá o direito já acumulado de Transferir a terceiro Ações

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Vinculadas, relativo ao período pretérito em que não detinha Ações Não Vinculadas; e,

(c) Não será considerado inadimplemento o fato de um Acionista vender parte de suas Ações Vinculadas conforme permitido por esta Cláusula 10.3 e, após tal venda, (i) adquirir qualquer Ação Não Vinculada (caso em que o Acionista terá o seu direito previsto nesta Cláusula 10.3 suspenso, conforme disposto na letra (b) acima), ou (ii) ter a sua respectiva Quantidade de Ações Vinculadas de Referência reduzida em decorrência do exercício por tal Acionista, no mesmo ano calendário, de Opção de Venda, de forma que a quantidade de Ações vendidas por tal Acionista de acordo com esta Cláusula 10.3 no ano calendário em questão passe a ser superior à quantidade de Ações que tal Acionista teria tido direito de vender com base na sua nova Quantidade de Ações Vinculadas de Referência.

10.4 Condições para a Eficácia de Transferências Permitidas de Ações. Toda e qualquer Transferência de Ações Vinculadas ou de Ações da PBC permitida pelo presente Acordo, conforme a Cláusula 10.2, somente poderá ser efetivada se atendidas as seguintes condições, cumulativamente:

(a) A Transferência de Ações Vinculadas deverá ser necessariamente acompanhada da Transferência de um mesmo número de Ações da PBC, ao mesmo adquirente, não sendo permitida, em hipótese alguma, a Transferência de Ações Vinculadas independentemente da Transferência de Ações da PBC e vice-versa;

(b) A Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC entre Acionistas deverá observar o exercício do disposto na Cláusula 11, de modo a permitir um tratamento isonômico entre os demais Acionistas ("Acionistas Ofertados");

(c) A Transferência de qualquer Ação Vinculada e de qualquer Ação da PBC a qualquer pessoa exigirá que o adquirente, se já não for parte deste Acordo, torne-se parte deste Acordo, por meio da celebração de um aditivo a este Acordo ou, na falta deste, de um termo de adesão na forma da minuta constante do Anexo 10.4 do presente, assumindo todos os direitos e obrigações do Acionista alienante, constituindo a adesão a este Acordo condição para a Transferência;

(d) A Transferência de qualquer Ação Vinculada e de qualquer Ação da PBC a qualquer pessoa exigirá, outrossim, que o adquirente forneça ao Banco Depositário toda a documentação e celebre e adira a todos os contratos necessários ou convenientes para que o Banco Depositário dê cumprimento ao disposto na Cláusula 13;

(e) Além da obrigação de adesão prevista na letra (b) acima, o adquirente de quaisquer Ações Vinculadas e de Ações da PBC deverá cumprir quaisquer exigências previstas no Regulamento do Novo Mercado e na legislação aplicável; e

(f) Todas os demais requisitos exigidos por este Acordo em relação à Transferência, conforme aplicáveis (incluindo, no caso de Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC, por meio de venda privada, conforme permitido pela Cláusula 10.3, a observância do direito de preferência previsto na Cláusula 11), deverão ter sido observados, sob pena de não viabilizar a efetiva transferência e o exercício dos direitos patrimoniais e políticos intrínsecos à titularidade das Ações Vinculadas.

10.5 Transferência Obrigatória de Ações Vinculadas por Não Residentes. Qualquer Acionista que, no caso de pessoa natural, seja ou se torne não residente no Brasil ou cuja sede, no caso de pessoa jurídica, não esteja situada no Brasil, deverá constituir uma sociedade brasileira, com sede e administração no Brasil, para servir como Acionista em seu lugar, transferindo-lhe a totalidade de suas Ações Vinculadas e de suas Ações da PBC. A sociedade em questão deverá ser

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Controlada e seu capital deverá ser direta e integralmente detido pelo Acionista e/ou seu cônjuge, descendentes ou ascendentes, livre e desembaraçado de Ônus. A Transferência das Ações Vinculadas e das Ações da PBC à referida sociedade deverá ser feita de acordo com a Cláusula 10.4 e as demais disposições aplicáveis deste Acordo.

10.6 Nulidade de Transferências Não Permitidas. *Qualquer Transferência de Ações Vinculadas, de Ações da PBC ou de Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC, ou tentativa de Transferência de Ações Vinculadas, de Ações da PBC ou de Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC, inclusive por meio de Transferência Indireta, em violação às disposições deste Acordo será nula e ineficaz e não será reconhecida nem produzirá efeitos perante os Acionistas, a Companhia ou a PBC, ficando a Companhia, a PBC e a instituição depositária das Ações da Companhia ou das Ações da PBC, conforme o caso, proibidas de registrar a Transferência. O Acionista que houver buscado Transferir Ações Vinculadas, Ações da PBC ou Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC em violação ao disposto neste Acordo de Acionistas, será considerado inadimplente deste Acordo, ficando sujeito a todas as sanções aplicáveis.*

10.7 Descumprimento de Exigências em Caso de Transferência Mortis Causa. *No caso de a Transferência de Ações Vinculadas, de Ações da PBC ou de Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC se dar mortis causa, a falta de celebração, pelo adquirente, da documentação referida nos itens (b), (c) e (d) da Cláusula 10.4 constituirá inadimplemento ao presente Acordo, porém não prejudicará a continuidade do vínculo do presente Acordo sobre o adquirente e sobre as Ações Transferidas.*

10.8 Transferências de Ações Não Vinculadas. *O presente Acordo não impede a Transferência, por qualquer dos Acionistas, de quaisquer Ações Não Vinculadas, as quais não estão sujeitas a qualquer restrição para sua Transferência.*

11. DIREITO DE PREFERÊNCIA.

11.1 Direito de Preferência em Venda Privada de Ações Vinculadas. *Sem prejuízo de quaisquer outras disposições aplicáveis deste Acordo, no caso de um Acionista desejar vender privadamente a terceiro que não outro Acionista ou a outro Acionista parte de suas Ações Vinculadas e Ações da PBC conforme a Cláusula 10.3, aplicar-se-á o que se segue:*

(a) *O Acionista que desejar vender suas Ações ("Acionista Alienante") deverá obter do possível adquirente ("Proponente") proposta firme ("Proposta") para a compra das respectivas Ações, até a quantidade máxima passível de ser vendida de acordo com o disposto na Cláusula 10.3 ("Ações Ofertadas"), e deverá notificar, por escrito ("Aviso de Venda Privada"), os demais Acionistas ("Acionistas Ofertados"), oferecendo-lhes as Ações Vinculadas e as Ações PBC objeto da pretendida venda. O Aviso de Venda Privada deverá (i) anexar uma cópia da Proposta (incluindo, se houver, o respectivo contrato de compra e venda de ações), (ii) informar o nome e qualificação e identificar o Proponente (e, se pessoa jurídicas, os seus Controladores), (iii) especificar o preço (que deverá ser em dinheiro, sendo desconsiderada, para fins do exercício do direito de preferência aqui previsto, qualquer outra contrapartida que não dinheiro, e que deverá ser alocado entre as Ações Vinculadas e as Ações da PBC que compuserem as Ações Ofertadas de forma que o preço atribuído às Ações da PBC corresponda ao seu custo de aquisição pelo Acionista Alienante e o saldo às Ações Vinculadas), (iv) especificar as condições de pagamento e demais condições da Proposta, (v) informar se a venda enseja a aplicação do Direito de Venda Conjunta, conforme a Cláusula 15, e (vi) conter compromisso irrevogável do Proponente de observar o disposto na Cláusula 10.4 em tudo o que lhe couber e de, caso aplicável e exercido o Direito de Venda*

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Conjunta e não exercido o direito de preferência previsto nesta Cláusula 11.1, adquirir todas as Ações Ofertadas e todas as Ações Ofertadas Adicionais.

(b) Os Acionistas Ofertados terão o prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento do Aviso de Venda Privada para exercer direito de preferência para adquirir todas (e não menos do que todas) as Ações Ofertadas, nos mesmos termos e condições da Proposta, na proporção de seus respectivos Percentuais de Participação no Bloco de Controle, excluídas as Ações do Acionista Alienante e as Ações dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência.

(c) Os Acionistas Ofertados que desejarem exercer o seu direito de preferência previsto nesta Cláusula 11.1 deverão, no prazo de 60 (sessenta) dias previsto na letra (b) acima, notificar, por escrito, o Acionista Alienante, com cópia para os demais Acionistas Ofertados, informando sobre o exercício de seu direito de preferência. A falta de manifestação de um Acionista Ofertado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias previsto acima será entendida como recusa de tal Acionista Ofertado em exercer o seu direito de preferência.

(d) O(s) Acionista(s) Ofertado(s) que exercer(em) o seu direito de preferência deverá(ão) adquirir todas (e não menos do que todas) as Ações Ofertadas, na proporção de seu(s) respectivo(s) Percentual(ais) de Participação no Bloco de Controle, excluídos os Percentuais de Participação no Bloco de Controle do Acionista Alienante e dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência.

(e) No caso de exercício do direito de preferência, o Acionista Alienante e os Acionistas Ofertados que tiverem exercido o seu direito de preferência deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas, nos termos da Proposta, em todo caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 60 (sessenta) dias previsto na letra (b) acima.

(f) Caso o Proponente seja um Acionista, conforme permitido pela Cláusula 10.2(b)(i), este Acionista será tratado como um Acionista Ofertado com direito de preferência exercido, independente de sua manifestação formal.

(g) No caso de não ser exercido o direito de preferência, o Acionista Alienante e o Proponente deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas e, se for o caso, das Ações Ofertadas Adicionais, nos termos da Proposta, em todo caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 60 (sessenta) dias previsto na letra (b) acima. Caso a compra e venda não seja consumada nesse prazo, ou caso haja qualquer alteração nas condições da compra e venda constantes da Proposta, o Acionista Alienante, se ainda desejar vender as Ações Ofertadas, deverá reiniciar o procedimento previsto nesta Cláusula 11.1.

(h) Na hipótese de ser aplicável o Direito de Venda Conjunta, observar-se-á, também, o disposto na Cláusula 15."

g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Conforme o item 4.8 e 4.9 do acordo de acionistas, os Representantes exercerão e os Acionistas e o Bloco de Controle farão com que os Representantes exerçam, seus direitos de voto nas reuniões dos órgãos de administração da Companhia em conformidade com as disposições do Acordo e em estrita observância das deliberações tomadas nas Reuniões Prévias, de modo a assegurar o fiel e integral cumprimento deste Acordo e de tais instruções. O presidente da assembleia de acionistas ou o presidente da reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria não computarão qualquer voto proferido com infração ao presente Acordo.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não se aplica, dado que não ocorreram alterações significativas nas participações acionárias dos membros do grupo de controle e administração do emissor.

15.7 - Principais operações societárias

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não se aplica, dado que não ocorreram operações societárias significativas que tenham tido efeito relevante para a Companhia.

15.8 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia contrata operações com partes relacionadas de acordo com as práticas e valores de mercado.

Por este motivo a Companhia não adota regras, políticas ou práticas específicas às transações com partes relacionadas. Ditos contratos são obrigatoriamente aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Refinadora Catarinense S/A	01/12/2002	42.440.000,00	0	0	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controladores							
Cessão de créditos tributários, declarados judicialmente em decisão transitada em julgado, originados de benefício fiscal intitulado 'crédito prêmio do IPI'							
Não há							
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção							
Contrato celebrado em caráter irrevogável e irretroatável. O término do contrato opera-se por ocasião da utilização integral (compensação tributária) do crédito apurado em liquidação de sentença.							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Devedor							
Especificar							
Gomes Participações Societárias Ltda	01/01/2011	184.000,00	0	0	01 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controladores							
Contrato de Locação Não Residencial - Centro Empresarial Office Park							
Garantia e seguros							
Não há							
Rescisão ou extinção							
Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
Refinadora Catarinense S/A	04/01/2012	40.000.000,00	R\$ 100.398.000,00	0	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato							
Controladores							
Cessão de créditos tributários, declarados judicialmente originados de benefício fiscal intitulado 'crédito prêmio do IPI'							
Garantia e seguros							
Como o processo de cessão de crédito ainda não transitou em julgado, a cedente deu garantia para a Companhia no montante atualizado de R\$ 93.780.000, a ser executado na eventualidade do crédito fiscal ser glosado em última instância.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Rescisão ou extinção	Contrato celebrado em caráter irrevogável e irretroatável. O término do contrato opera-se por ocasião da compensação tributária dos créditos cedidos.						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar						
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	01/09/2013	15.706.680,45	0	0	05 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Contrato de Franquia Portobello Shop						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	As condições padrões de circular de oferta de franquias						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar						
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	01/10/2010	6.909.526,16	0	0	05 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	Contrato de Franquia Portobello Shop						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	As condições padrões de circular de oferta de franquias						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse

Os conflitos de interesse são equacionados por meio de interlocução direta com a parte relacionada, ocasião em que a Companhia é intransigente na defesa e salvaguarda de seus legítimos interesses. O eventual insucesso ensejará discussão judicial.

b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Refinadora Catarinense S/A – Os contratos de créditos tributários celebrados com a parte relacionada Refinadora Catarinense S/A tinham o condão de permitir a cessão de créditos tributários entre empresas do mesmo grupo econômico vigorava a época. Em caso de votações, os acionistas César Gomes Junior, Cesar Bastos Gomes e o Conselheiro Glauco José Corte se abstém de opinião.

As franqueadas: Solução Cerâmica e Comércio Ltda. e Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda., são de propriedade de acionistas do grupo de controle da Companhia, e ambas habilitaram-se a um processo de seleção de franqueados, de forma isonômica e, apenas após a conclusão do processo, foi celebrado o contrato de franquia.

A Companhia aluga uma sala comercial da Gomes Participações Societárias Ltda, onde alguns sócios cotistas fazem parte do grupo de controle da PBG S/A. Os valores envolvidos são baseados nos padrões de mercado.

A Companhia publicou de 2013 a 2016 algumas informações societárias no veículo de informação “Jornal Notícias do Dia SC”, onde o Conselheiro Mário José Gonzaga Petrelli atua como Diretor.

16.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2018	140.000.000,00		158.488.517	0	158.488.517
Tipo de capital	Capital Autorizado				
30/04/2018	0,00		1.000.000.000	0	1.000.000.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/04/2014	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	30.500.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/04/2015	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	23.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
29/04/2016	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	20.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
28/04/2017	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	10.434.835,69	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
30/04/2018	Assembleia Geral Extraordinária	30/04/2018	10.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve títulos no item citado acima.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve o citado acima.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social e com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. Desse modo, o capital social da Companhia é composto exclusivamente de ações ordinárias. Nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, do saldo do lucro líquido do exercício obtido após as deduções previstas no Estatuto Social e ajustado na forma do artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações, destinar-se-á 25% para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas da Companhia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, é conferido aos titulares das ações ordinárias direito ao recebimento do capital, na proporção das ações detidas por cada um, após o cumprimento de todas as obrigações sociais.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Política de Negociações de Valores Mobiliários, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de abril de 2010, contém restrições à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelas pessoas e nas formas ali indicadas. Para maiores informações a respeito da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, pessoas a ela vinculadas e principais termos, ver item 20 ("Política de Negociações de Valores Mobiliários) deste Formulário de Referência.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As condições para alteração dos direitos preteritamente assegurados devem ter amparo legal e institucional.
Outras características relevantes	O Regulamento do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia prevêem que a alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutive de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A regra estatutária que limita o direito de voto de acionistas significativos pode ser observada no parágrafo 4º do artigo 44 do estatuto social, sempre por meio de deliberação de assembleia de acionistas, ocasião em que este acionista não vota. De outra parte existem exposições estatutárias que obrigam a realização de oferta pública, que podem ser observadas no artigo 43 e seguintes do estatuto social da Companhia.

Artigo 43 - A alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Parágrafo 1º - Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:

“Acionista Adquirente” - significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto e/ou que atue representando um mesmo interesse, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se no conceito de Acionista Adquirente qualquer pessoa (i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada pelo Acionista Adquirente; (ii) que controle ou administre sob qualquer forma o Acionista Adquirente; (iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, o Acionista Adquirente; (iv) na qual o controlador do Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social; (v) na qual o Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social; ou (vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social do Acionista Adquirente.

“Controle” - (bem como seus termos correlatos, “Controlador”, “Controlado”, “sob Controle Comum” ou “Poder de Controle”) significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

“Controle Difuso” – Aplicável especificamente para fins do art. 51 deste Estatuto Social, significa o Poder de Controle exercido por acionista detentor de menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social. Significa, ainda, o Poder de Controle quando exercido por acionistas que, em conjunto, sejam detentores de percentual superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social e que cada acionista detenha individualmente menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social, desde que estes acionistas não sejam signatários de acordo de votos, não estejam sob controle comum e nem atuem representando um interesse comum.

“Grupo de Acionistas” - significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordo de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle Comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle Comum; ou (d) que atuem representando interesse comum. Incluem-se, sem limitação, nos exemplos de pessoa representando um interesse comum (i) uma pessoa que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior 30% (trinta por cento) do capital social da outra pessoa; e (ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, trusts, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas sempre que duas ou mais entre tais entidades; (e) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (f) tenham em comum a maioria de seus administradores.

“Preço Justo” - significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo 2º - Caso a aquisição do Controle também sujeite o adquirente do Controle à obrigação de realizar a oferta pública de aquisição exigida pelo artigo 44 deste Estatuto Social, o preço de Aquisição na oferta pública de aquisição será o maior entre os preços determinados em conformidade com este artigo 43 e o artigo 44, parágrafo 2º, deste Estatuto Social.

Artigo 44 - Caso qualquer Acionista Adquirente adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, inclusive quanto à necessidade ou não de registro de tal oferta pública, os regulamentos da B3 S.A. e os termos deste artigo 44, estando o Acionista Adquirente obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM com base na legislação aplicável, relativas à oferta pública de aquisição, dentro dos prazos máximos estabelecidos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º - A oferta pública de aquisição deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3 S.A.; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na oferta pública de aquisição de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) 1,2 (um inteiro e dois décimos) o Preço Justo apurado em laudo de avaliação; (ii) 120% (cento e vinte por cento) do maior preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição nos termos deste artigo 44 devidamente atualizado pelo IGPM/FGV até o momento do pagamento; (iii) 120% (cento e vinte por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da oferta pública de aquisição; (iv) 120% (cento e vinte por cento) do maior valor pago pelo acionista adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública; (v) valor apurado segundo critério específico determinado pela CVM (caso seja editada regulamentação específica pela CVM); (vi) o valor patrimonial constante do último balanço auditado.

Parágrafo 3º - A realização de oferta pública de aquisição mencionada no caput do presente artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º - No caso do Acionista Adquirente não cumprir com qualquer das obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu qualquer obrigação imposta por este artigo, de acordo com os termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Parágrafo 5º - O Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos relacionados com as ações de emissão da Companhia, incluindo, sem limitação, usufruto ou fideicomisso, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia estará igualmente obrigado a realizar a oferta pública de aquisição, registrada ou não na CVM, conforme regulamentação aplicável, nos termos deste artigo 44, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo 6º - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 30% (trinta por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 180 (cento e oitenta) dias contados do evento que foi atingida tal participação; (ii) incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia.

Parágrafo 7º - O disposto neste artigo não se aplica aos Acionistas Adquirentes que na data de encerramento da oferta pública de ações sejam detentores de quantidade superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia e que venham a adquirir novas ações da Companhia, seja ou não no exercício do direito de preferência, desde que, após essas novas aquisições, esse Acionista Adquirente não venha a deter uma participação no capital total da Companhia superior à participação por ele detida na data de encerramento da oferta pública de ações.

Parágrafo 8º - Não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações, para fins do cálculo do percentual de 30% (trinta por cento) do total de ações.

Parágrafo 9º - Caso a regulamentação da CVM aplicável à oferta pública de aquisição prevista neste artigo determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na oferta pública de aquisição que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do parágrafo 2º deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da oferta pública de aquisição prevista neste artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Artigo 45 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo(s) Acionista(s) Controlador(es), Grupo de Acionistas Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Preço Justo apurado em laudo de avaliação, de acordo com o artigo 46 deste Estatuto Social.

Artigo 46 – Os laudos de avaliação previstos neste Estatuto Social deverão ser elaborados por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo dispositivo legal.

Parágrafo 1º - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do Preço Justo da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, não sendo computados os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, que se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Parágrafo 2o - Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 47 – Na hipótese de não haver Acionista Controlador, sempre que for aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação da Companhia deverá ser efetivada pela própria Companhia, caso a mesma possua reservas legais para a aquisição de todas as ações da oferta, observado que os limites de negociação com as próprias ações serão aplicáveis caso a aceitação não atinja 2/3 das ações em circulação.

Artigo 48 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a B3 S.A. determinar que os valores mobiliários de emissão da Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 02 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no caput deste artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia.

Parágrafo 2º - O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no caput e no parágrafo 1º deste artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela B3 S.A. para esse fim, o que for menor.

Artigo 49 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VIII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 50 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição prevista neste Capítulo VIII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição até que seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Artigo 51 - A partir da data em que o Controle da Companhia passe a ser qualificado como Controle Difuso, conforme definido no parágrafo 1º do artigo 43 acima, qualquer Acionista Adquirente que atingir, direta ou indiretamente, participação em Ações em Circulação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, e que desejar realizar uma nova aquisição de Ações em Circulação, estará obrigado a realizar cada nova aquisição na B3 S.A., vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão;

Parágrafo Único - Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Artigo 52 - Não obstante o previsto nos artigos 44, 49 e 50 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas em referidos artigos.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não se aplica, tendo em vista que não há exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social		31/12/2017									
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.099.691	3,01	3,01	2,38	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	102.038.474	3,47	3,47	2,87	R\$ por Unidade	3,14
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	178.264.323	5,71	5,71	4,88	R\$ por Unidade	4,02
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	207.946.751	6,12	6,12	5,16	R\$ por Unidade	5,59
Exercício social		31/12/2016									
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	32.233.351	2,55	2,55	2,20	R\$ por Unidade	2,37
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	61.927.226	2,93	2,93	2,48	R\$ por Unidade	2,70
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	35.868.905	2,55	2,55	2,14	R\$ por Unidade	2,35
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.318.952	2,16	2,16	1,71	R\$ por Unidade	1,93
Exercício social		31/12/2015									
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.137.908	2,44	2,44	2,04	R\$ por Unidade	2,20
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	24.542.626	2,91	2,91	2,52	R\$ por Unidade	2,64
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.703.047	3,50	3,50	3,01	R\$ por Unidade	3,26
31/03/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.375.074	4,23	4,23	3,58	R\$ por Unidade	3,88

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão
Data de emissão	26/11/2015
Data de vencimento	26/11/2022
Quantidade (Unidades)	2.000
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	0
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	200.000.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures foram objeto de oferta restrita destinada exclusivamente a investidores qualificados, no âmbito da Instrução CVM 476, sendo que as mesmas poderão ser negociadas entre investidores qualificados depois de decorridos 90 dias de cada subscrição ou aquisição por investidor profissional.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A Companhia poderá, a partir da Data de Emissão, resgatar antecipadamente a integralidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, a seu exclusivo critério, mediante comunicação escrita prévia de 10 dias úteis ("Resgate Antecipado Total").</p> <p>O Resgate Antecipado Total será feito pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização da respectiva série, conforme o caso, ou a data do último pagamento efetivo da Remuneração da respectiva série, conforme o caso; (ii) demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate; e (iii) um prêmio flat entre 0,75% a 2,00%, calculado sobre o valor total do Resgate Antecipado Total.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As deliberações tomadas pelos debenturistas em Assembleia Geral dos Debenturistas de cada Série deverão representar, em regra, no mínimo 86% (oitenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, com exceção da alteração das seguintes matérias relacionadas as Debêntures (i) remuneração, (ii) condições de prazo, (iii) amortização e espécie, (iv) as hipóteses de vencimento antecipado e (v) outros quóruns estabelecidos na escritura de emissão das Debêntures, que deverão ser aprovados por 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (considerando as debêntures da primeira e segunda série).

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, sob o código “PTBL3”.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

As ações da Companhia não são negociadas em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve o citado acima

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não se aplica, dado que não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros nos últimos três exercícios sociais.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não se aplica, dado que não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros nos últimos três exercícios sociais.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

A oferta pública de aquisição acima referida também deverá ser realizada nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle acionário da Companhia; e em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à CVM e à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

O Regulamento do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia preveem, ainda, que aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle desta, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o(s) acionista(s) controlador (es) ou grupo de acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(i) efetivar a oferta pública de aquisição referida no artigo 40 do Estatuto Social;

(ii) ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 06 (seis) meses anteriores à data de alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado pela variação positiva do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – IGP-M/FGV.

(iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 06 (seis) meses subsequentes à aquisição do controle.

O(s) acionista(s) controlador (es) alienante(s) ou o grupo de acionistas controlador alienante não poderá(ão) transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações para o comprador do poder de controle ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle para o acionista adquirente, enquanto este último não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado. Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham assinado o Termo de Anuência dos Controladores.

18.12 - Outras informações relevantes

A oferta pública de aquisição acima referida também deverá ser realizada nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle acionário da Companhia; e em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à CVM e à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

O Regulamento do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia preveem, ainda, que aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle desta, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o(s) acionista(s) controlador (es) ou grupo de acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(i) efetivar a oferta pública de aquisição referida no artigo 40 do Estatuto Social;

(ii) ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 06 (seis) meses anteriores à data de alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado pela variação positiva do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – IGP-M/FGV.

(iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 06 (seis) meses subsequentes à aquisição do controle.

O(s) acionista(s) controlador (es) alienante(s) ou o grupo de acionistas controlador alienante não poderá(ão) transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações para o comprador do poder de controle ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle para o acionista adquirente, enquanto este último não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado. Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores.

Informação complementar ao item 18.5

Outras características relevantes

A Escritura de Emissão apresenta hipóteses de vencimento antecipado, dentre as quais, destacam-se resumidamente: (i) apresentação de pedido, proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial, pela Companhia e/ou Fiadora, extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência, decretação de falência ou pedido de falência formulado por terceiros não elidido por depósito judicial e/ou contestada no prazo legal contra a Companhia e/ou a Fiadora; (ii) não cumprimento pela Companhia e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão; (iii) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas em operações bancárias e/ou no âmbito do mercado de capitais da Companhia e/ou da Fiadora; (iv) caso a Escritura de Emissão e as Garantias sejam objeto de questionamento judicial pela Companhia e/ou pela Fiadora; (v) caso as Garantias não sejam devidamente constituídas, sejam anuladas, ou de qualquer outra forma, deixem de existir ou sejam rescindidas; (vi) reorganização societária da Companhia; (vii) alteração do controle da Companhia e/ou da Fiadora; (ix) cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão; (x) transformação societária da Companhia; (xi) realização de qualquer pagamento de dividendos acima de 50% do valor do lucro líquido da Companhia; (xii) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; (xiii) redução de capital social da Companhia e/ou da Fiadora; (xiv) se a Escritura de Emissão for declarada inválida, nula ou inexecutável; (xv) inveracidade das caso quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Fiadora; (xvi) descumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão; (xvii) não cumprimento de qualquer obrigação prevista nos Contratos de Garantia; (xviii) protesto de títulos contra a Companhia e/ou contra a Fiadora, com valor igual ou superior a R\$5.000.000,00; (xix) decisão condenatória arbitral definitiva, ou judicial, que resulte ou possa resultar em obrigação de pagamento pela Companhia e/ou

18.12 - Outras informações relevantes

pela Fiadora de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00; (xix) caso a Escritura de Emissão ou as Garantias sejam objeto de questionamento judicial por terceiros; (xx) alteração ou modificação do objeto social da Companhia; (xxi) inadimplemento pela Companhia e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação de pagamento de quantia igual ou superior a R\$5.000.000,00, em qualquer acordo ou contrato de que seja parte; (xxii) se a Companhia e/ou a Fiadora alienar ou onerar quaisquer bens de seu ativo de valor correspondente a 10% do valor dos ativos da Companhia e/ou da Fiadora ou R\$10.000.000,00, o que for menor; (xxiii) sequestro, arresto ou penhora de ativos da Companhia ou de qualquer Controlada, cujo valor seja igual ou superior a R\$5.000.000,00; (xxiv) caso ocorra qualquer mudança adversa relevante e/ou alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Companhia e/ou da Fiadora; (xxv) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda, pela Companhia de propriedade ou posse, de bens cujo valor seja igual ou superior a 5% dos ativos imobilizados da Companhia; (xxvi) descumprimento, pela Companhia, de terminados índices financeiros.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve na Companhia o citado acima.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve o citado acima.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

A Companhia protocolou em 28 de maio de 2015 pedido de dispensa à CVM para (i) manutenção em tesouraria de ações em quantidade superior a 10% das ações em circulação e (ii) recompra de ações de sua emissão em preço superior ao valor de mercado com o intuito de realizar uma oferta pública de aquisição de ações voluntária (“OPA de Recompra”). O objetivo da OPA de Recompra era realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa de modo a maximizar a geração de valor ao acionista por meio da alocação de capital da empresa, por entender que as ações de sua emissão estavam sub avaliadas, não refletindo o seu efetivo valor.

Em 19 de outubro de 2015, antes do pronunciamento da CVM, a Companhia informou ao mercado, na forma de Fato Relevante, que em razão de condições de mercado adversas, decidiu que não mais realizará a oferta pública de aquisição de ações voluntária dirigida às ações de sua própria emissão.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	12/04/2010
Órgão responsável pela aprovação	Assembleia Geral Ordinaria
Cargo e/ou função	Os Diretores, os integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária.

Principais características e locais de consulta

Os diretores, os integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, inclusive pelo período de 6 (seis) meses após seu afastamento destas funções na Companhia, ficam obrigados a informar à Companhia a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários emitidos pela própria Companhia, preenchendo o Formulário: Valores Mobiliários Possuídos, de Emissão da Companhia, da sua Controladora e de Controladas, que se encontra em poder do Diretor de Relação com Investidores (DRI). Esse Formulário deverá ser atualizado até o 5º dia do mês subsequente em que ocorrerem alterações e deverá ser entregue ao DRI. O preenchimento desse Formulário se estende aos valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente. A posse dos integrantes dos Conselhos de Administração e da Diretoria também fica subordinada à apresentação desse documento.

O Diretor de Relação com Investidores ficará encarregado de manter uma via do referido Formulário em pastas segregadas e de encaminhar cópia do mesmo à CVM e à Bolsa de Valores, mediante documento protocolado, podendo ser por meio eletrônico.

É exigido que as pessoas mencionadas acima mantenham em seu poder, por um período de tempo superior a 90 dias da data de compra, os valores mobiliários adquiridos que sejam de emissão da Companhia, da controladora e de suas controladas.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização A própria Companhia, os acionistas controladores, os integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, os diretores e empregados com acesso a informações relevantes, tanto da Companhia como da controladora e das controladas, assim como os respectivos cônjuges, salvo no caso de separação judicial, companheiras(os) e qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda, inclusive nas pessoas jurídicas em que essas pessoas possam influenciar nas decisões de negociação de forma direta ou indireta, não poderão negociar (comprar ou vender) ações da Companhia em período de tempo inferior a 15 (quinze) dias antes da entrega à CVM dos Formulários ITR – Informações Trimestrais, DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas e dos Formulários de Referência estabelecidos pela Instrução CVM no. 480/2009, e nos seguintes períodos:

(i) No período compreendido entre a data de qualquer decisão do Conselho de Administração e a data da publicação dos respectivos editais ou anúncios, referentes à:

- *Qualquer forma de aumento de capital social, inclusive com desdobramento de ações;
- *Distribuição de dividendos, bonificações e desdobramentos.

(ii) Em outras épocas que venham a ser especificamente determinadas pela Diretoria, através do Diretor de Relação com Investidores.

Do momento em que tomou conhecimento e antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante é vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pela própria Companhia, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante. A mesma vedação aplica-se aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia.

20.2 - Outras informações relevantes

Caberá ao Diretor Vice-Presidente de Operações e de Relação com Investidores, além das atribuições legais e estatutárias inerentes ao cargo, zelar pelo fiel cumprimento destas Políticas, consultando, sempre que julgar necessário, o Presidente da Companhia. Ele deverá obter a adesão formal das pessoas mencionadas acima, mediante a assinatura dos mesmos no Termo de Adesão, os quais, em conjunto com as presentes Políticas deverão ser encaminhados à CVM e as Bolsas de Valores, conforme previsto no Art. 17 da Instrução CVM nº 358 de 03 de janeiro de 2002.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui Políticas de Divulgação de Informações Relevantes, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de abril de 2010.

A Política de Divulgação de Informações Relevantes visa, entre outras coisas, à divulgação e uso de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Os acionistas controladores, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, os diretores e demais empregados da Companhia, assim como da empresa controladora e das controladas, ficam obrigados a guardar sigilo sobre informações relativas a atos ou fatos relevantes, ainda não divulgados.

O não cumprimento dessa Política configura infração grave, sujeitando os infratores às sanções legais pertinentes.

Estas Políticas também aplicam-se às pessoas mencionadas acima pelo período de 6 (seis) meses após seu afastamento destas funções na Companhia.

As pessoas acima mencionadas deverão ainda zelar para que terceiros, ou seja, o público externo em geral, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, ao prestarem serviços à Companhia que envolvam informações que irão ou que poderão resultar em atos ou fatos relevantes, dêem às mesmas tratamento sigiloso devendo, para tanto, serem adotados os seguintes procedimentos:

- a) Informá-los da existência das Políticas relativas ao tratamento de atos ou fatos relevantes;
- b) Incluir nos contratos com terceiros, cláusula relativa à obrigatoriedade da guarda de sigilo;
- c) Quando da inexistência desse tipo de cláusula, exigir a assinatura de Termo de Confidencialidade;
- d) Informar, mediante correspondência interna ao Diretor de Relação com Investidores, a natureza dos serviços que estão sendo prestados à Companhia e as informações de natureza relevante que estão ou que poderão ser geradas, assim como a relação das pessoas envolvidas na atividade, com indicação do nome, cargo, função, endereço, telefone e número no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou de Pessoas Jurídicas;
- e) Manter a listagem acima mencionada permanentemente atualizada e remetê-la ao Diretor de Relação com Investidores, o qual ficará responsável pela sua guarda por um período de cinco anos.

As pessoas mencionadas acima deverão comunicar de imediato, através de correspondência ao Diretor de Relação com Investidores, todo e qualquer fato relevante de que tenham conhecimento, informando o evento que deu origem à informação relevante, a data da sua realização, as matérias abordadas e a listagem das pessoas que dele tomaram conhecimento. Essa comunicação torna-se desnecessária quando o Diretor de Relação com Investidores participar do evento, cabendo, então, ao mesmo, coletar essas informações.

O Diretor de Relação com Investidores ficará encarregado da guarda de informações e documentos sobre fatos relevantes por um período de cinco anos, a contar da data da primeira reunião que deu origem ao fato, em local com os requisitos necessários à sua segurança. As informações deverão sempre conter a data e os eventos que ocorreram em cada uma das etapas do seu desenvolvimento, assim como a relação das pessoas, internas e externas à Companhia, que foram agregando conhecimento da informação ao longo das atividades desenvolvidas.

O Diretor de Relação com Investidores deve comunicar de imediato à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às Bolsas de Valores e determinar a divulgação via imprensa, de todo e qualquer fato relevante de que tenha conhecimento, excetuando-se aqueles que, por determinação do Conselho de Administração, devam ser por ele encaminhado somente à CVM, acompanhado de requerimento solicitando sigilo.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Cabe ao Diretor Vice-Presidente de Operações e de Relação com Investidores, observadas as disposições da Política de Divulgação de Informações e da legislação aplicável, decidir pela divulgação ao mercado e pela comunicação dessas situações aos órgãos públicos e privados pertinentes, desde que constituam informação relevante sobre a Companhia.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.